



# Relatório e Contas 2011





Águas do Centro, S.A. - Sistema Multimunicipal  
de Abastecimento de Água e Saneamento  
de Águas Residuais de Raia, Zêzere e Nabão  
**Relatório e Contas 2011**





**Águas do Centro anfitriã de Ensaio do Comparação Interlaboratorial – Ensaios de Campo em Amostras de Água para Consumo Humano 2011**

A Águas do Centro cedeu o Reservatório da Praia do Ribatejo, no município de Vila Nova da Barquinha, para a realização do Ensaio de Comparação Interlaboratorial - Ensaios de Campo em Amostras de Água para Consumo Humano 2011. Este ensaio decorreu nos dias 29 e 30 de setembro de 2011 e contou com a participação de 35 laboratórios nacionais.



---

# Índice

Mensagem do Presidente .....	7
A Empresa .....	9
Principais Acontecimentos .....	17

## A – Governo da Sociedade

1. Missão, Objetivos e Políticas .....	19
1.1 Missão .....	19
1.2 Visão .....	19
1.3 Valores .....	19
1.4 Políticas .....	20
1.5 Objetivos .....	21
2. Regulamentos Internos e Externos .....	21
3. Informações sobre Transações Relevantes .....	21
3.1 Informação sobre Contratos e Prestação de Serviços .....	21
4. Modelo de Governo .....	22
4.1 Órgãos Sociais .....	22
4.2 Estrutura Organizacional .....	25
5. Remunerações e Outros Encargos .....	27
6. Análise da Sustentabilidade .....	29
7. Gestão do Capital Humano .....	29
8. I&D e Inovação .....	33
9. Ética e Prevenção da Corrupção .....	33
10. Controlo do Risco .....	33
11. Prevenção de Conflitos de Interesses .....	34
12. Divulgação de Informação .....	35
13. Publicidade Institucional .....	35
14. Cumprimento das Instruções, Despachos e Legislação Diversa .....	36
14.1 Evolução do Prazo Médio de Pagamentos .....	38
15. Cumprimento dos Princípios do Bom Governo .....	38
16. Relatório dos Administradores Não Executivos .....	42

## B – Atividade da Empresa

1. Introdução .....	45
2. Enquadramento Macroeconómico .....	45
3. Enquadramento do Setor .....	46
4. Regulação .....	50
5. Análise Económica e Financeira .....	52
6. Atividade Operacional .....	54
7. Objetivos de Gestão .....	72
8. Perspetivas para o Futuro .....	73
9. Factos Relevantes após termo do Exercício .....	73
10. Sucursais da Sociedade .....	73
11. Considerações Finais .....	73
12. Proposta de Aplicação de Resultados .....	74
13. Anexo ao Relatório .....	74

## C – Contas do Exercício de 2011

Demonstrações Financeiras .....	78
Notas às Demonstrações Financeiras .....	83
Relatório e Parecer do Fiscal Único .....	120
Certificação Legal das Contas .....	122

---

# Mensagem do Presidente



O ano de 2011 foi o primeiro ano em que a Águas do Centro explorou as infraestruturas da totalidade do Sistema Multimunicipal que inclui os 17 municípios que fazem parte integrante do Sistema.

Em 2008 foram integradas as infraestruturas do Município de Castelo Branco e procedeu-se à ligação das águas residuais da Cidade de Tomar.

Em 2010 deu-se início à exploração das infraestruturas dos municípios de Mação, Sardoal, Entroncamento e Vila Nova da Barquinha.

Não obstante os sucessivos alargamentos da exploração, a empresa não se afastou do objetivo fundamental que norteia a sua atividade de garantir o normal abastecimento de água para consumo humano, com fiabilidade e com a qualidade adequada, bem como o tratamento de águas residuais no respeito pelas normas legais aplicáveis e pela proteção do ambiente.

Com efeito, a qualidade do serviço prestado e a melhoria contínua dessa qualidade constituem uma preocupação fundamental da empresa, verificável, quer pela evolução dos níveis de qualidade da água fornecida e do efluente tratado, quer pela fiabilidade e segurança do abastecimento.

A melhoria do desempenho da empresa foi reconhecida através da atribuição do prémio “Qualidade de Serviço em Águas e Resíduos 2011” pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) e o Jornal Água & Ambiente, com a colaboração da APDA, da APESP, da APRH e do LNEC.

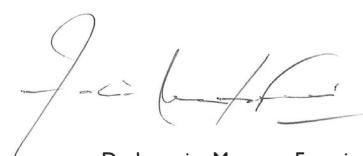
No plano económico e financeiro é de salientar que, não obstante o crescimento do volume de negócios e os resultados operacionais positivos, os resultados líquidos são negativos e resultam fundamentalmente do procedimento contabilístico relativo às rendas a pagar aos municípios

e, em particular ao Município de Castelo Branco, da não atualização das tarifas desde 2009, do acréscimo das amortizações, dos gastos financeiros, da alteração da taxa de IRC de 15% para 25%, dos impostos diferidos (alteração do prazo de reversão de 22 para 42 anos) e das provisões efetuadas relativas à Ribacarne e HLC.

De realçar ainda, na atividade de saneamento, a enorme discrepância entre o volume de caudais recolhidos e tratados e o volume de caudais faturados (55%), situação que carece de análise e revisão.

Quanto ao plano de investimentos, o qual está fundamentalmente orientado para as infraestruturas dos municípios do médio tejo e para a remodelação das infraestruturas de saneamento onde, por imperativo legal, é exigido tratamento terciário, é de referir que sofreu algum atraso relativamente ao previsto, fruto das condicionantes orçamentais e da aprovação dos financiamentos comunitários.

Embora não se avizinhem tempos fáceis, estou convicto de que com firmeza, trabalho, dedicação e confiança nos colaboradores, acionistas, utilizadores e demais partes interessadas será possível vencer os desafios que se nos colocam.



**Dr. Joaquim Marques Ferreira**

*O Presidente do Conselho de Administração*





**Em 2011 iniciou-se a construção da nova ETAR de Castelo Branco, infraestrutura que visa dar cumprimento à legislação em vigor.**

Em 2004, a Albufeira do Pracana foi classificada como zona sensível por eutrofização, tornando-se necessária a remoção de nutrientes - azoto e fósforo - e dispondo o país de um período de sete anos para adaptação das infraestruturas que descarregam no meio hídrico a montante dessa Albufeira.

O processo de tratamento da nova ETAR de Castelo Branco integra tratamento preliminar (gradagem, desarenação e desengorduramento), tratamento secundário/terciário (remoção de azoto e fósforo), através de um sistema de tratamento de biomassa suspensa em média carga, com uma zona anaeróbia e anóxica. No tratamento da fase sólida está incluído o espessamento, a digestão anaeróbia de lamas com valorização energética do biogás por cogeração, bem como a desidratação e higienização das lamas. Vai servir uma população equivalente de 95.565 habitantes equivalentes. O valor de adjudicação da empreitada foi de € 10.373.355,80.

Após a entrada em exploração desta ETAR serão desativadas as ETAR Norte e Sul de Castelo Branco.



# A Empresa

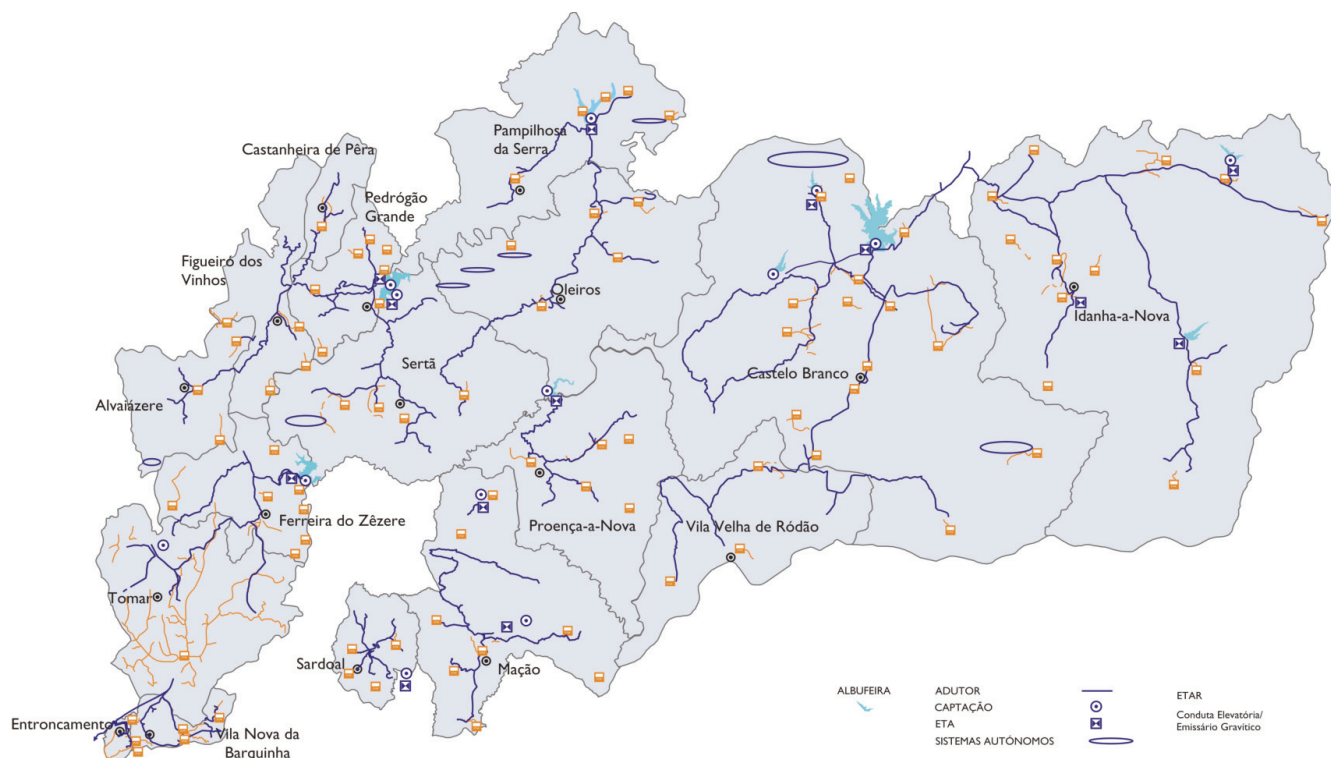
A Águas do Centro S.A. é uma Sociedade Anónima de direito privado e capitais públicos criada pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2001, de 29 de junho.

Em 2001 Águas do Centro, S.A. (AdC) celebrou um Contrato de Concessão com o Estado Português, tendo ficado concessionária, até ao ano 2031, do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento de Raia, Zêzere e Nabão.

É responsabilidade da empresa a exploração e gestão, as quais abrangem a conceção, a construção das obras e equipamentos, bem como a sua exploração, reparação e manutenção, do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento de Raia, Zêzere e Nabão, para a captação, tratamento e distribuição de água para consumo público e para recolha, tratamento e rejeição de efluentes dos municípios: Alvaiázere, Castanheira de Pera, Castelo Branco, Ferreira do Zêzere, Figueiró dos Vinhos, Idanha-a-Nova, Oleiros, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Proença-a-Nova, Sertã, Tomar e Vila Velha de Ródão.

A Águas do Centro fornece ainda água para consumo humano à Águas do Zêzere e Côa, S.A. e Águas do Mondego, S.A. para abastecimento ao sul do Fundão e parte de Ansião, respetivamente, e fornece serviços de tratamento de águas residuais à Águas do Mondego S.A. para parte do município de Ansião.

A partir de 2010 a Sociedade passou a abranger os Municípios de Entroncamento, Mação, Sardoal e Vila Nova da Barquinha.



## Principais Indicadores

Síntese de Dados / Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011
Capital Social (m€)	24.000	24.000	24.000	24.000	24.000
Capital Próprio (m€)	20.379	20.211	19.044	16.377	13.613
Ativos Intangíveis e Fixos Tangíveis Brutos (m€)	173.144	237.840	243.460	246.143	253.529
Ativo Líquido Total (m€)	195.783	259.130	246.498	251.041	240.650
Volume de Negócios (m€) *	6.338	11.022	12.445	13.138	14.871
EBITDA (Cash Flow Operacional) (m€)	2.054	6.902	8.702	8.017	9.460
EBIT (Resultado Operacional) (m€)	-1.076	1.973	3.161	1.068	1.514
Resultados Antes de Impostos (m€)	-1.512	-876	-1.605	-2.749	-3.185
Resultado Líquido do Exercício (m€)	-1.500	-168	-1.167	-2.667	-2.764
Rendibilidade dos Capitais Próprios (%)	-7,4%	-0,8%	-6,1%	-16,3%	-20,3%
Rendibilidade do Ativo (%)	-0,77%	-0,06%	-0,47%	-1,06%	-1,15%
Autonomia Financeira (%) - corrigida dos Subsídios	11,2%	8,7%	8,8%	7,5%	6,9%
Prazo Médio dos Recebimentos (dias)	302	239	237	295	236
Nº Colaboradores em 31 dezembro (inc. Org. Soc.)	80	96	99	107	106
Nº de Municípios Abastecidos	13	13	13	17	17
Área Geográfica Abrangida (Km <sup>2</sup> )	5.965	5.965	5.965	6.519	6.519
População Residente na Área Abrangida	191.713	191.713	191.713	215.707	212.497

(\*) – Não inclui especializações

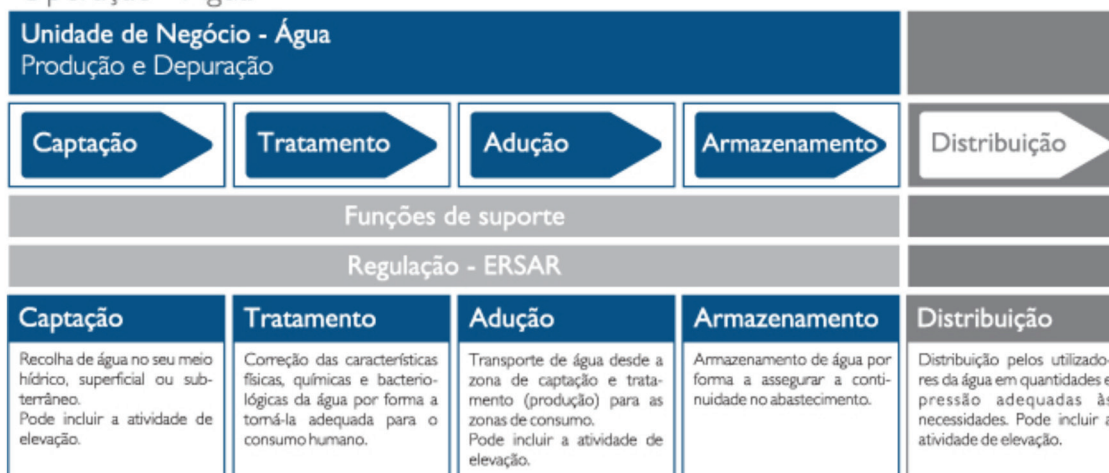
Abastecimento	2007	2008	2009	2010	2011
Nº de Municípios	12	13	13	17	17
População Servida	175.200	186.356	186.356	197.087	197.087
Cobertura do Serviço (%)	58	98	98	99	99
Volume de Água Produzida (10 <sup>3</sup> m <sup>3</sup> )	9.891	14.570	15.602	16.705	18.585
Volume de Água Faturada (10 <sup>3</sup> m <sup>3</sup> )	8.838	13.653	14.932	16.276	18.048
Tarifa (€/m <sup>3</sup> )	0,5155	0,5446	0,5631	0,5631	0,5631
Investimento (m€)	3.163	1.998	1.867	2.890	1.094
N.º Pontos de Entrega	235	393	445	500	519
Estações Tratamento Água em Exploração	5	8	8	9	9
Rede Adutora (Km)	816	1.152	1.153	1.169	1.169

Saneamento	2007	2008	2009	2010	2011
Nº de Municípios	12	13	13	17	17
População Servida	124.461	136.980	136.980	143.656	143.656
Efluente Faturado (10 <sup>3</sup> m <sup>3</sup> )	3.307	6.442	7.012	6.903	8.180
Tarifa (€/m <sup>3</sup> )	0,5389	0,5567	0,5756	0,5756	0,5756
Investimento (m€)	4.764	2.068	2.972	2.321	2.924
Estações Tratamento Água Residual em Exploração	50	58	58	80	81
Rede Coletores (Km)	186	204	205	202	202

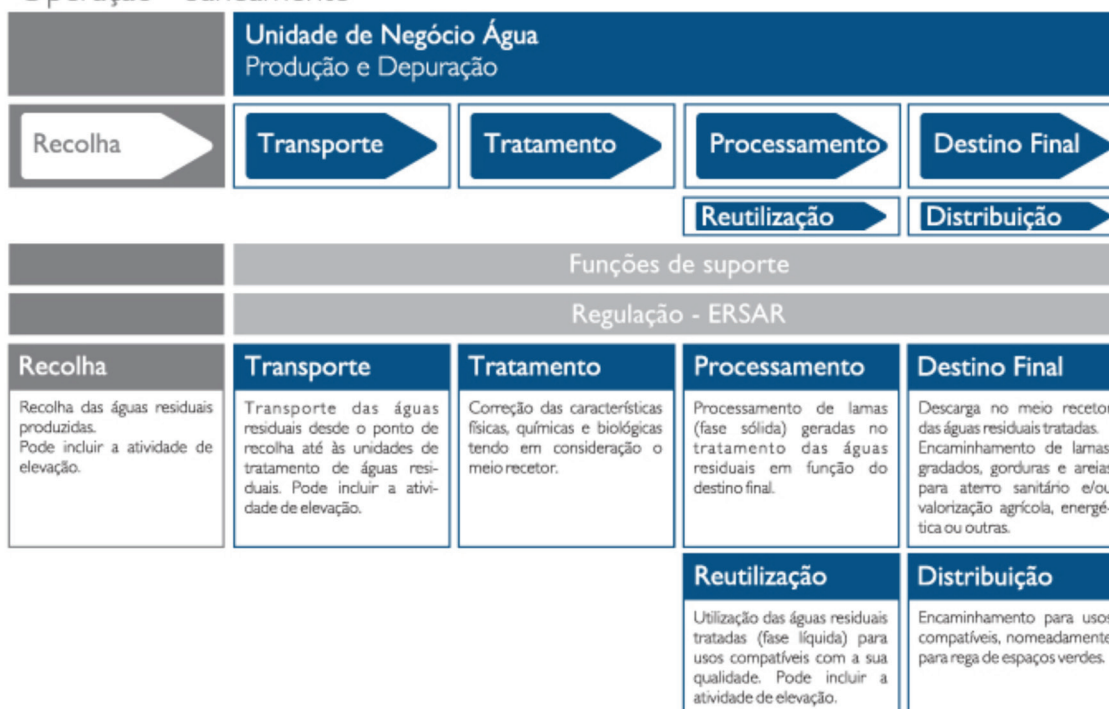


## Cadeia de Valor

### Operação - Água

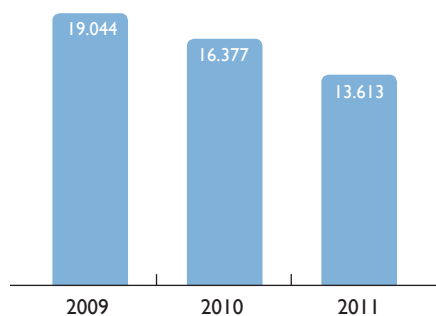


### Operação - Saneamento

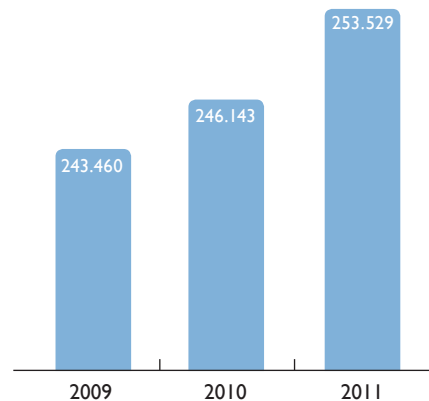


Dimensão

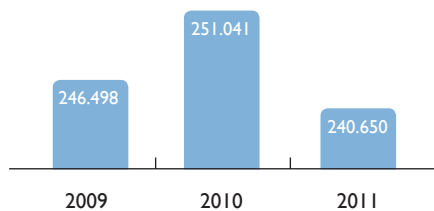
**Capital Próprio**  
(milhares de €)



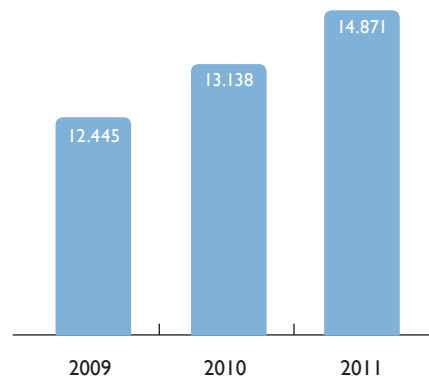
**Ativos Intangíveis e Tangíveis Brutos**  
(milhares de €)



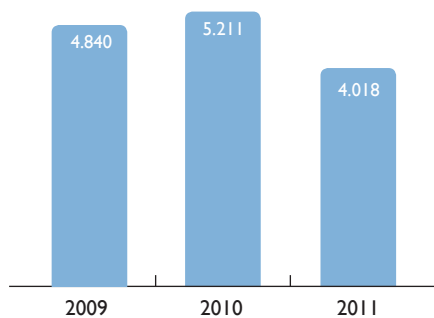
**Ativo Líquido Total**  
(milhares de €)



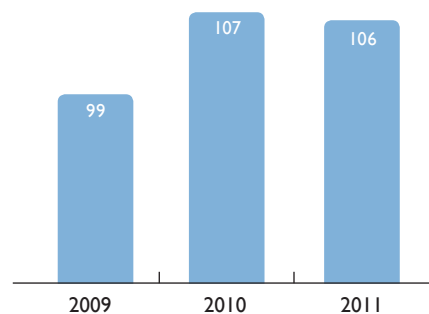
**Volume de Negócios**  
(milhares de €)



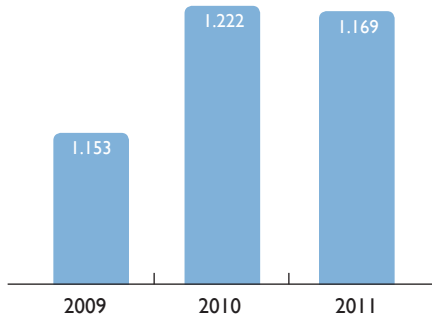
**Investimento em Infraestruturas**  
(milhares de €)



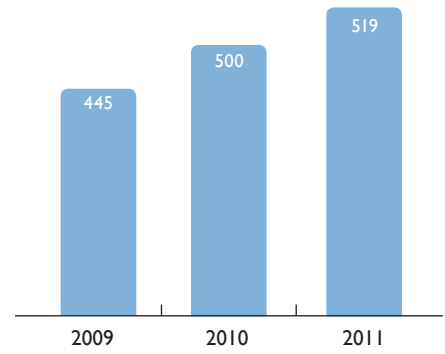
**Número de Colaboradores**



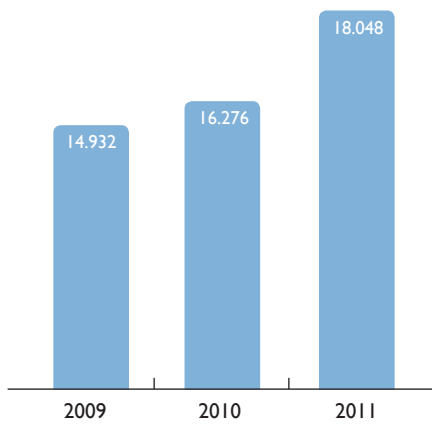
**Extensão da Rede Adutora**  
(Km)



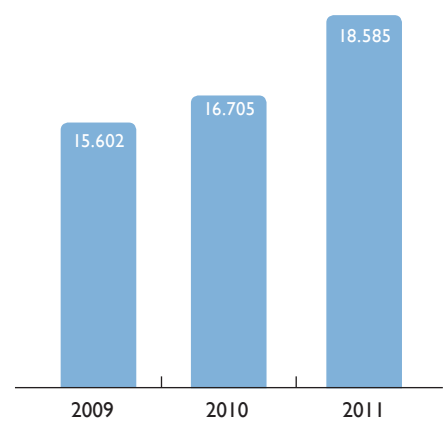
**Nº de Pontos de Entrega**



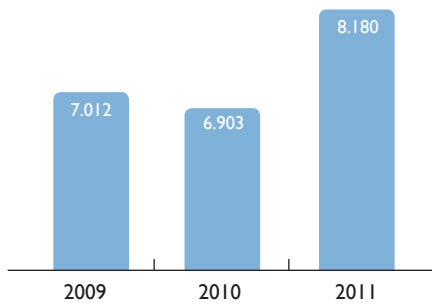
**Vendas**  
(milhares de m<sup>3</sup>)



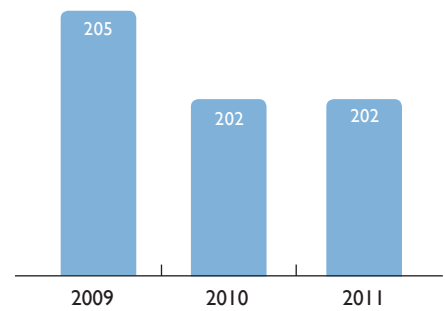
**Volume de Água Produzida**  
(milhares de m<sup>3</sup>)



**Prestação de Serviços**  
(milhares de m<sup>3</sup>)

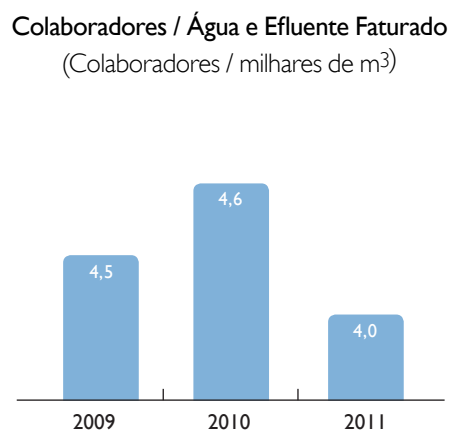
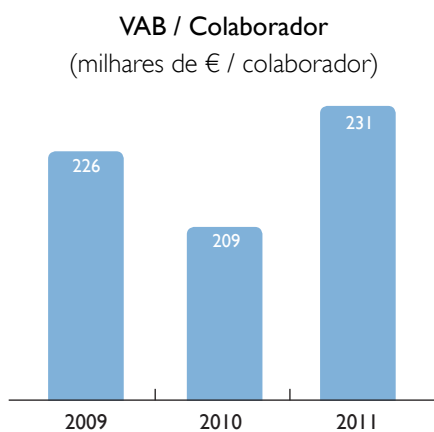
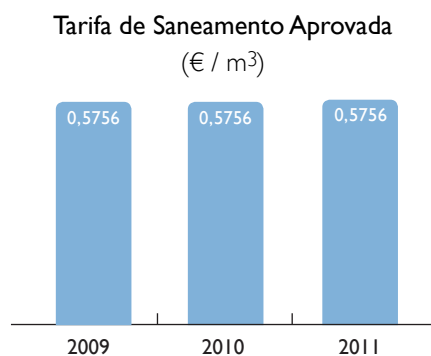
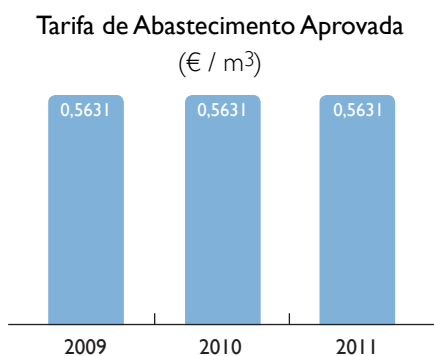


**Extensão da Rede Coletora**  
(km)

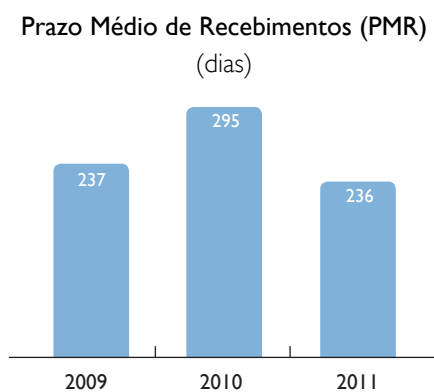
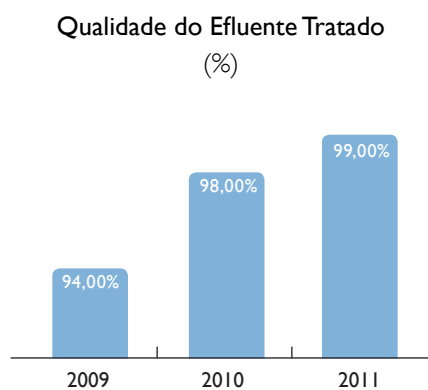
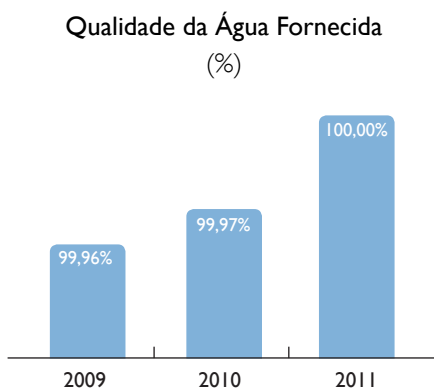




## Eficiência e Produtividade

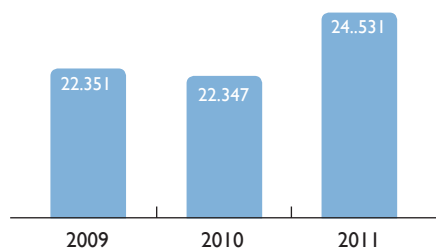


## Qualidade do Serviço

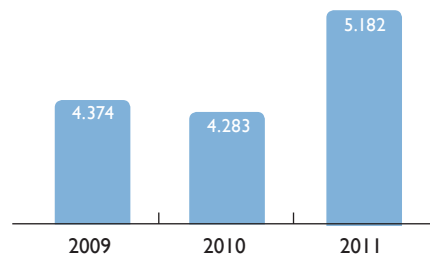


## Rendibilidade

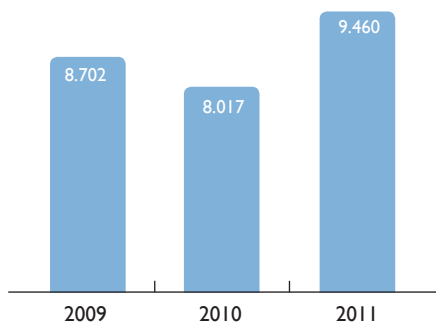
**VAB**  
(milhares de €)



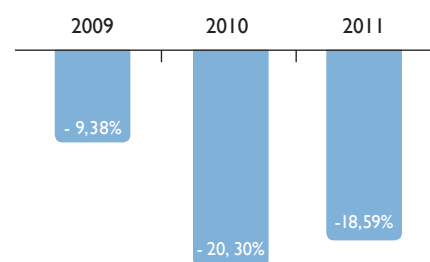
**Meios Libertos**  
(milhares de €)



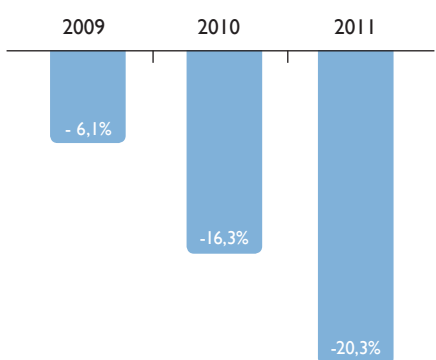
**EBITDA**  
(milhares de €)



**Rendibilidade das Vendas e Prestação de Serviços**  
(%)



**Rendibilidade dos Capitais Próprios**  
(%)



# Principais Acontecimentos

## **Águas do Centro galardoada com o prémio “Qualidade de Serviço de abastecimento público de água prestado aos utilizadores”**

A Águas do Centro foi galardoada com o prémio “Qualidade de Serviço de Abastecimento Público de Água Prestado aos Utilizadores”, atribuído pela ERSAR e pelo Jornal Água&Ambiente, com a colaboração da Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas (APDA), da Associação Portuguesa de Engenharia Sanitária e Ambiental (APESB), da Associação Portuguesa de Recursos Hídricos (APRH) e do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC).

O júri justificou a atribuição do prémio pelo papel importante, dinâmico e pró-ativo da Águas do Centro no abastecimento de água em “alta”, não obstante a complexidade do seu sistema e a sua grande dispersão populacional. Foi igualmente referido pelo júri que a Águas do Centro assegura um serviço de crescente qualidade a 17 municípios da zona centro e uma cobertura de serviço total, abrangendo mais de 126.000 alojamentos.





O ano de 2011 decorreu com normalidade no que se refere à atividade de abastecimento de água aos utilizadores e recolha e tratamento das águas residuais, sem interrupções dignas de registo e com níveis de qualidade da água para abastecimento público de 100% no sistema base e de 99,91% se se considerar também os municípios do médio tejo. A qualidade dos efluentes atinge os 99% se não se considerarem as ETAR com investimento previsto e ainda não concluído como é o caso das ETAR do médio tejo e as ETAR de Castelo Branco.

Em termos de execução do plano de investimentos a Águas do Centro tem o sistema base concluído no que se refere ao abastecimento, sendo que as obras a realizar no âmbito do abastecimento se resumem a obras de melhoria da eficiência e/ou fiabilidade do sistema, e nomeadamente à necessidade de substituição de sistemas autónomos com água de origem subterrânea por abastecimento de água de origem superficial.

No que se refere ao saneamento o sistema base previsto ainda não está totalmente concluído devido fundamentalmente à falta de redes de drenagem “em baixa” que garantam o funcionamento das respetivas infraestruturas “em alta”.

O plano de investimentos da Águas do Centro centra-se, neste momento, nas infraestruturas de abastecimento e saneamento dos municípios do médio tejo – Entroncamento, Mação, Sardoal e Vila Nova da Barquinha – e nas infraestruturas de saneamento do sistema base em que, devido às características do meio hídrico em que descarregam, são exigidos níveis de tratamento mais elevados, como é o caso das infraestruturas que descarregam para a Albufeira do Pracana (zona sensível por eutrofização) e para a Albufeira do Castelo de Bode como é o caso da ETAR de Outeiros.

No ano de 2011 foram concluídos as obras lançadas nos anos anteriores, foi iniciada a construção da ETAR de Castelo Branco, foi elaborado o projeto dos interceptores e estação elevatória para transporte do efluente das atuais ETAR de Castelo Branco para a nova ETAR, foi lançado o concurso para a conceção/construção da ETAR do Entroncamento e para a elaboração do projeto do sistema de drenagem, foram elaborados as peças do procedimento para lançamento do concurso para a conceção/construção das ETAR de Mação e Sardoal, para a remodelação das ETAR de Outeiros, Proença-a-Nova, Sertã, Benquerenças e Povoia/Tinalhas.

No que se refere às ETAR que descarregam para a Albufeira do Pracana, uma vez que se avançou com a construção de uma nova ETAR para Castelo Branco, a Águas do Centro está a avaliar com a ARH-Tejo a necessidade de aumentar o nível de tratamento nas ETAR de menor dimensão.

Estão ainda em fase final de elaboração as notas técnicas para lançamento do concurso para a remodelação das restantes ETAR dos municípios de Mação e Sardoal e da ETAR de Tancos e a elaboração do projeto de execução da ETAR da Praia do Ribatejo no município de Vila Nova da Barquinha.

No âmbito do abastecimento foi elaborado o estudo prévio para abastecimento a Mação e Sardoal, foi concluído o projeto de execução da conduta de ligação do Sistema da EPAL à zona industrial da Atalaia no município de Vila Nova da Barquinha e os projetos de abastecimento a Almaceda, Rochas, Monforte da Beira, Herdade e Santo Abril e Portela

do Fojo – Sistemas autónomos dos municípios de Castelo Branco, Sertã e Pampilhosa da Serra, sistemas que têm vindo a apresentar problemas de escassez de água na época seca ou de qualidade da água.

Para responder a um pedido do município de Proença-a-Nova foi elaborado o estudo de reforço do abastecimento de água para consumo humano àquele município em 750 m<sup>3</sup>/dia.

No ano de 2011 foi executado um investimento em obras no montante de 3,1 milhões de euros tendo sido assinados contratos no montante de 10,8 milhões de euros.

Em termos de financiamento das infraestruturas é de referir que, à exceção das obras relativas aos sistemas autónomos atrás descritos e ao reforço do abastecimento ao município de Proença-a-Nova, as restantes constam das candidaturas apresentadas pela Águas do Centro ao Programa Operacional Temático Valorização do Território (POVT), as quais foram aprovadas em 16/08/2011 e os respetivos contratos assinados em 24 e 25 de outubro de 2011.

Em 2011 o concedente devolveu à AdC o projeto de aditamento ao contrato de concessão para revisão de acordo com os comentários produzidos pela ERSAR, revisão que está a ser ultimada com a inclusão das projeções da população com base nos Censos 2011.

Foi remetido aos municípios para parecer uma segunda versão do Regulamento de Exploração do sistema de recolha e tratamento de águas residuais, o qual incorpora alterações decorrentes dos pareceres anteriores e de consulta à Entidade Reguladora.

A AdC tem em curso os estudos para Delimitação dos Perímetros de Proteção das Captações de água superficial e subterrânea e os Estudos e Projetos para a Conservação e Operacionalidade das Barragens da Águas do Centro, S.A.

As exigências decorrentes do Orçamento de Estado para 2011, bem como as orientações que foram sendo emitidas em matéria de despesas, obrigaram à adoção de um conjunto de medidas, com vista a reduzir as despesas com pessoal e as despesas com o fornecimento de serviços externos, medidas essas que implicaram um enorme esforço na sensibilização dos colaboradores e na racionalização de meios, já que a energia, uma das maiores rubricas de despesa teve um agravamento significativo, resultante da componente das redes de energia ativa e energia reativa em face das novas regras de faturação.

Por último é de referir que a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) e o Jornal Água & Ambiente, com a colaboração da APDA, da APESP, da APRH e do LNEC atribuíram o prémio de “Qualidade de Serviço em Águas e Resíduos 2011” à Águas do Centro.





**Águas do Centro forneceu 18.025.830 m<sup>3</sup> de água aos seus Clientes em 2011**

Este volume de água representou um caudal médio diário de 49.386 m<sup>3</sup>/dia, superior em 11% em relação ao ano de 2010.

Já o volume de águas residuais recolhido ascendeu a 14.274.472 m<sup>3</sup> e o volume faturado foi de 8.179.555 m<sup>3</sup>



# A - Governo da Sociedade

## I. Missão, Objetivos e Políticas

### I.1 Missão

A Águas do Centro, S.A., na qualidade de empresa concessionária do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais de Raia, Zêzere e Nabão, tem como missão assegurar a prestação de serviços de abastecimento de água com qualidade e fiabilidade – captação, tratamento e adução – e de saneamento de águas residuais – recolha, tratamento e rejeição – aos municípios integrados na concessão. A gestão da empresa deve fazer-se num contexto de procura permanente da sua sustentabilidade económica e financeira, seguindo os princípios da ecoeficiência e da responsabilidade social e ambiental.

### I.2 Visão

No exercício da sua atividade a Águas do Centro compromete-se a cumprir a missão que lhe foi confiada pelo Estado Português através da Concessão do Sistema Multimunicipal de Água e de Saneamento de Raia, Zêzere e Nabão e visa ser uma empresa de referência no setor da indústria da água, colocar-se entre as melhores do grupo Águas de Portugal ao nível da qualidade dos serviços prestados, e constituir um importante instrumento para o desenvolvimento da região onde se insere.

### I.3 Valores

A Águas do Centro insere-se num grupo com missão e valores comuns, e assume o compromisso de contribuir activamente para o desenvolvimento sustentado dos serviços de abastecimento de água e de recolha e tratamento das águas residuais, colocando, em todos os níveis da organização, todo o seu empenho no cumprimento das obrigações e responsabilidades sociais para com os seus acionistas, utilizadores, colaboradores, concedente, fornecedores e comunidade em geral.

Enquanto instrumento de desenvolvimento a empresa tem plena consciência das suas responsabilidades, não só a nível regional, mas também no cumprimento das metas nacionais e comunitárias estabelecidas para o setor em que se insere.

A sua atuação pauta-se por uma conceção, execução e operação responsável das instalações e processos de forma a garantir a qualidade do produto e serviços que presta, o uso eficiente e sustentável dos recursos, a prevenção dos riscos ambientais e riscos para a saúde dos seus colaboradores e população em geral.



A Águas do Centro tem como Valores Centrais:

- Excelência
- Integridade
- Responsabilidade
- Rigor
- Espírito de Servir

## I.4 Políticas

A Águas do Centro, S.A., assumindo o compromisso de contribuir ativamente para o desenvolvimento sustentável dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais e para a obtenção das metas definidas para o setor, coloca todo o seu empenho no cumprimento das obrigações e responsabilidades para com os acionistas, utilizadores, clientes, concedente, colaboradores, fornecedores e comunidade e, bem assim, na defesa e proteção do meio ambiente.

Neste contexto a Águas do Centro, S.A., desenvolve a sua atividade assente nos seguintes princípios:

### **Na perspetiva dos Utilizadores e Clientes**

Manter a satisfação dos utilizadores e clientes através da resposta adequada às suas necessidades e expectativas e ao reforço das parcerias com vista à melhoria dos serviços prestados.

### **Na perspetiva dos Colaboradores**

Promover o desenvolvimento pessoal e profissional dos Colaboradores, através de ações de sensibilização, formação e aprendizagem permanente, da melhoria das condições de trabalho e do fomento do seu envolvimento e responsabilidade.

### **Na perspetiva dos processos internos**

Assegurar a otimização dos processos por forma a garantir a qualidade e fiabilidade dos serviços prestados, o uso eficiente e sustentável dos recursos e a minimização dos impactes ambientais e riscos associados.

### **Na perspetiva da inovação e aprendizagem**

Apostar na aprendizagem contínua e no aprofundamento do conhecimento e das competências individuais como forma de assegurar o desenvolvimento e a inovação imprescindíveis à melhoria contínua do sistema de gestão, e motivação e retenção dos melhores colaboradores.

## I.5 Objetivos Estratégicos

Tendo em conta a Missão e a política empresarial, bem como as orientações estratégicas aprovadas pela Assembleia-Geral para o mandato 2010-2012 Águas do Centro, S.A. prosseguirá a sua função estruturante no setor do ambiente, contribuindo para a melhoria da gestão dos recursos disponíveis na região onde se insere.

A adoção do princípio de que, tendencialmente, as receitas devem cobrir integralmente os custos dos serviços, como forma de garantir a sustentabilidade do setor, exige uma crescente otimização da gestão numa perspetiva de racionalização de custos e, bem assim, numa adequada ponderação das soluções a adoptar na realização dos investimentos necessários ao cumprimento dos objetivos definidos, sem prejuízo do respeito pelo quadro legal em vigor.

Assim, a Águas do Centro, S.A., consciente das suas responsabilidades no cumprimento das metas nacionais e comunitárias estabelecidas no Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PEAASAR), prosseguirá com a sua missão de conceber, construir e gerir as infraestruturas do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Águas e de Saneamento de Raia, Zêzere e Nabão, visando:

- Assegurar a sustentabilidade económica e financeira do Sistema Multimunicipal;
- Contribuir para a prossecução das políticas públicas e atingimento dos objetivos nacionais no domínio do ambiente.



## 2. Regulamentos Internos e Externos

A Águas do Centro, SA tem em vigor os seguintes regulamentos internos:

- **Prevenção e Controlo da Alcoolemia** – Visa a prevenção do consumo de bebidas alcoólicas, com vista à defesa da imagem, saúde e bem-estar do trabalhador; no respeito pela integridade de todos quantos prestam serviço na empresa e definir a metodologia a adotar para a prevenção e controlo de consumo de bebidas alcoólicas;
- **Atribuição e utilização de viaturas de serviço** – Define as condições de aquisição, atribuição e utilização de viaturas de serviço pelos colaboradores;
- **Código de Conduta e Ética** – Visa garantir a prática de condutas profissionais de elevado padrão moral por parte de todos os colaboradores, em complemento das disposições legais e regulamentares que devem observar;
- **Código de conduta Empresa e VIH** – A Águas do Centro subscreveu o Código de Conduta Empresas e VIH;
- **Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas** – Plano que identifica as áreas de maior risco na empresa;
- **Regulamento de atribuição e utilização de telemóveis** – Define as normas de atribuição e utilização dos telemóveis da empresa;
- **Política de uso de computador, programas de software e internet** – Define as regras internas na utilização dos computadores pessoais da empresa, do software utilizado e do acesso à internet;
- **Regulamento de Tempos e Assiduidades** – Define as regras internas quanto aos regimes de laboração, tipos de horários de trabalho e férias, faltas e licenças.

## 3. Informação sobre Transações Relevantes

### Procedimentos adotados em matéria de bens e serviços

A Empresa, durante o ano de 2011, aplicou os procedimentos da legislação em vigor.

### Lista de fornecedores que representem mais de 5% dos Fornecimentos e Serviços Externos

Ao nível dos Fornecimentos e Serviços Externos, apresenta-se de seguida a lista dos fornecedores que representam mais de um milhão de euros (sem IVA) durante o ano de 2011 ou mais de 5% do universo dos FSE's da empresa.

Fornecedor	Montante	%
EDP - Comercial	763.182,10 €	17,3%
Galp Power	708.901,81 €	16,1%
EDP - Serviço Universal	561.874,31 €	12,7%
João de Almeida Barata	345.902,14 €	7,8%
AdP-Águas de Portugal, SGPS, S.A.	228.944,33 €	5,2%

### Lista de fornecedores de imobilizado que apresentam mais de um milhão de euros de faturação

Ao nível dos imobilizados, apresenta-se de seguida a lista dos fornecedores que representam mais de um milhão de euros (sem IVA) durante o ano de 2011.

Fornecedor	Montante
Mota-Engil	1.210.770,12 €

### Universo das transações que não tenham ocorrido em condições de mercado

O relacionamento das empresas participadas com a unidade de serviços partilhados, a AdP, Serviços Ambientais, S.A., funciona no quadro de uma relação *in house* estabelecida com base num modelo relacional aprovado pela AdP – Águas de Portugal SGPS, S.A.

### 3.1 Informação sobre Contratos de Prestação de Serviços

Em matéria de contratação pública, cumpre assinalar que foi transmitida às empresas participadas pela Comissão Executiva da AdP-Águas de Portugal, SGPS, S.A., e por estas implementada a orientação vertida no Despacho n.º 438/10 - SETF, de 10 de maio de 2010, em cumprimento do estabelecido no Ofício Circular n.º 6132, da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, de 6 de agosto de 2010, que determina que nos contratos de prestação de serviços de valor igual ou superior a € 125.000 (cento e vinte e cinco mil euros) devem ser cumpridas as seguintes formalidades:

- A adjudicação deve ser precedida de justificação da necessidade de contratar, tanto do ponto de vista económico, como da ausência de soluções internas, bem como da explicitação dos objetivos que se pretende alcançar;
- Os resultados obtidos sejam objeto de avaliação;
- Os desvios quanto à realização temporal e financeira sejam justificados.

Para além do exposto, nos procedimentos desenvolvidos no ano de 2010 relativos à formação de contratos abrangidos pelo Código dos Contratos Públicos, foram observadas pelas empresas participadas, conforme comunicação individualizada prestada à AdP-Águas de Portugal, SGPS, S.A., as normas de contratação pública consagradas no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com a redação conferida pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro e pela Lei n.º 3/2010, de 27 de abril.

## 4. Modelo de Governo

O modelo de governo da Águas do Centro tem como enquadramento os Estatutos da Sociedade, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2001, de 30 de junho de 2001, publicado no suplemento ao Diário da República, I Série – A, n.º 150 de 30 de junho de 2001, o Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, e os Princípios de Bom Governo das empresas do Setor Empresarial do Estado, constantes da Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de março, bem como o Código das Sociedades Comerciais.

A estrutura social incluiu os seguintes órgãos:

- Assembleia-Geral
- Conselho de Administração
- Fiscal Único

### 4.1 Órgãos Sociais

Os Órgãos Sociais eleitos na Assembleia-Geral de Acionistas, realizada no dia 30 de março de 2010, apresentam a seguinte composição: Tendo em conta o estipulado no n.º 1 do artigo 14º do Contrato de Sociedade, a Mesa da Assembleia-Geral é constituída por um

Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário, sendo estes escolhidos entre acionistas ou outras pessoas.

A Assembleia-Geral é convocada e dirigida pelo Presidente da Mesa ou, na sua ausência ou impedimento, pelo Vice-Presidente. Todos os membros são eleitos por um período de três anos, em Assembleia-Geral.

Os Órgãos Sociais eleitos na Assembleia-Geral de Acionistas, realizada no dia 30 de março de 2010, apresentam a seguinte composição:

#### Mesa da Assembleia-Geral

**Presidente:** Município de Pampilhosa da Serra, representado pelo Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Pacheco Brito Dias

**Vice-presidente:** Paulo Manuel Marques Fernandes

**Secretário:** Ana Cristina Rebelo Pereira

## Conselho de Administração

<b>Presidente não executivo:</b>	Joaquim Marques Ferreira
<b>Vogal Executivo:</b>	Amável Francisco dos Santos
<b>Vogal:</b>	Miguel Augusto Salgueiro da Silva Ferreira
<b>Vogal:</b>	Joaquim Morão Lopes Dias
<b>Vogal:</b>	Fernando Rui Linhares Corvelo de Sousa

## Fiscal Único

**Efetivo:** Ernest & Young Audit & Associados – SROC, SA, representada por Rui Abel Serra Martins (ROC. n.º 1119) ou João Carlos Alves (ROC n.º 896)

**Suplente:** Rui Manuel da Cunha Vieira (ROC n.º 1154)

## Comissão de Vencimentos

**Presidente não executivo:** Pedro Eduardo Passos Cunha Serra<sup>(1)</sup>

**Vogal:** João Paulo Marçal Lopes Catarino

**Vogal:** Paulo Jorge Pinto da Silva

(1) – Renunciou ao cargo em 22 de novembro de 2011

## Conselho de Administração

A estrutura de governação da Águas do Centro, S.A, está de acordo com o Código das Sociedades Comerciais e os estatutos da empresa, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2001, de 30 de junho de 2001.

Nos termos do n.º 1 do artigo 18.º dos Estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração é composto por três ou cinco membros, sendo um Presidente e os restantes Vogais. O Conselho de Administração é eleito pela Assembleia-Geral que designa, também, o seu Presidente de entre os Administradores eleitos.

O Conselho de Administração, eleito para o triénio 2010/2012, na reunião da Assembleia-Geral de 30 de março de 2010, é composto por cinco membros.

Ao Conselho de Administração compete deliberar, nos termos do Código das Sociedades Comerciais, sobre qualquer assunto da administração da sociedade e reúne sempre que convocado pelo seu presidente ou por dois administradores e pelo menos uma vez por mês.

O Conselho de Administração deliberou, por unanimidade, nos termos do disposto no artigo 20º dos Estatutos da Sociedade, delegar a gestão corrente da Sociedade, no Administrador-Executivo, o qual detém a competência que lhe foi delegada pelo Conselho de Administração.

## Competências do Administrador Executivo

- Gerir os negócios sociais e praticar todos os atos e operações relativas ao objeto social que não caibam na competência exclusiva do Conselho de Administração;
- Representar a sociedade em juízo e fora dele, activa e passivamente;
- Adquirir bens necessários ao funcionamento da sociedade, cujo valor não ultrapasse € 30.000,00 (trinta mil euros) e aprovar as peças do procedimento de formação dos contratos, devendo o administrador-delegado informar o Conselho de Administração das adjudicações efetuadas ao abrigo da presente alínea;
- Contratar prestações de serviço necessárias ao exercício da atividade da sociedade, cujo valor não ultrapasse € 30.000,00 (trinta mil euros) e aprovar as peças do procedimento de formação dos contratos, devendo o administrador-delegado informar o Conselho de Administração das adjudicações efetuadas ao abrigo da presente alínea;
- Contratar empreitadas necessárias à realização do investimento previsto pela sociedade, cujo valor não ultrapasse € 100.000,00 (cem mil euros) e aprovar as peças do procedimento de formação dos contratos, devendo o administrador-delegado informar o Conselho de Administração das adjudicações efetuadas ao abrigo da presente alínea;
- Autorizar pagamentos até € 100.000,00 (cem mil euros) exceto no caso do pagamento dos salários em que não há limite.
- Desenhar a organização técnico-administrativa da sociedade as normas de funcionamento interno;



- Recrutar pessoal de acordo com os procedimentos definidos pela política geral do Grupo e exercer a função disciplinar;
- Constituir mandatários, com poderes que julgar convenientes, no âmbito dos poderes delegados;
- Introduzir quaisquer modificações na organização técnico-administrativa da empresa que se revelem necessárias;
- Abrir e movimentar contas, por si e isoladamente, tanto a débito como a crédito em quaisquer instituições de crédito, sacar e endossar cheques e outros títulos de crédito, nomeadamente letras e livranças, não podendo nenhuma das referidas operações exceder € 100.000 (cem mil euros), com exceção da movimentação entre contas da sociedade, incluindo o saque e endosso de cheques, casos em que não existe qualquer limite, devendo o administrador-delegado informar o Conselho de Administração das operações efetuadas ao abrigo da presente alínea;
- Outorgar por si só em arrendamentos necessários às instalações da sociedade e na aquisição de prédios necessários à sociedade.

## Fiscalização

Nos termos legais, a fiscalização da gestão da sociedade é assegurada por um Fiscal Único, que é simultaneamente Revisor Oficial de Contas.

## Assembleia-Geral

Tendo em conta o disposto no artigo 14.º dos Estatutos da Sociedade, a Mesa da Assembleia-Geral é constituída por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário.

A Assembleia-Geral é convocada e dirigida pelo Presidente da Mesa ou, na sua ausência ou impedimento, pelo Vice-Presidente.

## Curriculum Vitae dos Membros do Conselho de Administração

### Joaquim Marques Ferreira (não executivo)

Nasceu em Reguengo do Fetal – Batalha a 18 de abril de 1954, licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, desempenhou as funções de Presidente do ICN; membro da Comissão Nacional da REN; Administrador da EDIA; Consultor de Empresas; Coordenador dos Planos de Bacias Hidrográficas; Coordenador do Grupo de Trabalho do Projeto da Lei-quadro da Água; Presidente do Conselho de Administração da EDIA. Actualmente desempenha as funções de Presidente do Conselho de Administração das seguintes empresas: Águas do Centro, S.A.; Águas de Santo André, S.A.; Águas do Algarve, S.A. e Águas Públicas do Alentejo, S.A.

### Amável Francisco dos Santos (executivo)

Nasceu em Camões, freguesia de Juncal do Campo, concelho de Castelo Branco a 11 de janeiro de 1956, licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Economia de Lisboa. Ingressou na Direção-Geral da Função Pública em 1976 e atualmente é Assessor Principal do quadro de pessoal da Direção-Geral do Orçamento do Ministério das Finanças e da Administração Pública.

Ao longo da sua vida profissional desempenhou várias funções e os seguintes cargos: Chefe de Divisão do Departamento Central de Planeamento de março de 1985 a março de 1986; Chefe de Divisão de Contabilidade da 14.ª. Delegação - PIDDAC - da Direção-Geral da Contabilidade Pública de março de 1987 a novembro de 1989; Diretor da 6.ª. Delegação da Direção-Geral da Contabilidade Pública junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros de novembro de 1989 a novembro de 1991; Subdiretor-Geral das Contribuições e Impostos de março de 1992 a abril de 1994; Gestor do PRODEP – Programa de Desenvolvimento Educativo para Portugal (Intervenção Operacional da Educação) de maio de 1994 a julho de 2000; Diretor da Agência Nacional para os Programas Sócrates e Leonardo da Vinci de julho de 2000 a maio de 2002; Adjunto do Gabinete da Ministra de Estado e das Finanças de maio 2002 a fevereiro de 2003; Diretor-Geral do Desenvolvimento Regional e, por inerência, Presidente da Comissão de Gestão do QCA III e Gestor do Programa Operacional da Assistência Técnica do QCA III, de fevereiro de 2003 a abril de 2006; Assessor da Águas de Portugal, SGPS, S.A. de janeiro a março de 2007. É Administrador-Executivo da Águas do Centro, S.A., desde 20 de março de 2007.

### Miguel Augusto Salgueiro da Silva Ferreira (não executivo)

Mestre em Engenharia do Ambiente, licenciado em Engenharia Civil pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e frequência em MBA de Gestão de empresas.

Profissionalmente, desempenhou várias funções e diferentes cargos de direção, ao nível técnico colaborou com o IHRH (Instituto de Hidráulica e Recursos Hídricos) em projetos do domínio Hidráulico e de Saneamento Básico e, com a Direção de Ambiente do Norte, no âmbito do Inventário Nacional de Saneamento Básico. Participou ainda, na elaboração de vários projetos técnicos de ETA e ETAR.

De 1996 a 1999 desempenha funções de gestão de projeto na Direção de Obras da empresa Águas do Douro e Paiva S.A. A partir de 1999 desempenha as funções de Diretor de Produção. Desde julho de 2007 desempenha funções de Administrador Executivo na empresa Águas do Zêzere e Côa S.A. e vogal não executivo na empresa Águas do Centro, S.A., desde março de 2010.

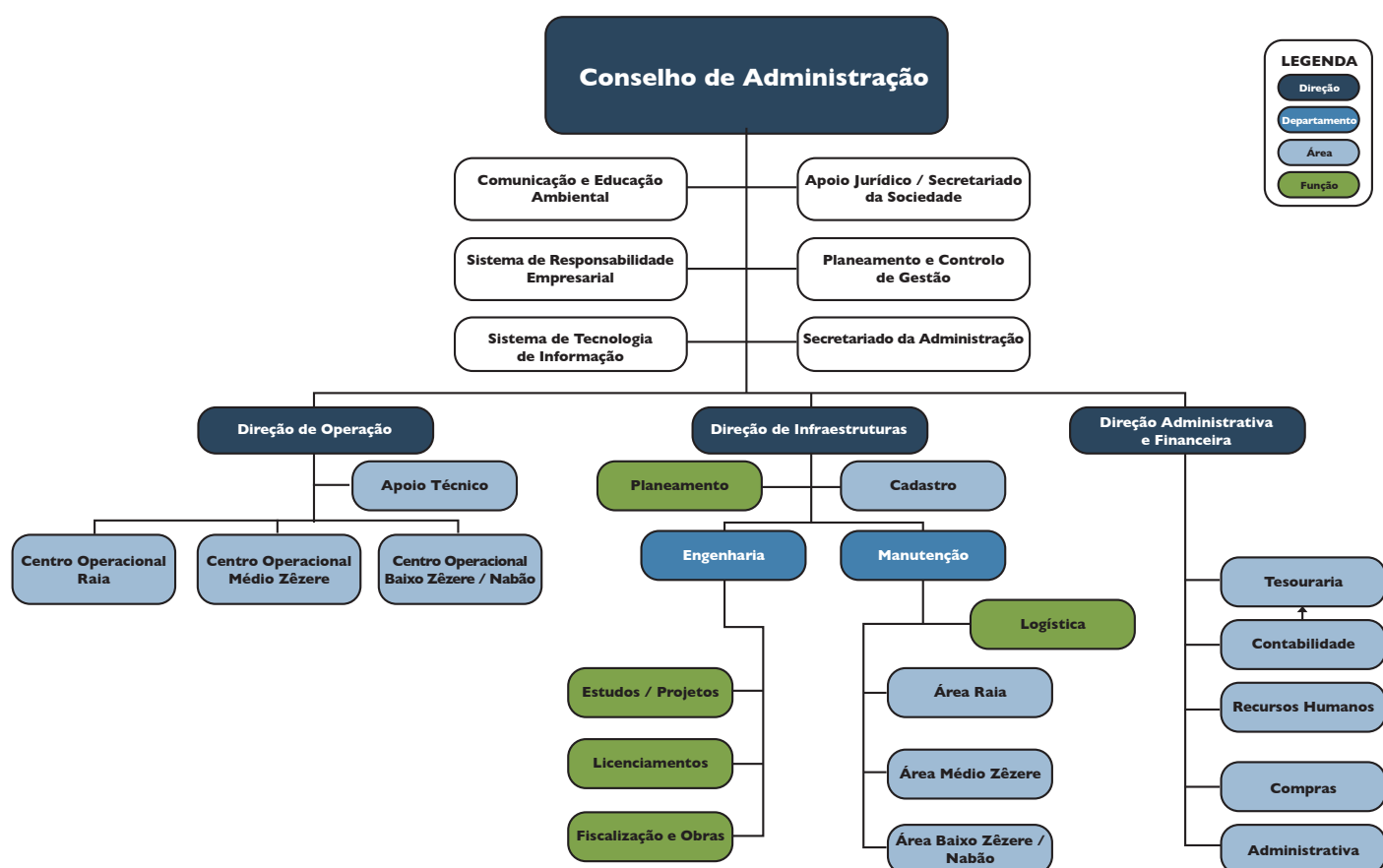
#### Joaquim Morão Lopes Dias, Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco (não executivo)

Nasceu em Idanha-a-Nova a 22 de julho de 1945. De 1976 a 1982 foi Vereador na Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, de 1982 a 1997 foi Presidente da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova e desde 1997 Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco. É também, Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Idanha-a-Nova, Vice-Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses, Membro da Comissão de Acompanhamento do PO Centro, Presidente do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento de Castelo Branco e Membro do Conselho de Administração da Águas do Centro, S.A.

#### Fernando Rui Linhares Corvelo de Sousa, Presidente da Câmara Municipal de Tomar (não executivo)

Nasceu em Tomar — S. Joao Baptista, a 6 de julho de 1947, Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Desempenhou as funções de juiz de Instrução, Membro da Direção da Caixa de Crédito Agrícola do Ribatejo Norte, Membro do Conselho Fiscal da Escola Profissional de Tomar, Vice-presidente da Câmara Municipal de Tomar, desde 2002. Atualmente desempenha as funções de Presidente da Câmara Municipal de Tomar, desde fevereiro de 2008, Presidente da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo – CIMT, Presidente do Conselho de Administração da ASTAQ Técnica EIM, Presidente da Mesa da Assembleia-Geral da Santa Casa da Misericórdia de Tomar e Membro do Conselho de Administração da Empresa Águas do Centro.

## 4.2 Estrutura Organizacional



As funções das várias direções e áreas de apoio são as seguintes:

## Direção de Operação

Assegurar a gestão e operação do sistema de captação, tratamento e adução de água, por forma a garantir a entrega de água em quantidade e qualidade, bem como do sistema de coleta e tratamento de águas residuais e descarga no meio recetor.

A Direção de Operação está territorialmente organizada pelos seguintes centros operacionais:

- Centro Operacional da Raia
- Centro Operacional do Médio Zêzere
- Centro Operacional do Baixo Zêzere e Nabão

## Direção de Infraestruturas

Cabe assegurar o planeamento, controlar a conceção e execução das infraestruturas necessárias ao Sistema, e a manutenção de infraestruturas, equipamentos elétricos, eletrónicos e hidráulicos.

Cabe ainda coordenar as áreas de Sistemas de Informação Geográfica, bem como de Cartografia e Cadastro.

Para o efeito a Direção de Infraestruturas dispõe de um Departamento de Engenharia e de um Departamento de Manutenção.

## Departamento de Engenharia

Assegurar a execução dos investimentos da Empresa, nomeadamente ao nível dos Estudos, Projetos, Assessorias, e empreitadas de construção e remodelação das infraestruturas previstas, no sentido de garantir a existência das várias infraestruturas necessárias, em tempo oportuno, aos processos de captação, tratamento e distribuição de água e de coleta e tratamento de águas residuais, de forma a cumprir o projeto técnico definido para o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento de Raia, Zêzere e Nabão, e o cumprimento dos procedimentos de contratação pública da despesa, bem como os licenciamentos relacionados com a utilização do espaço e equipamentos.

## Departamento de Manutenção

Assegurar a manutenção, conservação das Infraestruturas (edifícios e espaços envolventes, condutas e emissários), e a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos elétricos, eletrónicos e hidráulicos.

## Direção Administrativa e Financeira

Garantir o funcionamento global das funções financeiras e administrativas e assegurar o apoio à Administração da empresa em matérias de gestão económica, financeira e administrativa e controlo da política de recursos humanos.

## Área de Comunicação e Educação Ambiental

Assegurar a coordenação e implementação da política de comunicação da empresa, elaborar o Plano de Comunicação da Empresa, dinamizar os fluxos de informação com os diversos públicos, contribuindo para a melhoria da imagem da empresa.

## Área de Responsabilidade Empresarial

Assegurar o cumprimento dos procedimentos internos, promover a melhoria contínua dos processos operacionais da empresa e assegurar a implementação e manutenção do sistema da qualidade, do ambiente, da segurança e de responsabilidade social.

## Área de Tecnologias de Informação

Assegurar a gestão dos sistemas de informação, de forma a garantir informação integrada e fidedigna a todos os níveis de decisão.

## Área de Apoio Jurídico/ Secretário da Sociedade

Assessorar a Administração e assegurar a gestão dos processos de contencioso, bem como o apoio técnico e jurídico às diferentes áreas funcionais.



## Área de Planeamento e Controlo de Gestão

Monitorizar e controlar a atividade empresarial e gestão da informação. Coordenar e elaborar os documentos de planeamento estratégico.

## Área de Secretariado da Administração

Assegurar o apoio administrativo à Administração, secretariar o Conselho de Administração e assegurar as sinergias de complementaridade entre o apoio geral e as diferentes direções.

### 4.2.1 Funcionamento/Organização

As infraestruturas da empresa, com exceção do sistema autónomo do Casal da Serra, são operadas integralmente por colaboradores da AdC, incluindo a manutenção de primeiro nível. A manutenção especializada é executada com recurso à contratação de serviços. É igualmente assegurada com recurso a serviços externos a realização de análises da qualidade da água e das águas residuais no âmbito do PCQA, PCQAR e Plano de Controlo Operacional.

São também externalizados os serviços de recolha e encaminhamento a destino final de resíduos, a elaboração de projetos, a fiscalização e a construção das obras que a empresa promove.

### 4.2.2 Relações com as partes interessadas

A AdC todas as obrigações legais e estatutárias em matéria de divulgação de informação, assegurando os deveres inerentes a um adequado relacionamento com as partes interessadas, nomeadamente acionistas, utilizadores, entidade reguladora, concedente, colaboradores e comunidade.

## 5. Remunerações e Outros Encargos

Nos termos da alínea h) do n.º 2 do artigo 17º dos Estatutos da Águas do Centro, é à Assembleia-Geral que compete, especialmente, deliberar sobre as remunerações dos membros dos Órgãos Sociais, podendo, para o efeito, designar uma Comissão de Vencimentos.

Na Assembleia-Geral de 30 de março de 2010 foi eleita a Comissão de Vencimentos composta por um Presidente, um Vice-presidente e um Secretário, a qual, reuniu pela primeira vez em 15 de setembro de 2010, que fixou as remunerações relativas ao mandato 2010/2012.

O montante total de remunerações, auferido pelo conjunto dos membros do órgão de administração da Sociedade, no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foi o seguinte:

Mesa de Assembleia-Geral			
Mandato 2010-2012	Presidente	Vice-Presidente <sup>(1)</sup>	Secretário <sup>(1)</sup>
<b>Ano de 2011</b>			
I.I. Senhas de Presença (a)	0	0	0

(a) Corresponde à Remuneração Anual Bruta auferida, decorrente do estatuto remuneratório fixado.

<sup>(1)</sup> Valores faturados pela AdP-Águas de Portugal, SGPS, S.A.

<b>Conselho de Administração</b>				
<b>Mandato 2010-2012</b>	<b>Presidente Não executivo<sup>(1)</sup></b>	<b>Vogal executivo</b>	<b>Vogal Não executivo<sup>(1)</sup></b>	<b>Vogal Não executivo</b>
<b>Ano de 2011</b>				
<b>1. Remunerações</b>				
1.1. Remuneração base Anual/Fixa (€)	34.412	96.222	22.813	0
1.2. Redução decorrente da Lei 12-A/2010 (€)	1.106	4.812	733	0
1.3. Redução decorrente da Lei 55-A/2010 (€)	3.269	9.141	2.167	0
1.4. Remuneração Anual Efetiva (1.1.- 1.2.-1.3.) (€)	30.037	82.269	19.912	0
1.5. Senha de presença (€)	0	0	0	0
1.6. Acumulação de funções de gestão (€)	0	0	0	0
1.7. Remuneração variável (€)	0	0	0	0
1.8. IHT (isenção de horário de trabalho) (€)	0	0	0	0
1.9. Outras (identificar detalhadamente) (€)	-	-	-	-
<b>2. Outras Regalias e Compensações</b>				
2.1. <i>Plafond</i> Anual em comunicações móveis (€)	0	2.100	0	0
2.2. Gastos na utilização de comunicações móveis (€)	0	627	0	0
2.3. Subsídio de deslocação (€)	0	0	0	0
2.4. Subsídio de refeição (€)	0	1.429	0	0
2.5. Outras (identificar detalhadamente) (€)	-	-	-	-
<b>3. Encargos com Benefícios Sociais</b>				
3.1. Regime de Proteção Social (€)	0	6.329	0	0
3.2. Seguros de saúde (€)	0	806	0	0
3.3. Seguros de vida (€)	0	548	0	0
3.4. Seguro de Acidentes Pessoais (€)	0	0	0	0
3.5. Outros (identificar detalhadamente) (€)	-	-	-	-
<b>4. Parque Automóvel</b>				
4.1. Marca	-	Audi	-	-
4.2. Modelo	-	A4	-	-
4.3. Matrícula	-	60-FO-23	-	-
4.4. Modalidade de Utilização (Aquisição/ALD/Renting/Leasing)	-	AOV	-	-
4.5. Valor de referência da viatura nova (€)	-	29 940	-	-
4.6. Ano Início	-	2008	-	-
4.7. Ano Termo	-	2012	-	-
4.8. N° Prestações (se aplicável)	-	48	-	-
4.9. Valor Residual (€)	-	16.705	-	-
4.10. Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço (€) (2)	-	8.061	-	-
4.11. Combustível gasto com a viatura (€)	-	3.261	-	-
4.12. <i>Plafond</i> anual Combustível atribuído (€)	-	5.722	-	-
4.13. Outros (identificar detalhadamente) (€)	-	-	-	-
<b>5. Informações Adicionais</b>				
5.1. Opção pela remuneração do lugar de origem (s/n)	NA	N	NA	NA
5.2. Remuneração Líquida Anual pelo lugar de origem (€)	NA	N	NA	NA
5.3. Regime de Proteção social	NA	CGA	NA	NA
5.3.1. Segurança social (s/n)	NA	N	NA	NA
5.3.2. Outro (indicar)	NA	N	NA	NA
5.4. Exercício funções remuneradas fora grupo (s/n)	NA	N	NA	NA
5.5. Outras (identificar detalhadamente)	-	-	-	-

(a) Corresponde à Remuneração Anual Bruta auferida, decorrente do estatuto remuneratório fixado ou do lugar de origem, caso essa opção tenha sido autorizada.  
(b) Caso a Viatura de Serviço tenha sido adquirida através de contratos de *Leasing*, *ALD*, *AQV*, *Renting*, etc., deverá ser colocado o número de prestações contratualizadas.  
S - Sim; N - Não; NA - Não Aplicável; <sup>(1)</sup> Valores faturados pela AdP-Águas de Portugal, SGPS, S.A.; <sup>(2)</sup> Valor referente às rendas de AQV pagas durante o ano.

Fiscal Único		
Mandato 2010-2012	2010	2011
Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.	12.000 €	12.000 €

## 6. Análise da Sustentabilidade

A Águas do Centro, consciente das suas responsabilidades enquanto gestora de um sistema de abastecimento de água e tratamento de águas residuais a cerca de 200.000 e 140.000 habitantes respetivamente residentes nos 17 municípios utilizadores e, parcialmente, ainda aos municípios do Fundão e Ansião através da Águas do Zêzere e Côa e do Mondego, respetivamente, tem procurado efetuar uma gestão eficiente dos seus recursos visando a eficiência económica e financeira, sem contudo descurar o cumprimento das normas de qualidade e o respeito pelos valores sociais e ambientais, com vista ao desenvolvimento sustentável.

A sustentabilidade está presente na política empresarial da Águas do Centro, que aposta numa gestão cada vez mais eficiente do Sistema Multimunicipal, pelo fornecimento de água em conformidade à população e tratamento e rejeição das águas residuais tratadas no meio hídrico.

Na sua gestão operacional, com vista à minimização dos impactes ambientais, a empresa tem dado especial relevância à redução do consumo de recursos, nomeadamente reagentes, combustível e energia.

A produção e o encaminhamento de resíduos, bem como a redução das perdas de água são outros dos impactes que têm merecido destaque por parte da AdC.

A Águas do Centro tem vindo a proceder à medição do ruído ambiente nas suas principais instalações em exploração por forma a salvaguardar a possibilidade de poder causar incomodidade, quer aos trabalhadores da empresa quer aos cidadãos em geral.

## 7. Gestão do Capital Humano

A AdC tem procurado realizar uma gestão do capital humano da empresa no sentido de promover a valorização individual dos recursos humanos e promover o mérito e criatividade individual.

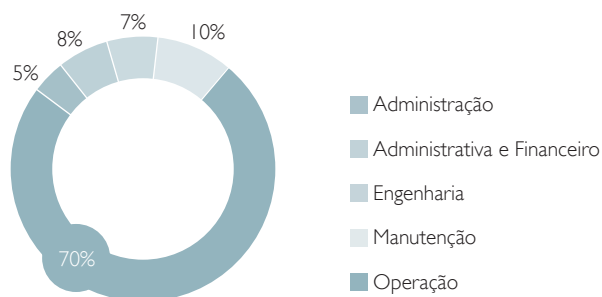
Tem igualmente vindo a privilegiar o acolhimento de estagiários provenientes das escolas secundárias e Institutos Politécnicos da área de intervenção do Sistema Multimunicipal - estágios curriculares e profissionais e alunos de Mestrado.

### Evolução do Quadro de Pessoal

	2008	2009	2010	2011	Varição 2011-2010
Administração	4	3	4	5	1
Administrativa e Financeiro	7	9	9	9	0
Engenharia	11	8	8	7	-1
Manutenção	7	8	11	11	0
Operação	67	71	75	74	-1
<b>Total</b>	<b>96</b>	<b>99</b>	<b>107</b>	<b>106</b>	<b>-1</b>



## RH por Área de Atividade

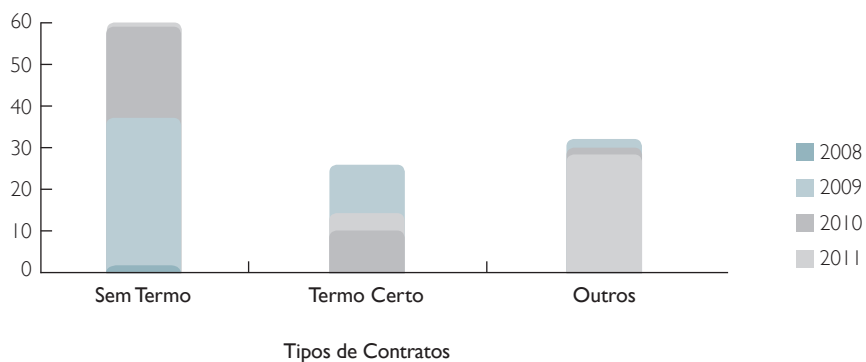


## Evolução Massa Salarial (€)

	2008	2009	2010	2011	Varição 2011-2010
Administração	206.597	243.889	207.147	<b>206.930</b>	-217
Administrativa e Financeiro	129.124	203.314	202.013	<b>165.694</b>	-36.318
Engenharia	258.680	179.013	165.462	<b>152.909</b>	-12.553
Manutenção	181.295	192.242	255.892	<b>227.978</b>	-27.914
Operação	1.085.712	1.207.005	1.214.701	<b>1.129.499</b>	-85.202
<b>Total</b>	<b>1.861.408</b>	<b>2.025.463</b>	<b>2.045.214</b>	<b>1.883.010</b>	<b>-162.204</b>

## Evolução do Vínculo Laboral

Tipos de Contrato	2008	2009	2010	2011	Varição 2011-2010
Sem Termo	38	59	63	<b>64</b>	1
Termo Certo	26	9	14	<b>15</b>	1
Outros	31	30	29	<b>26</b>	-3
<b>Total</b>	<b>95</b>	<b>98</b>	<b>106</b>	<b>105</b>	<b>-1</b>

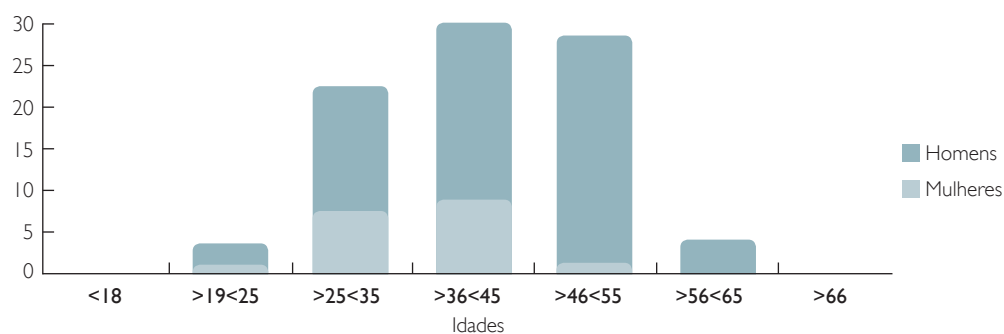


O número de colaboradores em 31 de dezembro de 2011 era de 105, excluindo Órgãos Sociais

## Escalão Etário, Idade Média e Sexo

Idades	Homens	Mulheres	Total
<18	0	0	0
>19<25	2	1	3
>26<35	21	7	28
>36<45	32	8	40
>46<55	29	1	30
>56<65	4	0	4
>66	0	0	0
<b>Total</b>	<b>88</b>	<b>17</b>	<b>105</b>
<b>Idade Média</b>	<b>41,5</b>	<b>35,4</b>	<b>40,5</b>

## Nível Etário



## Antiguidade

Níveis de Antiguidade	Anos
<1	4
>1<2	13
>3<5	27
>6<10	61
>11	0
<b>Antiguidade Média</b>	<b>5.66</b>

## Habilitações Literárias

Habilitações Literárias	
Ensino Básico	41
Ensino Secundário	35
Ensino Superior	29

## Absentismo

	2009		2010		2011	
	Horas	Dias	Horas	Dias	Horas	Dias
Acidente de Trabalho	680	85	348	44	277	35
Baixa Médica	1.352	169	1.872	234	2.932	367
Licença Parental	1.744	218	864	108	4.352	544
Licença de Casamento	160	20	88	11	72	9
Licença de Nojo	48	6	264	33	168	21
Outros motivos	661	83	898	112	1.027	130
<b>Total</b>	<b>4.645</b>	<b>581</b>	<b>4.334</b>	<b>542</b>	<b>8.828</b>	<b>1.105</b>

## Trabalho Suplementar

	2009		2010		2011	
	Horas	Valor (€)	Horas	Valor (€)	Horas	Valor (€)
Em dias úteis - Remuneradas a 50%	681	5.458	330	2.459	241	1.711
Em dias úteis - Remuneradas a 75%	680	5.735	660	5.941	407	3.508
Em dias desc. complementar e obrigatório - Remuneradas a 100%	2.493	24.848	2.087	20.091	1.814	15.531
<b>Total</b>	<b>3.854</b>	<b>36.041</b>	<b>3.077</b>	<b>28.491</b>	<b>2.663</b>	<b>20.750</b>

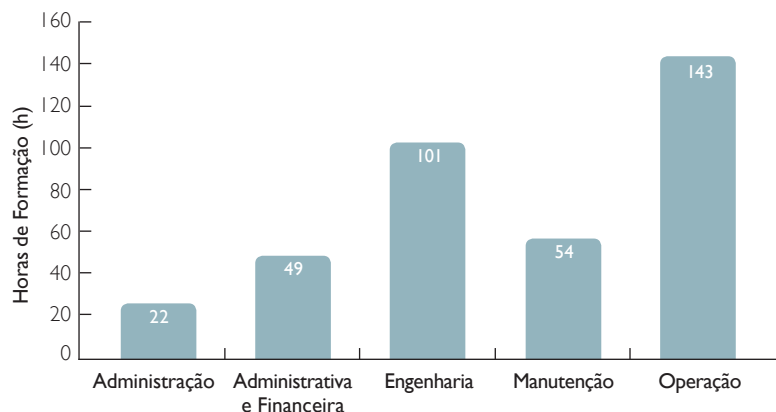
## Formação

A formação profissional é um dos objetivos presentes na atividade da empresa que procura responder continuamente às necessidades de desenvolvimento dos seus colaboradores, cumprindo a dupla função de produzir satisfação profissional e contribuir para elevar o grau de desempenho.

Durante o ano de 2011, os colaboradores da Águas do Centro, S.A. obtiveram formação, através de entidades externas acreditadas para este fim. Os colaboradores da empresa participaram ainda em seminários e encontros técnicos.

No sentido de desenvolver competências necessárias à evolução de maturidade da empresa foram promovidas ações de formação durante o ano de 2011 nas áreas mais críticas, nomeadamente na área de operação.

A figura seguinte apresenta a formação realizada em 2011 por área de atividade da empresa:





## 8. I&D e Inovação

A Águas do Centro, S.A. dando continuidade ao que se tem vindo a fazer todos os anos, apoia e promove estágios curriculares nas áreas da Engenharia e Ambiente, quer ao nível do ensino superior, quer ao nível do ensino secundário/profissional.

Em parceria com o Instituto Politécnico de Castelo Branco tem igualmente propiciado o desenvolvimento de teses de mestrado na área do tratamento de águas residuais e seu impacto no meio hídrico.

A marcar o ano de 2011 esteve ainda a conclusão do projeto de I&D“ Iniciativa Nacional de Avaliação de Desempenho de ETA e ETAR urbanas – PAST 21”, no qual a Águas do Centro participou e que visou contribuir para uma melhoria contínua do desempenho técnico e económico das infraestruturas de tratamento de água e de águas residuais.

O projeto foi coordenado pelo LNEC e teve dimensão nacional, com o estudo de 10 ETA e de 17 ETAR distribuídas por todo o território continental, exploradas por 12 entidades gestoras.

## 9. Ética e Prevenção da Corrupção

A Águas do Centro dispõe de um Código de Conduta e Ética aprovado pelo Conselho de Administração e divulgado por todos os colaboradores. Está igualmente disponível no endereço eletrónico da Empresa (<http://www.aguasdocentro.pt>)

## 10. Controlo do Risco

A Águas do Centro e em particular, o seu Conselho de Administração, dedica grande atenção aos riscos inerentes à sua atividade, a qual é alcançada através da monitorização periódica dos principais riscos da atividade que resultam da operação diária.

Em 2011 foi dada continuidade ao projeto de gestão do risco empresarial, que teve como principais resultados uma avaliação integrada do risco e a sistematização do processo de gestão do risco, permitindo criar uma linguagem comum na definição e conceito de cada risco, a par do alinhamento dos objetivos com os riscos e respetivos controlos em vigor na empresa.

Os riscos encontram-se organizados de acordo com uma estrutura de classes e categorias definidas de acordo com a metodologia COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), a qual apresentamos em baixo:



A avaliação dos riscos é efetuada na perspetiva da probabilidade de ocorrência e do impacto, considerando os respetivos riscos inerente e residual. Deste modo, procura-se aferir a eficácia do sistema de controlo interno instituído por cada empresa para manter o nível de risco num patamar considerado aceitável.

Os riscos são avaliados considerando várias dimensões, pelo que quando se avalia o impacto estão a ser consideradas para cada risco diversas dimensões, nomeadamente:

- Financeira;
- Reputação;
- Legal ou regulamentar; e
- Nível de alinhamento com os objetivos de negócio.

A perspetiva da probabilidade de ocorrência do risco é avaliada considerando igualmente um conjunto alargado de fatores, nomeadamente:

- Existência e eficácia de controlos;
- Ocorrência anterior do risco;
- Complexidade do risco; e
- Capacidade instalada para gerir o risco (pessoas, processos, sistemas).

A Auditoria Interna e Controlo de Risco tem por missão a identificação dos riscos inerentes aos negócios do grupo AdP, a realização de auditorias internas às empresas participadas em posição maioritária, a caracterização dos elementos-chave de controlo necessários para minimizar ou eliminar o seu impacto e a realização de testes de conformidade para avaliar os resultados.

Considerando que reporta diretamente ao Conselho de Administração da AdP-Águas de Portugal SGPS, S.A., é reforçada a sua independência perante as administrações das empresas auditadas e está dotada de um adequado grau de autonomia na realização dos trabalhos, otimizando os recursos disponíveis e evitando a duplicação de estruturas.

Os riscos relacionados com as classes governação, estratégia e planeamento, conformidade e reporte são tratados e monitorizados pela Águas do Centro, sendo periodicamente apreciados pelo acionista maioritário (AdP-Águas de Portugal, SGPS, S.A.). A abordagem dos riscos da classe operacional e infraestrutura, para além de ser assegurada pela Águas do Centro e respetivos órgãos de gestão é complementada por estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da atividade do acionista maioritário, as quais têm como responsabilidade identificar e gerir os principais riscos.

Os principais riscos a que a empresa se encontra exposta são os seguintes:

- Envolvente política, económica e financeira
- Alterações de legislação, regulamentação e regulação;
- Relacionamento com os municípios;
- Continuidade do negócio;
- Cobranças; e
- Crédito e financiamento.

O Conselho de Administração instituiu ações de monitorização periódicas sobre os principais riscos identificados anteriormente, de forma a acompanhar a sua evolução e aferir o nível de controlo, estando as mesmas a ser realizadas conforme previsto.

## II. Prevenção de Conflitos de Interesses

Os membros do Conselho de Administração da Águas do Centro, S.A. têm conhecimento do regime de impedimentos definido na Lei n.º 64/93, de 26 de agosto, no Estatuto do Gestor Público - (Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março) e nos Princípios de Bom Governo das Empresas do Setor Público Empresarial (RCM n.º 49/2007, de 28 de março), em que são estabelecidas regras relativas ao exercício cumulativo de funções e a obrigatoriedade de não intervenção nas decisões que envolvam interesses próprios destes titulares. Têm ainda conhecimento da Lei n.º 4/83, de 2 de fevereiro na redação da Lei n.º 25/95, de 18 de agosto.

Para esse efeito, os membros do Conselho de Administração da Administração da Águas do Centro, S.A. cumprem com as seguintes obrigações:

- (i) - Entrega, junto da Inspeção-Geral de Finanças, de declaração contendo todas as participações e interesses patrimoniais que detenham, direta ou indiretamente na empresa, bem como cargos, funções e atividades profissionais que exerçam (artigo 22.º, n.º 9 do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março);
- (ii) - Entrega da Declaração de Património e Rendimentos junto do Tribunal Constitucional (Lei n.º 4/83 de 2 de fevereiro, na redacção da Lei n.º 25/95, de 18 de agosto, Decreto - Regulamentar n.º 1/2000, de 9 de março e ainda Lei 28/82 de 15 de novembro);
- (iii) - Entrega à Procuradoria-Geral da República de Declaração de Inexistência de Incompatibilidades ou Impedimentos (artigo 11.º da Lei n.º 63/94 de 26 de agosto e artigo 22.º, n.º 8 do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março);
- (iv) - Não intervenção em deliberações quando nelas tenha interesse, directa ou indirectamente (artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março);
- (v) - Cumprimento das demais disposições previstas no Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, e no Código das Sociedades Comerciais relacionadas com esta matéria.

## 12. Divulgação de Informação

Informação a constar no site da Empresa	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Existência de Site	S			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	S			
Organigrama	S			
Órgãos Sociais e Modelo de Governo:	S			
Identificação dos Órgãos Sociais	S			
Identificação das áreas de responsabilidade do CA	S			Relatório e contas
Identificação das Comissões existentes na sociedade			NA	
Identificar sistemas de controlo de riscos		N		
Remuneração dos Órgãos Sociais	S			Relatório e contas
Regulamentos Internos e Externos	S			
Transacções fora das condições de mercado			NA	
Transacções relevantes com entidades relacionadas	S			
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental		N		Relatório e contas
Código de Ética	S			
Relatório e Contas	S			
Provedor do Cliente			NA	

A AdC envia anualmente o Relatório & Contas e a ata da Assembleia-Geral à DGTF, IGF, ERSAR, Tribunal de Contas e Ministério da Tutela.

## 13. Publicidade Institucional

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/2010, de 25 de junho - que fixa orientações para a colocação de publicidade institucional para o Estado, os Institutos públicos e as Empresas públicas concessionárias de serviços públicos, relativamente às respetivas obrigações de serviço público -, estipula que as entidades abrangidas por aquela Resolução devem incluir no relatório de atividades uma secção especificamente dedicada à divulgação de informação sintética sobre as iniciativas e ações de publicidade institucional desenvolvidas.

Para efeitos do presente Capítulo, consideram-se como publicidade institucional quaisquer formas de comunicação realizadas pelas entidades referidas no número anterior mediante a aquisição onerosa de espaços publicitários, com o objetivo direto ou indireto de promover iniciativas ou de difundir uma mensagem relacionada com os seus fins ou as suas atribuições.

De acordo com o disposto no artigo 1.º da Portaria n.º 1297/2010, de 21 de dezembro, integram o conceito de publicidade institucional as campanhas, ações informativas e publicitárias e quaisquer outras formas de comunicação realizadas pelas entidades referidas no número anterior mediante a aquisição onerosa de espaços publicitários, com o objetivo direto ou indireto de promover iniciativas ou de difundir uma mensagem relacionada com os seus fins ou as suas atribuições.

As campanhas e ações realizadas na prossecução simultânea de fins de publicidade institucional e de outros fins são igualmente abrangidas pelas obrigações de informação relativas à base de dados da publicidade institucional, salvo nos casos em que a componente de publicidade institucional for suscetível de autonomização quanto aos seus custos e colocação em meios de comunicação social.

No caso de ações e campanhas realizadas conjuntamente por mais de uma entidade, a responsabilidade pelo cumprimento das obrigações de informação previstas na presente portaria incumbe à entidade adjudicante.

As campanhas de publicidade institucional desenvolvidas pela Águas do Centro, S.A. tiveram por base a prossecução de competências delegadas, fundadas e justificadas por razões de interesse público, e foram pautadas pelos princípios da verdade e da transparência.

A aquisição de espaços para publicidade institucional promovida pela Águas do Centro, S.A. durante o ano de 2010 foi desenvolvida com vista a assegurar os objetivos de:

- Informar os cidadãos das condições de acesso e de utilização de serviços públicos;
- Divulgar informações relacionadas com a saúde pública;
- Desenvolver campanhas de sensibilização de boas práticas e de prevenção de comportamentos de risco;
- Divulgar planos, programas, projetos de empreendimentos públicos, de relevante interesse económico, social, cultural ou ambiental e os seus resultados, nomeadamente através da sua divulgação junto dos segmentos da população que deles possam beneficiar direta ou indiretamente;
- Prestar informações ou esclarecimentos públicos relevantes, relativos às matérias referidas na alínea anterior; e assegurar outras obrigações de publicitação previstas na lei.

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 2.º da Portaria n.º 1297/2010, de 21 de dezembro, e por obrigações de transparência, apresenta-se no Quadro seguinte a informação sintética requerida, não tendo havido ações de montante superior a 15.000,00 €.

#### Quadro I - Montante global, do ano de 2011, discriminado por trimestres

Rúbricas	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Total
Jornal Reconquista		152.00			152.00
Jornal O Templário			90.00		90.00
Jornal Abarca	45.00				45.00
<b>Total</b>	<b>45.00</b>	<b>152.00</b>	<b>90.00</b>	<b>0.00</b>	<b>287.00</b>

No ano de 2011, a Águas do Centro, S.A. não desenvolveu iniciativas de publicidade institucional, sendo que as despesas acima identificadas se referem à publicação de anúncios para recrutamento de pessoal.

## 14. Cumprimento das Instruções, Despachos e Legislação Diversa

A Águas do Centro, S.A. deu cumprimento integral às instruções, despachos e legislação diversa, designadamente aos seguintes:

- Cumprimento das Orientações sobre remunerações salariais, promoções e outras (Lei do OGE de 2011)
- Cumprimento da determinação de não atribuição de prémios de gestão nos anos de 2010 e 2011 (despacho de 25 de março do Ministro de Estado e das Finanças)
- Cumprimento da orientação relativa às normas de contratação pública (despacho n.º 438/10-SETF)
- Cumprimento do previsto no art. 12.º da Lei n.º 12-A/2010 - redução da remuneração dos gestores em 5%
- Cumprimento da Lei n.º 12-A/2010 no que diz respeito ao Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado
- Cumprimentos das medidas previstas nos PEC's, em particular sobre o plano de redução de Custos com o Pessoal e FSE's (Atividade Comparável e no Consolidado) e redução do n.º de Órgãos Sociais e Chefias (Consolidado) (Despacho n.º 1315/10-SETF + RCM n.º 101-A/2010, de 27-12)
- Cumprimento da autorização prévia da AG relativa a investimentos que excedam 5% do capital estatutário ou social, dos limites estabelecidos aos níveis de endividamento (Consolidado) e da fixação da despesa máxima com Custos com Pessoal e FSE's em 85% do valor registado no ano anterior (Atividade Comparável e no Consolidado) (Despacho n.º 155/10-SETF, de 28 de abril)
- Evolução do Prazo Médio de Pagamentos (RCM 34/2008 + Despacho n.º 9870/2009-SETF)



Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação	Justificação
	S	N	N.A.		
Objetivos de Gestão	S				Ponto 7 – Capítulo 8 do Relatório
Gestão do Risco Financeiro	S				Nota 3 do Anexo de Contas
Evolução do PMP a fornecedores	S				Ponto 14.1 – Capítulo A do Relatório
Atrasos nos Pagamentos ( <i>Arrears</i> )	S				Não há valores em dívida superiores a 90 dias
Deveres Especiais de Informação	S				Ponto 12 – Capítulo A do Relatório
Recomendações do acionista na aprovação de contas			N.A.		
<b>Remunerações</b>					
Não atribuição de prémios de gestão			N.A.		
Órgãos sociais – redução remuneratória nos termos do art.º 19º da Lei 55-A/2010	S				Ponto 5 – Capítulo A do Relatório
Órgãos sociais – redução de 5% por aplicação artigo 12º da Lei n.º 12-A/2010	S				Ponto 5 – Capítulo A do Relatório
Auditor Externo – redução remuneratória nos termos do art.º 22º da Lei 55-A/2010			N.A.		
Restantes trabalhadores – redução remuneratória nos termos do art.º 19º da Lei 55-A/2010	S			26.022,02€	
<b>Contratação Pública</b>					
Normas de contratação pública			N.A.		
Normas de contratação pública pelas participadas			N.A.		
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas			N.A.		
<b>Limites de Crescimento do Endividamento</b>					
<b>Plano de Redução de Custos</b>					
Gastos com pessoal	S				Divulgado no R&C da AdP, SGPS, S.A.
Fornecimentos e Serviços Externos	S				Divulgado no R&C da AdP, SGPS, S.A.
<b>Princípio da Unidade de Tesouraria</b>	S			<b>90%</b>	

## Cumprimento do Plano de Redução de Custos

Foi cumprido o plano de redução de Gastos com Pessoal e Fornecimentos e Serviços Externos acordado com a tutela, que definia o compromisso de redução, concretizado em termos consolidados, conforme determinação para os grupos de empresas, para a atividade de 2011 comparável com 2009.

O cumprimento deste plano está conforme com o disposto no Despacho n.º 1315/2010, de 15 de novembro do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças e no Despacho n.º 155/2011-MFAP, de 28 de abril, na medida em que a redução preconizada por este último despacho foi concretizada através do plano de redução de gastos de 2011 face à atividade comparável de 2009.

O grau de cumprimento destas medidas é reportado no Relatório e Contas consolidado da AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A.

## Cumprimento da Lei nº 12 no que diz respeito ao Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado

A coordenação e obtenção dos financiamentos à atividade da empresa são desenvolvidas pela AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A., no âmbito do definido no seu objeto social, assumindo a *holding* a responsabilidade de coordenar e obter os financiamentos necessários para fazer face às respetivas necessidades das sociedades que constam do seu portfólio, tendo sempre presente o objetivo de manutenção do equilíbrio da estrutura de financiamento numa perspetiva consolidada.

A centralização de parte significativa de fundos na AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A. tem permitido gerir, de forma coesa e coerente, as necessidades financeiras do Grupo, com reduzidos impactos na atividade de exploração das suas empresas.

Os excedentes permanentes de tesouraria foram transferidos para o Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, na sequência das instruções recebidas, mantendo-se os excedentes temporários como caução das linhas de financiamento de curto prazo obtidas, tendo para tal sido solicitada autorização da tutela pela AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A.

## Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas

O grupo AdP dispõe de uma unidade de serviços partilhados, a AdP Serviços Ambientais, S.A., que funciona como estrutura operacional de centralização, otimização e racionalização da aquisição de bens e serviços no âmbito das atividades a que se dedicam as empresas do que integram o Grupo. Neste quadro foi estabelecido um modelo relacional no âmbito do qual se encontra listado um conjunto padronizado de bens e serviços cuja aquisição opera através da Direção de Compras e Apoio Geral da AdP Serviços que funciona como central de compras do Grupo. A existência desta estrutura privativa do Grupo justifica-se por um conjunto de particularidades bastante relevantes dos bens e serviços de que as empresas participadas carecem. Trata-se de categorias de bens tão específicos como o sejam os reagentes e materiais de laboratório usados pelo segmento do tratamento da água ou dos efluentes ou contentores utilizados pela fileira dos resíduos. Estas particularidades encontram-se presentes igualmente no parque automóvel em as viaturas operacionais utilizadas obedecem a tipologias específicas adaptadas às atividades desenvolvidas que podem ir desde *pick-up* adaptadas a camiões de transporte de resíduos. O mesmo se diga no caso da eletricidade com um conjunto vasto de instalações incluídas na Alta Tensão. A escala proporcionada pelo universo do Grupo tem permitido a obtenção de sinergias muito significativas que têm produzido bons resultados ao nível da centralização de aquisições como o demonstra o mais recente concurso público para fornecimento de energia elétrica no Grupo.

### 14.1. Evolução do Prazo Médio de Pagamentos

A evolução do Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores, em conformidade com a RCM 34/2008, de 22 de fevereiro, que aprovou o Programa Pagar a Tempo e Horas, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, foi a seguinte:

		1º T 2010	2º T 2010	3º T 2010	4º T 2010	1º T 2011	2º T 2011	3º T 2011	4º T 2011
Prazo Médio de Pagamentos	dias	60	60	58	53	42	40	36	40

A evolução do Prazo Médio de Recebimentos dos Utilizadores, relativos ao Serviço Público prestado, foi a seguinte:

		1º T 2010	2º T 2010	3º T 2010	4º T 2010	1º T 2011	2º T 2011	3º T 2011	4º T 2011
Prazo Médio de Pagamentos	dias	110	120	131	141	148	149	146	148

## 15. Cumprimento dos Princípios do Bom Governo

A governação da Águas do Centro, S.A. respeita os Princípios de Bom Governo das empresas do Setor Empresarial do Estado aprovados pela Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º49/2007, de 28 de março.

No Quadro seguinte é efetuada uma avaliação do grau de cumprimento dos Princípios do Bom Governo a que se encontram sujeitas as empresas que integram o Setor Empresarial do Estado.

Missão, objetivos e princípios gerais de atuação		
Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
<p><b>As empresas detidas pelo Estado devem:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Cumprir a missão e os objetivos que tenham sido determinados para a empresa, de forma económica, financeira, social e ambientalmente eficiente, atendendo a parâmetros exigentes de qualidade, procurando salvaguardar e expandir a sua competitividade, respeitando os princípios de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável, serviço público e satisfação das necessidades da coletividade que lhe hajam sido fixados.</li> </ul>	Total	<ul style="list-style-type: none"> <li>A Águas do Centro, S.A. cumpre a sua missão e os objetivos fixados de forma económica, financeira, social e ambientalmente eficiente.</li> <li>Anualmente, é apresentado no Relatório e Contas uma avaliação da atividade desenvolvida.</li> </ul>

Missão, objetivos e princípios gerais de atuação		
Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Proceder à enunciação e divulgação da sua missão, dos seus objetivos e das políticas.</li> </ul>	Total	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A divulgação da missão da Águas do Centro, S.A., dos seus objetivos e das políticas desenvolvidas é realizada através do seu Relatório e Contas anual, do sítio da empresa na internet.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaborar planos de atividades e orçamentos adequados aos recursos e fontes de financiamento disponíveis, tendo em conta o cumprimento da missão e dos objetivos definidos.</li> </ul>	Total	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A Águas do Centro, S.A. elabora anualmente o seu plano de atividades e orçamento de acordo com os recursos e fontes de financiamento disponíveis e considerando a sua missão e objetivos fixados.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Definir estratégias de sustentabilidade nos domínios económico, social e ambiental, estabelecendo os objetivos a atingir e os respetivos instrumentos de planeamento, execução e controlo.</li> </ul>	Total	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O grupo AdP, e por consequência a Águas do Centro, S.A., definiu de forma organizada a estratégia e os princípios para alcançar a posição de um ator principal no palco da sustentabilidade.</li> <li>• A estratégia de sustentabilidade da Águas do Centro, S.A. encontra-se disponível no seu Relatório e Contas anual.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Adotar planos de igualdade, após diagnóstico da situação, de forma a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional.</li> </ul>	Total	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O grupo AdP, e por consequência a Águas do Centro, S.A. preconiza a diversidade garantindo a igualdade de oportunidades aos seus colaboradores e promovendo a integração de pessoas com deficiência.</li> <li>• A Águas do Centro, S.A. foi das primeiras empresas portuguesas a subscrever o Código de Conduta de Empresas e VIH.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Informar anualmente os membros do Governo, a tutela e o público em geral de como foi prosseguida a missão, do grau de cumprimento dos objetivos, de como foi cumprida a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e os termos do serviço público, e de como foi salvaguardada a sua competitividade.</li> </ul>	Total	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A Águas do Centro, S.A. cumpre na íntegra as obrigações de reporte de informação anual e ao público em geral e à AdP, SGPS, cabendo a esta o reporte de informação anual consolidada à tutela.</li> <li>• Anualmente, é apresentado no Relatório e Contas uma avaliação da atividade desenvolvida.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cumprir a legislação e a regulamentação em vigor, devendo o seu comportamento ser eticamente irrepreensível no que respeita à aplicação de normas de natureza fiscal, de branqueamento de capitais, de concorrência, de proteção do consumidor, de natureza ambiental e de índole laboral, nomeadamente relativas à não discriminação e à promoção da igualdade entre homens e mulheres.</li> </ul>	Total	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Toda a atividade do grupo AdP e da Águas do Centro, S.A. é norteada pelo cumprimento rigoroso das normas legais, regulamentares, éticas, deontológicas e boas práticas.</li> <li>• Neste contexto, a Águas do Centro, S.A. adota um comportamento eticamente irrepreensível na aplicação de normas de natureza fiscal, de branqueamento de capitais, de concorrência, de proteção do consumidor, de natureza ambiental e de índole laboral.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tratar com respeito e integridade os seus trabalhadores, contribuindo para a sua valorização profissional.</li> </ul>	Total	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O grupo AdP e a Águas do Centro, S.A. apostam na formação dos seus colaboradores, desenvolvendo as suas competências e potenciando novos desafios e oportunidades profissionais internas.</li> <li>• A Águas do Centro, S.A. permite e incentiva os seus colaboradores alargarem o seu portefólio de conhecimentos e competências através da frequência de programas avançados de formação.</li> <li>• A Águas do Centro, S.A. aderiu ao Programa Novas Oportunidades enquadrado no seu plano de Valorização Profissional.</li> <li>• A Águas do Centro, S.A. tem em vigor um Sistema de Gestão do Desempenho que é utilizado numa perspetiva desenvolvimentista e positivista.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tratar com equidade todos os clientes, fornecedores e demais titulares de direitos legítimos. Estabelecer e divulgar os procedimentos adotados no que se refere à aquisição de bens e serviços e adotar critérios de adjudicação, assegurando a eficiência das transações realizadas e a igualdade de oportunidades para todos os interessados habilitados para o efeito.</li> </ul>	Total	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A Águas do Centro, S.A. respeita toda a legislação vigente referente à matéria de aquisição de bens e serviços e tem implementado um conjunto de boas práticas internas orientadas por princípios de economia, eficácia e de igualdade de oportunidades e com vista à salvaguarda da transparência, publicidade e concorrência.</li> </ul>

Missão, objetivos e princípios gerais de atuação		
Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
<ul style="list-style-type: none"> <li>Divulgar anualmente as transações que não tenham ocorrido em condições de mercado, bem como uma lista dos fornecedores que representem mais de 5% do total dos fornecimentos e serviços externos, se esta percentagem corresponder a mais de um milhão de euros.</li> </ul>	Total	<ul style="list-style-type: none"> <li>A Águas do Centro, S.A. divulga anualmente as transações que não tenham ocorrido em condições de mercado, bem como uma lista dos fornecedores que representem mais de 5% do total dos fornecimentos e serviços externos, se esta percentagem corresponder a mais de um milhão de euros, através do seu Relatório e Contas anual e no sítio da empresa na internet.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Conduzir com integridade os negócios da empresa, devendo ser adequadamente formalizados, não podendo ser praticadas despesas confidenciais ou não documentadas.</li> </ul>	Total	<ul style="list-style-type: none"> <li>O grupo AdP pauta a sua atuação por uma conduta íntegra na realização dos negócios, refutando veementemente práticas menos éticas.</li> <li>O Código de Conduta e Ética da Águas do Centro, S.A. expressa o seu compromisso com uma conduta ética e transparente nos seus relacionamentos internos e externos, tendo como objetivo o reforço dos padrões éticos aplicáveis a todos os agentes e contribuindo para um desenvolvimento sustentável consolidado.</li> <li>Adicionalmente, foi elaborado o Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da Águas do Centro, S.A. o qual visa reforçar o compromisso individual de cada colaborador com as boas práticas no que respeita a relações com terceiros.</li> <li>A Águas do Centro, S.A. desenvolveu a sua avaliação do cumprimento dos Planos de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas – 2010, através do preenchimento de questionário desenvolvido e realizado sob a responsabilidade da Auditoria Interna e Controlo de Risco, órgão funcional da AdP, SGPS, S.A.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Ter ou aderir a um código de ética, que contemple exigentes comportamentos éticos e deontológicos, divulgando aos colaboradores, clientes, fornecedores e público em geral.</li> </ul>	Total	<ul style="list-style-type: none"> <li>O Código de Conduta e Ética da Águas do Centro, S.A. encontra-se disponível no sítio da empresa na internet.</li> </ul>

Estruturas de administração e fiscalização		
Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
<p><b>As empresas detidas pelo Estado devem:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Deter órgãos de administração e de fiscalização ajustados à dimensão e complexidade da empresa, de forma a assegurar a eficácia do processo de tomada de decisão e a garantir uma efetiva capacidade de supervisão, não devendo exceder o número de membros em empresas privadas de dimensão equivalente e do mesmo setor de atividade</li> </ul>	Total	<ul style="list-style-type: none"> <li>Cumprindo o disposto na legislação aplicável, a dimensão dos órgãos de administração e fiscalização da Águas do Centro, S.A. estão perfeitamente ajustados à complexidade da sua missão, perfeitamente alinhados com a estratégia definida para o grupo AdP, assegurando a eficácia do processo de tomada de decisão e garantindo uma autêntica capacidade de supervisão enquadrada no setor em que se insere.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Ter um modelo de governo que assegure a efetiva segregação de funções de administração executiva e de fiscalização, devendo, no caso das empresas de maior dimensão e complexidade, a função de supervisão ser responsabilidade de comissões especializadas, entre as quais uma comissão de auditoria ou uma comissão para as matérias financeiras, de acordo com o modelo adotado. Os membros não executivos dos órgãos de administração, os membros do conselho geral e de supervisão devem emitir anualmente um relatório de avaliação do desempenho individual dos gestores executivos, assim como uma apreciação global das estruturas e dos mecanismos de governo em vigor na empresa.</li> </ul>	Total	<ul style="list-style-type: none"> <li>O Modelo de Governo da Águas do Centro, S.A. em alinhamento com o definido para as empresas participadas do grupo AdP, que assegura a efetiva segregação de funções de administração e fiscalização, é composto, de acordo com os Estatutos da Sociedade pelos seguintes Órgãos Sociais: <ul style="list-style-type: none"> <li>A Assembleia-Geral;</li> <li>O Conselho de Administração;</li> <li>O Fiscal Único;</li> <li>O ROC.</li> </ul> </li> <li>Os Administradores Não Executivos emitem anualmente um relatório sobre o desempenho dos Administradores Executivos.</li> </ul>



## Estruturas de administração e fiscalização

Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
<ul style="list-style-type: none"> <li>Ter as contas auditadas anualmente por entidades independentes, observando padrões idênticos aos que se pratiquem para as empresas admitidas à negociação em mercado regulamentado. Os membros não executivos dos órgãos de administração, os membros do conselho geral e de supervisão deverão ser os interlocutores da empresa junto dos auditores externos, competindo-lhes proceder à sua seleção, à sua confirmação, à sua contratação e à aprovação de eventuais serviços alheios à função de auditoria, que deve ser concedida apenas se não estiver em causa a independência dos auditores.</li> </ul>	<b>Total</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>A auditoria anual às contas da Águas do Centro, S.A. é efetuada por entidade independente externa, que tem como interlocutores privilegiados a Administração, o Fiscal Único e a Direção Administrativa e Financeira, em articulação com a Direção de Contabilidade e Consolidação e a Direção Financeira Corporativa da AdP, SGPS.</li> <li>De acordo com o estipulado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, a seleção e contratação do auditor externo é da responsabilidade da AdP, SGPS, e dentro desta, dos membros não executivos do Conselho de Administração, que asseguram as suas condições de independência.</li> </ul>

## Missão, objetivos e princípios gerais de atuação

Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover a rotação e limitação de mandatos dos membros dos seus órgãos de fiscalização</li> </ul>	<b>Total</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Os membros dos Órgãos Sociais da Águas do Centro, S.A. são eleitos por um período de três anos, podendo ser reeleitos.</li> <li>No entanto, por imposição legal e estatutária o número de renovações consecutivas não pode exceder o limite de três.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>O órgão de administração deve criar e manter um sistema de controlo adequado, de forma a proteger os investimentos da empresa e os seus ativos, devendo abarcar todos os riscos relevantes assumidos pela empresa.</li> </ul>	<b>Total</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>A gestão de risco enquanto pilar do Governo das Sociedades, foi incorporada em todos os processos de gestão, tendo sido assumida como uma preocupação constante de todos os gestores e colaboradores das empresas que integram o grupo AdP.</li> <li>Os riscos económicos são atenuados por critérios de segurança e prudência que têm em conta a dispersão geográfica dos investimentos efetuados nas diferentes áreas de negócio e pela realização de estudos prévios à sua concretização.</li> <li>A abordagem aos riscos financeiros e operacionais é assegurada por estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da atividade, nomeadamente através da Direção Financeira (riscos cambiais e de taxa de juro) e da Direção de Sistemas de Informação (manutenção de políticas de controlo adequadas, controlo de acessos físicos e lógicos e continuidade dos sistemas), ambos Corporativos.</li> <li>Neste contexto, a Águas do Centro, S.A. está sujeita ao controlo da Auditoria Interna e Controlo de Risco – Corporativo - que tem como principais objetivos a identificação dos fatores de risco ao nível das principais atividades empresariais e dos respetivos controlos-chave para reduzir ou eliminar o seu impacte.</li> </ul>

## Remunerações e outros direitos

Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
<p><b>As empresas públicas devem:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Divulgar publicamente em cada ano, nos termos da legislação aplicável, as remunerações totais, variáveis e fixas, auferidas por cada membro do órgão de administração e do órgão de fiscalização, distinguindo entre funções executivas e não executivas.</li> </ul>	<b>Total</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>A divulgação pública das remunerações totais, variáveis e fixas, auferidas por cada membro dos diversos órgãos sociais da Águas do Centro, S.A. consta do Relatório e Contas anual.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Divulgar anualmente todos os benefícios e regalias, designadamente quanto a seguros de saúde, utilização de viatura e outros benefícios concedidos pela empresa.</li> </ul>	<b>Total</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>A divulgação anual de todos os benefícios e regalias de cada membro dos diversos órgãos sociais da Águas do Centro, S.A. consta do Relatório e Contas.</li> </ul>

Prevenção de conflitos de interesse		
Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
<p><b>Os membros dos órgãos sociais das empresas públicas devem:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Abster-se de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas.</li> </ul>	<b>Total</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Os membros do Conselho de Administração da Águas do Centro, S.A. têm pleno conhecimento das normas relativas à abstenção de participar na discussão e deliberação de determinados assuntos e respeitam essas mesmas normas na sua atividade.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• No início de cada mandato, sempre que se justificar, os membros dos órgãos sociais devem declarar ao órgão de administração, ao órgão de fiscalização e à Inspeção-Geral de Finanças, quaisquer participações patrimoniais importantes que detenham na empresa, assim como relações relevantes que mantenham com fornecedores, clientes, instituições financeiras ou outros parceiros de negócio, que possam gerar conflitos de interesse.</li> </ul>	<b>Total</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não existem incompatibilidades entre o exercício dos cargos de administração na Águas do Centro, S.A. e os demais cargos desempenhados pelos membros do Conselho de Administração.</li> <li>• Os membros do Conselho de Administração da Águas do Centro, S.A. cumprem todas as disposições legais relativas à comunicação dos cargos exercidos em acumulação.</li> <li>• Os membros do Conselho de Administração, de acordo com o estipulado no Estatuto do Gestor Público, comunicaram à Inspeção-Geral de Finanças todas as participações e interesses patrimoniais que detinham, direta ou indiretamente, nas empresas onde exercem funções.</li> </ul>

## 16. Relatório dos Administradores Não Executivos

Sobre o desempenho do administrador executivo

### 1. Introdução

Nos termos da alínea m) do artigo 13º - A do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, na redação do Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto, cumpre-nos, na qualidade de administradores não executivos, apresentar um relatório sobre o desempenho do administrador executivo referente ao exercício de 2011.

### 2. Atividade

Nos termos da lei, e das competências que o novo estatuto do gestor público determina, e de outras atribuições decididas pelo Conselho de Administração, acompanhamos a gestão da empresa e o desempenho do administrador executivo.

As nossas funções foram exercidas com independência, sendo nosso juízo, no que se refere ao administrador executivo, livre e incondicionado.

### 3. Parecer

Face ao acima exposto, fazemos uma apreciação de proximidade positiva do seu desempenho global, não perdendo de vista a preocupação do administrador executivo de auscultar as nossas opiniões e juízos de valor sobre as ações de gestão, adotando em muitas ocasiões os conceitos das nossas intervenções mais relevantes que tiveram em vista um melhor rigor na gestão da empresa.

Castelo Branco, 24 de fevereiro de 2012

*Os Administradores não executivos*

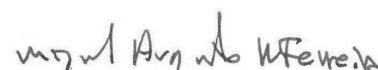


Joaquim Marques Ferreira

Fernando Rui Linhares Corvelo de Sousa



Joaquim Morão Lopes Dias



Miguel Augusto Salgueiro da Silva Ferreira



### **Estudos, Projetos e Empreitadas no Abastecimento de Água**

No âmbito do abastecimento de água foi elaborado o estudo prévio para abastecimento a Mação e Sardoal, foi concluído o projeto de execução da conduta de ligação do Sistema da EPAL à zona industrial da Atalaia, no município de Vila Nova da Barquinha, e os projetos de abastecimento a Alameda, Rochas, Monforte da Beira, Herdade e Santo Abril e Portela do Fojo - Sistemas autónomos dos municípios de Castelo Branco, Sertã e Pampilhosa da Serra, sistemas que têm vindo a apresentar problemas de escassez de água na época seca ou de qualidade da água.



# B - Atividade da Empresa

## I. Introdução

Em 2011 a atividade da empresa decorreu com normalidade dentro dos condicionalismos resultantes da situação em que o país se encontra. A empresa continuou o esforço de melhoria das condições de operação das infraestruturas e de melhoria da qualidade e fiabilidade do serviço prestado aos utilizadores, bem como de minimização dos impactes ambientais resultantes da sua atividade.

Foi igualmente feito um grande esforço na elaboração dos estudos, projetos e procedimentos para lançamentos das obras previstas no plano de investimentos.

## 2. Enquadramento Macroeconómico

### Global

A economia mundial sofreu, em 2011, da confluência de dois desenvolvimentos adversos, corporizados na lenta recuperação económica das economias mais avançadas e na elevada incerteza fiscal e financeira. Estes dois fatores são a justificação para que essas economias tenham crescido, neste ano, apenas cerca de 1,5%, enquanto a economia mundial cresceu aproximadamente 4% (em 2010, tinha crescido mais de 5%), novamente à custa das economias emergentes (China, Índia, Brasil, México, Indonésia, Malásia, Filipinas, países africanos, etc.). 2011 é mais um ano da Grande Crise, que se iniciou em 2007 nos Estados Unidos da América, com a crise financeira do “subprime”, e que, em 2008-2009, se tornou numa crise económico-financeira quase global (de proporções nunca vistas desde 1929). No período 2010-2011 evoluiu para uma crise das dívidas soberanas, que atingiu de modo especial a Zona Euro, gerando a atual “crise sistémica”. As perspetivas para 2012 não são melhores: por um lado, a crise na Zona Euro parece não ter fim, uma vez que por um lado os compromissos políticos teimam em não sair do papel e a pacificar os mercados, e por outro, a instabilidade fiscal nos EUA, o seu débil mercado imobiliário e a deterioração das suas condições financeiras, não auguram um futuro próximo positivo.

### União Europeia

A economia da União Europeia registou novamente um crescimento insignificante (pouco mais de 1% em 2011), mantendo a tendência para a diminuição da procura interna e um enfraquecimento da confiança e agravamento das condições de financiamento em resultado do aumento da incerteza relacionada com a crise das dívidas soberanas e das

revisões “em baixa” da procura externa. Este contexto de incerteza elevada, ampliado pela crescente crise de déficits excessivos das contas públicas de uma grande maioria dos países da Zona Euro, deu origem a riscos descendentes substanciais quanto às perspetivas económicas para a área do euro. Os riscos descendentes estão associados, em especial, a uma nova intensificação das tensões nos mercados financeiros da área do euro e ao seu potencial de repercussão na economia real. Estão também relacionados com a economia mundial, que poderá ser mais fraca do que o esperado, bem como com pressões protecionistas e a possibilidade de uma correção desordenada dos desequilíbrios mundiais. Os analistas referem a urgência na tomada de decisões estratégicas por parte dos líderes europeus, para acalmar os mercados e trazer maior segurança e a determinação necessárias para enfrentar estes tempos difíceis. O Banco Central Europeu tem atuado em duas frentes, mantendo as taxas de juro baixas (tendo inclusive baixado a taxa de juro de referência em novembro e em dezembro de 2011) no sentido de travar a tendência inflacionista da economia europeia, que deve rondar os 2% em 2011, e comprando dívida soberana dos países mais debilitados da Zona Euro.

## Portugal

Em Portugal, o ano de 2011 fica marcado pelo pedido de Assistência Económica e Financeira à Comissão Europeia, ao Banco Central Europeu e ao Fundo Monetário Internacional. Este pedido vem na sequência da ineficácia das medidas de consolidação orçamental e de contenção da despesa pública integradas no Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC) para o período 2010-2013, aprovado em 2010 e com revisões posteriores. Neste contexto, é de referir a não aprovação na Assembleia da República, da quarta proposta de revisão (PEC VI) que veio a precipitar a demissão do Governo e a realização de eleições legislativas antecipadas. A evolução económica portuguesa em 2011 está, assim, fortemente limitada pelo processo de ajustamento macroeconómico no contexto do programa de assistência económica e financeira internacional, apontando todas as projeções para uma forte contração da economia portuguesa em 2011 e em 2012 e para uma provável estagnação em 2013. Esta retração traduz uma queda significativa da procura interna, tanto pública como privada, uma redução significativa do investimento, em particular o público e um acesso cada vez mais difícil ao financiamento bancário, acompanhada por um importante crescimento das exportações.

Em 2011 o PIB português deverá cair 1,6%, o consumo público 3,2% e o privado 3,6%. A inflação deverá ser de 3,6%, influenciada pela subida do IVA (particularmente sobre o gás e a eletricidade) e de outros impostos específicos ao consumo. O deficit das contas públicas em 2011 deverá fechar nos 4% do PIB.

A taxa de desemprego em Portugal, de acordo com o Eurostat, situava-se em 13,2% (novembro de 2011), quase um ponto percentual acima do valor registado em 2010, sendo superior à média registada no conjunto dos 27 países da União Europeia, que se situava em 9,8%, mas ainda assim abaixo dos níveis registados em Espanha (22,9%), na Grécia (18,8%, em setembro de 2011) e na Irlanda (14,6%). Para Portugal e para o ano de 2012, as estimativas apontam para um aumento desta taxa.

Depois dos ganhos de mais de 30% em 2009, e de perdas de 10% em 2010, em 2011 o índice PSI 20 da bolsa portuguesa acentuou a queda, registando uma média de 20% de perdas. Em resultado, hoje as cotadas do principal índice português valem menos 12 mil milhões de euros em relação há um ano. O setor financeiro foi onde se registaram as maiores perdas (entre os 75% do BCP e os 53% do BES). Entre as não financeiras registaram-se perdas significativas, de 43% na Portugal Telecom e de 10%, na Sonaecom. A Jerónimo Martins foi a cotada que mais subiu (12%), embora longe do crescimento registado em 2010 (63%).

## 3. Enquadramento do Setor

### Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais

O setor dos serviços de águas vem registando nos últimos anos uma muito expressiva e importante evolução, salientada por diferentes entidades e evidenciada nos mais variados indicadores, dos quais merecem especial destaque os relativos à percentagem de água distribuída sujeita a controlo, à boa qualidade da água para consumo humano, ao aumento dos índices de cobertura de serviços com sistemas públicos e de tratamento de águas residuais urbanas, assim como à melhoria da capacidade de resposta aos períodos de menor pluviosidade, garantindo-se uma maior autonomia dos sistemas através de um aumento dos volumes estratégicos de reserva.

Sem embargo da evolução registada, o contágio da crise dos mercados financeiros para a dívida soberana dos Estados, com repercussões cada vez mais acentuadas e afetando com especial acuidade o país no decorrer de 2011, teve naturalmente consequências gravosas no setor de águas, em particular no capítulo relativo ao investimento.

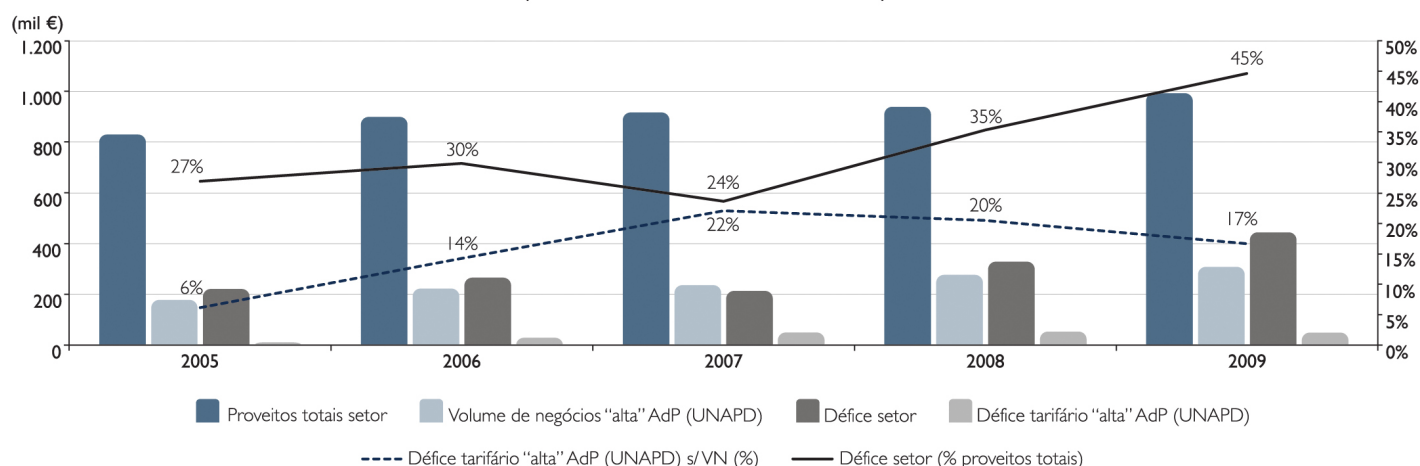
Esta crise obrigou a repensar os planos de investimentos desenhados, inclusivamente aqueles que dispunham de apoio comunitário assegurado, uma vez que foi fortemente limitada a capacidade de subsídio e de financiamento junto do setor financeiro.

Este facto contribuiu fortemente para o agravamento de um conjunto de dificuldades estruturais há muito diagnosticadas no setor, em particular as da sustentabilidade económica e financeira dos operadores, medido pelo acumular do défice tarifário, conforme ilustrado no gráfico<sup>(1)</sup>. Este agravamento contribuiu em grande medida para o acentuado crescimento que se vem verificando das dívidas dos utilizadores pelo serviço prestado.

Este contexto desfavorável veio assim tornar incontornável e ainda mais premente a necessidade de dar continuidade à consolidação do setor, cuja importância e imprescindibilidade já se encontrava espelhada no Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2007 – 2013 (PEAASAR II)<sup>(2)</sup>.

### Evolução do volume de negócios e défice nos serviços de águas do Continente

(Fonte: Relatórios INSAAR e AdP)



O reconhecimento dessa necessidade de consolidação e, em geral, de uma resposta mais abrangente e integrada, em escala e em âmbito, às exigências acrescidas do setor, pode medir-se pelo enorme esforço de infraestruturização realizado no nosso país nos últimos quinze anos, em particular pelo grupo AdP, com poucos paralelos a nível internacional.

A vantagem de uma maior integração, releve-se, foi de algum modo antecipada por um grupo muito alargado de municípios e pelo grupo AdP que, aquando do lançamento dos sistemas multimunicipais em várias regiões do país, celebraram protocolos para a integração dos respetivos sistemas municipais. Este espírito de colaboração entre municípios e AdP, posteriormente reforçado em várias ocasiões, a par do desenvolvimento de vários projetos e iniciativas relevantes no setor e de sinais de uma maior perceção por parte dos diversos intervenientes dos custos reais associados aos serviços, reforçam a nossa convicção quanto à existência de condições para se evoluir e ultrapassar os atuais e acentuados constrangimentos.

Papel importante tem sido igualmente desempenhado por diferentes entidades na realização de vários estudos, verificando-se uma assinalável convergência em aspetos importantes e contribuindo para fundamentar soluções para a consolidação do setor. Neste domínio também o grupo AdP procurou mais uma vez estar à altura das suas importantes responsabilidades, tendo os estudos por si promovidos concluído, no essencial, que:

(1) A análise do presente gráfico deve atender que os valores apresentados não são totalmente comparáveis, particularmente na vertente do défice. Tal resulta das diferenças em termos de fiabilidade dos processos de apuramento e serviço associado, como das rubricas que concorrem para o cômputo dos gastos (custos), que no caso das entidades do grupo AdP integra ainda encargos de capital – alheio e próprio – e fiscais sobre resultados, assim como são objeto de um amplo escrutínio. O volume de negócios relativo às entidades gestoras de sistemas em "alta" do grupo AdP não inclui o fornecimento de água em "alta" pela EPAL.

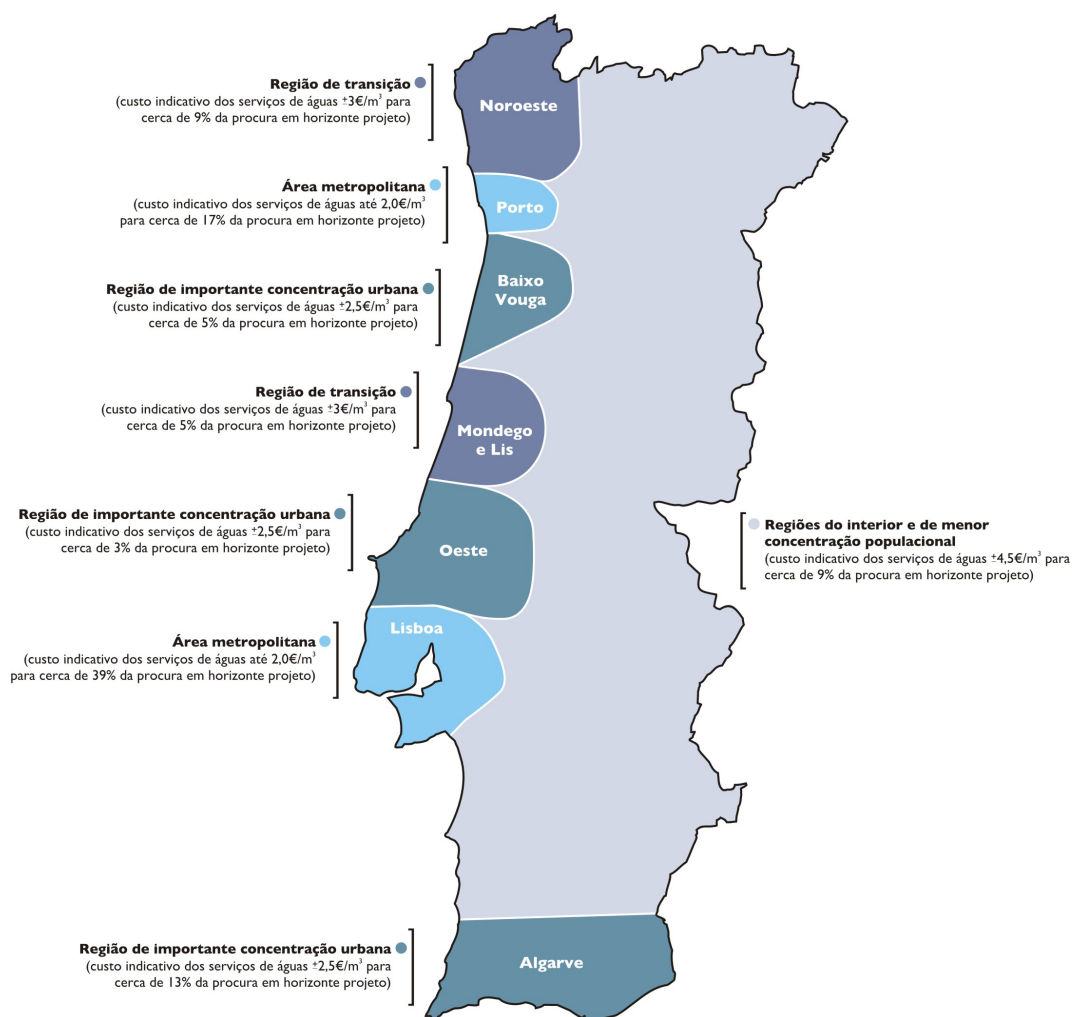
(2) Com Despacho de Aprovação publicado no Diário da República, 2.ª Série, de fevereiro de 2007

- a) O gasto médio nacional com os serviços de águas junto do utilizador final, num cenário de otimização, pode situar-se num valor na ordem dos 2,7 €/m<sup>3</sup> de água faturada (preços de 2008) o que, em termos de acessibilidade económica das populações, significa que pode ser perseguido, numa perspetiva macro, o objetivo de implementação do princípio do utilizador-pagador, e assim a autonomização financeira do setor através das tarifas.
- b) As expressões dos desequilíbrios na ocupação do território, aliadas a outros fatores, materializam-se no apuramento de gastos até 2,0 €/m<sup>3</sup> no caso das áreas metropolitanas e de cerca de 4,5 €/m<sup>3</sup> no caso de regiões do interior, já em cenários de otimização e com a adesão dos municípios de maior dimensão. Estes valores sugerem que a perseguição do objetivo de aplicação do princípio do utilizador-pagador seja mais viável quando aplicado ao todo o nacional, e não individualmente em cada uma das regiões, o que torna inevitável a implementação de um mecanismo de compensação.

Outros estudos conhecidos apontam para que:

- (i) A escala mínima eficiente das entidades gestoras de sistemas municipais encontra-se avaliada para Portugal, entre os 90.000 e os 140.000 habitantes residentes;
- (ii) A captação de ganhos em sistemas dispersos, como os que servem as regiões de menor densidade populacional, passa pela verticalização e pela integração territorial, isto é, combinar uma atuação integrada “alta” e “baixa” com uma agregação territorial superior; e englobando todo o ciclo urbano da água. Já no caso dos sistemas mais concentrados, como os que servem as grandes áreas metropolitanas, a atuação não verticalizada permite captar o essencial dos ganhos de eficiência e eficácia, porquanto a otimização se concentra em torno da infraestrutura e não em termos territoriais ou da gestão verticalizada.

No que respeita à aposta no melhor desempenho em termos de eficiência e de eficácia, objeto de grande e continuado esforço nos sistemas “em alta” e também em múltiplos sistemas municipais, a existência de um maior conhecimento e convergência técnica quanto ao sentido de atuação, a par de soluções merecedoras de um consenso alargado, permite equacionar um alargamento desse esforço a um universo crescente de sistemas, bem como uma melhoria na articulação “alta” – “baixa”.





Assim, parece consensual que, para além do necessário ajustamento tarifário, os grandes princípios que presidiram à estruturação dos sistemas multimunicipais em 1993 se mantêm válidos, nomeadamente no que respeita à aposta em entidades gestoras com uma escala adequada, dotadas de uma gestão empresarial e beneficiando de meios técnicos especializados e competentes.

Neste domínio o ano de 2011 registou importantes progressos que importa dinamizar, dos quais relevamos:

- As iniciativas de promoção de entidades gestoras de sistemas municipais com uma escala relevante, quer por parte da Comunidade Intermunicipal do Minho-Lima, quer as promovidas pelos municípios com o grupo AdP nas regiões do Noroeste, Mondego e Lis, Oeste e Algarve, que reforçam iniciativas anteriores mais recentes no mesmo sentido como a Águas do Ribatejo, Águas da Região de Aveiro e Águas Públicas do Alentejo, assim como a Águas do Noroeste, resultante da fusão de três anteriores entidades gestoras de sistemas multimunicipais.
- A importante tomada de posição no seio da Associação Nacional de Municípios Portugueses em torno da implementação de um mecanismo de compensação e solidariedade no setor.
- As iniciativas da ERSAR ao nível dos tarifários dos serviços de águas.

### Aspetos específicos

Durante o ano 2011, o grupo Águas de Portugal prosseguiu o plano de investimentos relativo à infraestruturização do setor, tomando por referência a estratégia e os objetivos definidos nos planos nacionais que abrangem a área do abastecimento de água e do saneamento de águas residuais, designadamente no PEAASAR II. Esta tarefa revela-se necessária para a obtenção dos níveis de atendimento e os padrões de qualidade exigidos pela legislação nacional e comunitária aplicada.

Ferramenta essencial para a operacionalização desta estratégia é o Eixo referente à Rede Estruturante de Abastecimento de Água e Saneamento do Programa Operacional Valorização do Território (POVT) no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN 2007-2013), que dispõe de recursos financeiros limitados mas essenciais para a concretização dos objetivos traçados para o setor.

O Fundo de Coesão disponível no Eixo do POVT relativo ao Abastecimento de Água e Saneamento tem-se revelado indispensável para apoio aos investimentos em curso respeitantes aos sistemas multimunicipais, intermunicipais e municipais, e que foram inicialmente avaliados em mais de 3.800 milhões de euros, no período 2008 – 2015. O facto da adesão dos promotores – em termos de candidaturas apresentadas - ter superado largamente a oferta financeira disponível comprova a importância da participação comunitária para a infraestruturização do setor e para a sua sustentabilidade.

Para além da execução das candidaturas aprovadas a título do 1º Aviso ao POVT/Eixo II, há a considerar mais 20 candidaturas promovidas por empresas do grupo AdP e aprovadas pelo POVT durante 2011, totalizando agora um investimento de cerca de 635,4 milhões de euros dos quais é expectável receber uma participação comunitária a fundo perdido (Fundo de Coesão) de cerca de 410,6 milhões de euros.

Várias candidaturas submetidas pelo Grupo a participação comunitária no âmbito do POVT foram suspensas em virtude de não se efetivarem as parcerias Estado-Municípios que lhes davam sustentação. De referir ainda que face às condicionalidades que se colocam à execução dos investimentos, afiguram-se necessárias reprogramações de grande parte das candidaturas por forma a adaptar a programação à nova realidade e a uma diminuição das necessidades de participação nacional perante as dificuldades na obtenção de outros financiamentos.

No que respeita ao forte constrangimento, já apontado acima, na realização dos investimentos por parte das empresas do grupo AdP no ano 2011, há que referir a conjugação de diferentes efeitos:

- a) O Despacho n.º155/2011, de 28 de abril, do Ministro de Estado e das Finanças, emanado no âmbito do largo espectro de medidas de emergência adotadas para fazer face à crise económica e financeira, veio clarificar o conteúdo de orientações anteriores, ao atribuir um primado exclusivo ao cumprimento dos limites de endividamento do Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) 2010-2013 a partir de 2011, deixando de introduzir qualquer nuance a propósito dos investimentos com financiamento comunitário.

Para dar cumprimento a esta determinação houve que realizar um significativo aprofundamento do trabalho realizado no ano de 2010, promovendo a elaboração de novos planos de investimento em todas as empresas do Grupo para que os citados limites de endividamento fossem cumpridos em termos consolidados. Esses planos traduzem o adiamento de um conjunto muito significativo de investimentos para data subsequente ao período de vigência do PEC.

- b) O mesmo despacho estabeleceu a obrigatoriedade de que todos os investimentos a iniciar no período do PEC, de valor superior a 5% do capital social, fossem submetidos à aprovação dos acionistas em Assembleia-Geral. Por este motivo, entre outros, foram realizadas Assembleias-Gerais extraordinárias em todas as empresas do Grupo, na segunda quinzena do mês de julho, nas quais foram aprovadas as listas de investimentos respetivas.
- Foi também estabelecido que estas mesmas listas de investimentos careciam igualmente de aprovação simultânea dos membros do Governo responsáveis pelas Finanças e pelo Ambiente. No final de 2011 não existia ainda nenhum investimento aprovado, o que significou um importante protelamento a adicionar àquele que os novos planos de investimento tinham já implicado.
- c) Para além dos adiamentos referidos, resultantes do enquadramento institucional e legal, também o contexto no que toca à restrição no acesso ao crédito bancário, que é do conhecimento geral, se revelou determinante como fator limitativo ao normal desenvolvimento dos trabalhos. A este enquadramento há ainda que acrescentar as crescentes dificuldades de tesouraria resultantes do aumento de prazo médio de pagamento por parte dos clientes das empresas, tornando especialmente complexo o financiamento do investimento.

Merece também especial referência, ainda no âmbito do Despacho do Ministro de Estado e das Finanças n.º 155/2011, de 28 de abril, o estabelecimento, no seu ponto 4, da obrigatoriedade de todas as empresas do Setor Empresarial do Estado fixarem a despesa máxima anual de gastos com pessoal e fornecimentos e serviços externos em 85% do valor registado em 2009. Esta limitação condicionou, durante 2011, toda a atividade das empresas, obrigando a um esforço extremo de contenção de custos, sem pôr em causa a continuidade e qualidade do serviço prestado.

Há que enfatizar a dificuldade que se verificou em pôr em prática esta medida pois, apesar de em 2011 estar em vigor a redução de cerca de 5% da massa salarial prevista no PEC e generalizada à Administração Pública e ao Setor Empresarial do Estado, houve que assegurar uma grande margem de redução para além disso em empresas dimensionadas com moderação e onde a contenção de custos foi sempre um objetivo fundamental.

Assim, para conseguir cumprir esta diretriz, em 2011 houve que adiar algumas intervenções, tornando difícil assegurar o respetivo cumprimento nos anos seguintes sem condicionar a qualidade do serviço.

Deve ainda ser destacado o envolvimento da AdP na implementação da Estratégia Nacional para os Efluentes Agro-Pecuários e Agro-Industriais (ENEAPAI), dando cumprimento às orientações da tutela, com a prossecução dos trabalhos relativos ao desenvolvimento e implementação das soluções previstas, em particular, nas regiões de Leiria, Oeste e Península de Setúbal. A premência na resolução dos problemas ambientais provocados pelos efluentes agropecuários e agroindustriais ganhou uma importância acrescida dado que, com a entrada em funcionamento das instalações de tratamento de esgotos urbanos, estas atividades tornaram-se no principal foco de poluição das regiões onde se inserem.

Atendendo à difícil conjuntura económica que o país e o setor atravessaram, foi necessário reavaliar o modelo de envolvimento da AdP nestes projetos no sentido de encontrar soluções que possibilitem atenuar os riscos de investimento e garantir os financiamentos bancários necessários à implementação das diversas soluções. Neste sentido, procedeu-se à reconfiguração das intervenções regionais que se traduziu no envolvimento de entidades privadas nestes projetos. Para concretizar este envolvimento definiu-se o quadro de atuação de cada entidade e obtiveram-se as autorizações necessárias que permitissem retomar o normal andamento dos projetos.

Contudo, perante o agravamento das condições de financiamento destes projetos e de novas condicionantes impostas ao setor público, foi necessário reavaliar as políticas públicas e o modelo de atuação para esta temática, suspendendo-se temporariamente algumas intervenções previstas.

## 4. Regulação

A Águas do Centro, S.A. exerce atividades que constituem serviços de interesse económico geral, indispensáveis ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das atividades económicas e à proteção do meio ambiente. Estas atividades são desenvolvidas num enquadramento de melhoria contínua na prestação dos serviços públicos de abastecimento de águas, saneamento de águas residuais e tratamento e valorização de resíduos com ganhos crescentes de eficiência produtiva e ambiental.

A atividade da Águas do Centro, S.A. é regulada e desenvolvida em regime de concessão, desenvolvida num contexto definido pela legislação e regulamentação em vigor, pelo disposto nos contratos de concessão de serviço público celebrados com o Estado e pelas disposições e recomendações emitidas pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).

Durante o ano de 2009, com a publicação do Decreto-Lei n.º 277/2009, de 2 de outubro, os poderes e âmbito de atuação da ERSAR foram reforçados e alargados aos serviços prestados ao utilizador final (serviços em “baixa”). O novo estatuto da ERSAR cria as condições para reduzir as distorções de mercado existentes decorrentes do facto serem praticados tarifários aos utilizador final que não estão otimizados, uma vez que estes tarifários passarão a poder ser escrutinados pelo Regulador.

Neste âmbito, a ERSAR emitiu em 2009 uma recomendação quanto à formação de tarifários dos serviços públicos de abastecimento de água para consumo humano, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos (Recomendação IRAR n.º 1/2009 – Recomendação Tarifária), que veio a ser complementada em 2010 com uma proposta de Recomendação que pretende criar as linhas orientadoras para o apuramento de custos e construção dos tarifários.

Espera-se que estas duas recomendações venham a permitir criar tarifários mais eficientes e que potenciem uma maior e mais adequada forma de recuperação dos encargos associados à provisão dos serviços “em baixa”, contribuindo para a maior sustentabilidade do setor, para a eliminação das significativas distorções nos tarifários de “baixa” que ainda se verificam, como, por exemplo, a inexistência de tarifários de “baixa” para serviços de saneamento e resíduos em muitos municípios já servidos por sistemas em “alta” com elevado desempenho.

## Regulação Económica

Em 2010, com base na experiência acumulada desde 2004, a ERSAR reformulou os indicadores que utiliza para proceder à avaliação da qualidade de serviço prestado.

De acordo com o disposto nos contratos de concessão, o ciclo regulatório anual inicia-se em 30 de setembro com a apresentação ao Concedente e ao Regulador das propostas de orçamento e projeto tarifário para o(s) ano(s) seguinte(s). Com a publicação do Decreto-Lei n.º 195/2009, de 20 de agosto, o prazo de avaliação das propostas uniformizou-se em 60 dias para todos os sistemas multimunicipais.

As propostas de orçamento e tarifa para 2011 foram apresentadas em conformidade com o disposto na Portaria n.º 1275/2003, de 7 de novembro. Em 19 de setembro de 2011, foi publicada a portaria 269/2011 que substituirá a Portaria n.º 1275/2003, de 7 de novembro, quando for remetida ao Concedente a proposta de orçamento e tarifa para 2013.

O ciclo orçamental de 2011, iniciado em setembro de 2010, estendeu-se até fevereiro de 2011, o que representou um atraso de 71 dias.

Em setembro de 2011 iniciou-se o ciclo orçamental para 2012, não tendo a proposta de orçamento e projeto tarifário sido aprovada até 31 de dezembro de 2011. Nesta data, tinha apenas sido emitido o projeto de parecer por parte do Regulador.

De acordo com o modelo regulatório vigente (custo de serviço) e nos termos dos contratos de concessão podem gerar-se diferenças entre o volume de proveitos necessário à cobertura da totalidade dos encargos incorridos pela entidade gestora, incluindo os impostos sobre os resultados da sociedade e a remuneração dos capitais próprios, e o volume de proveitos efetivamente gerado em cada um dos exercícios económicos. Estas diferenças denominam-se de desvios de recuperação de custos.

Estes desvios podem assumir uma natureza deficitária, quando os proveitos gerados são inferiores aos necessários, ou excedentária, quando os proveitos gerados são superiores aos necessários.

Durante o ano de 2010 o Regulador apresentou uma proposta legislativa para o reconhecimento e recuperação dos défices e *superavit* tarifários ou de recuperação de custos relativos a cada sistema multimunicipal, uma vez que esta não se encontra perfeitamente explícita nos contratos de concessão e legislação aplicável, proposta que o grupo AdP considera fundamental para a sustentabilidade e manutenção do financiamento do setor. No entanto, esta proposta ainda se mantém em discussão e ainda não foi aprovada e posta em execução.

A sustentabilidade das entidades gestoras e do setor, em estrito cumprimento das exigências que decorrem da Diretiva-Quadro da Água, da Diretiva 2006/12/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de abril de 2006, relativa aos resíduos, da Lei da Água, do Regime Geral da Gestão de Resíduos, da Lei das Finanças Locais, dos Regimes Jurídicos da Concessão da Gestão e Exploração dos Sistemas Multimunicipais de Águas e dos Resíduos Urbanos, que aprovaram as bases dos respetivos contratos, e dos contratos de concessão em vigor, bem como o novo e decisivo ciclo de infraestruturização do setor já iniciado, plasmado no Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais para o período de 2007-2013 não permite mais adiamentos do expresse reconhecimento da política que é prosseguida e da definição do montante dos desvios tarifários ou de recuperação de custos das empresas, bem como das regras de ressarcimento que urge clarificar.

Nessa proposta foram também retomados os procedimentos para proceder à distribuição dos ganhos de produtividade contratuais. Os montantes que se encontram capitalizados no Capital Próprio das entidades gestoras serão repartidos, entre os acionistas e utilizadores (através das tarifas futuras), de acordo com regras que se espera que venham a ser clarificadas durante 2011.

Em 2010, com base na experiência acumulada desde 2004, a ERSAR reformulou os indicadores que utiliza para proceder à avaliação da qualidade de serviço prestado.

## Qualidade da Água para Consumo Humano e Regulação da Qualidade de Serviço

Para além da regulação económica, a atuação da ERSAR abrange ainda a monitorização da qualidade de serviço, através de um conjunto de indicadores, e a qualidade da água para consumo humano, uma vez que é a autoridade nacional competente nesta matéria.

Nesta matéria importa registar o nível atingido em Portugal na qualidade da água para consumo humano, e para o qual o contributo da Águas do Centro e das empresas do grupo Águas de Portugal tem sido absolutamente decisivo.

## 5. Análise Económica e Financeira

A empresa encerrou o exercício de 2011 com resultados operacionais positivos de 1.513.523,32 euros, o que representa um aumento de 42% face aos resultados de 2010. Contudo o resultado líquido do exercício é negativo no valor de 2.763.811,95 euros o que representa uma evolução desfavorável relativamente ao exercício anterior de -97.257,50 euros. Este resultado negativo assenta fundamentalmente no aumento dos gastos financeiros em 835.806,30 euros, que passam de 4.788.949,25 euros em 2010 para 5.624.755,55 euros em 2011, como consequência do aumento dos juros do financiamento, mais especificamente dos *spreads*, fruto da atual situação económica e financeira que acresce o aumento do nível de endividamento bancário. Importa reforçar mais uma vez o peso dos encargos associados à atualização a valor presente das dívidas futuras relativas às rendas a pagar aos municípios, que representam cerca de 27% dos gastos financeiros.

Relativamente ao orçamento, a variação do resultado líquido cifrou-se nos -1.113.265 euros, uma vez que o orçamento previa um resultado negativo de 3.877.077 euros. Neste caso o desvio resulta da evolução positiva dos resultados operacionais, parcialmente anulada pela variação negativa dos resultados financeiros.

No Relatório e Contas não está considerado nenhum valor decorrente do pedido de reequilíbrio económico e financeiro, pelo atraso da integração das infraestruturas dos diversos municípios.

Os Gastos e Perdas Totais, no valor de 21.794.593 euros, tiveram a seguinte estrutura e evolução face ao exercício anterior:

Rúbricas	2011	2010	Evolução
Custo de Mercadorias Vendidas	1.444.686,31€	1.007.318,74€	43,4%
Fornecimento e Serviços Externos	4.411.957,09€	4.642.079,95€	-5,0%
Gastos com Pessoal	2.056.273,39€	2.175.667,65€	-5,5%
Gastos com Depreciação e Amortização	7.946.120,48€	5.949.783,44€	14,3%
Perdas por Imparidade e Reversões	162.069,16€	0,00€	0,0%
Outros Gastos e Perdas Operacionais	569.965,24€	427.501,41€	33,3%
Gastos e Perdas de Financiamentos	5.624.755,55€	4.788.949,25€	17,5%
Imposto s/ Rendimento do Período	-421.234,63€	-82.376,75€	411,4%
<b>Total</b>	<b>21.794.592,59€</b>	<b>19.908.923,69€</b>	<b>9,5%</b>



Ao nível dos gastos operacionais, importa destacar o aumento das amortizações, o qual está não só associado ao aumento de infraestruturas em funcionamento, mas essencialmente à alteração da metodologia de cálculo das amortizações, que se traduziu na aplicação de taxas de amortização diferenciadas aos bens afetos ao Abastecimento e aos bens afetos ao Saneamento, mantendo uma taxa média, método utilizado até 2010, aos bens comuns. Importa ainda referir que o aumento dos caudais faturados face a 2010, também contribui para o aumento da taxa de amortização aplicada em 2011.

Os gastos financeiros estão influenciados pelo reconhecimento do efeito financeiro do valor presente descontado das dívidas a médio ou longo prazo, relativas aos acordos de cedência das infraestruturas municipais. Com efeito, a Aguas do Centro, S.A. apresenta nas suas contas saldos a pagar aos municípios, que integram o sistema, que resultam dos acordos de cedência de infraestruturas municipais à Aguas do Centro, S.A.. De acordo com esses acordos o pagamento dos saldos deverá ocorrer a médio e longo prazo, havendo aqui que distinguir duas situações, por um lado o município de Castelo Branco, cujo pagamento deverá ocorrer em sete anos e por outro os restantes municípios em que o pagamento se efetuará ao longo de 30 anos.

Considerando que estas dívidas apresentam uma maturidade de médio ou longo prazo, que não existem financiamentos específicos para as mesmas, e que não estão sujeitas a encargos efetivos com juros, deverão as mesmas ser apresentadas pelo seu valor descontado de forma a reconhecer o efeito financeiro associado ao fator temporal, sendo reconhecido anualmente na demonstração de resultados, na rubrica de gastos e perdas de financiamento, o efeito desse desconto. O reconhecimento deste efeito é efetuado enquanto decorrer o período de pagamento dos valores em dívida, ou seja, durante sete anos no caso do município de Castelo Branco e trinta anos nos restantes municípios.

Atendendo a que empresa não paga uma remuneração, juros, efetiva desta dívida de médio ou longo prazo, considera-se que a Águas do Centro, S.A. está a obter um benefício por estes acordos de cedência se assemelharem a um financiamento sem juros, pelo que foi apurado um proveito diferido sob a natureza de subsídio. Este proveito corresponde ao montante dos juros implícitos ao valor descontado da dívida e será reconhecido em resultados ao longo dos anos em durar a cedência das infraestruturas.

Como resultado desta situação a empresa reconheceu no exercício de 2011 encargos financeiros de cerca de 1,520 milhões de euros, sendo que cerca de 1,480 milhões correspondem ao encargo com o município de Castelo Branco. Ao longo dos próximos três anos a Águas do Centro irá reconhecer nas suas contas, um total de cerca de 2,4 milhões de euros de encargos financeiros com o desconto da dívida do município de Castelo Branco, perfazendo um total de cerca de 7,628 milhões de euros. Por outro lado o reconhecimento do proveito, descrito no parágrafo anterior, será reconhecido ao longo dos próximos 39 anos com um valor anual de cerca de 170 a 210 mil euros.

Os Ganhos e Rendimentos Totais, no valor de 19.030.780,64 euros, tiveram a seguinte estrutura e evolução face ao exercício anterior:

Rúbricas	2011	2010	Evolução
Vendas	10.162.910,01€	9.165.285,95€	10,88%
Prestação de Serviços	4.708.151,86€	3.973.189,47€	18,50%
Subsídios ao Investimento	2.944.979,18€	2.441.531,47€	20,62%
Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais	288.553,94€	689.921,10€	-58,18%
Rendimentos Financeiros	926.185,65€	972.441,25€	-4,76%
<b>Total</b>	<b>19.030.780,64€</b>	<b>17.242.369,24€</b>	<b>10,37%</b>

O aumento dos Subsídios ao investimento resulta do aumento das amortizações, pelos motivos já explicados, uma vez que o reconhecimento dos subsídios ao investimento resulta precisamente da aplicação da taxa média do subsídio às amortizações do exercício.

A redução dos ganhos financeiros face ao ano de 2010 deve-se em parte à especialização, efetuada em 2010, dos juros de mora relativos às faturas em dívida dos municípios que se encontram em processo de injunção e que por esse motivo, deixaram de estar sujeitas ao cálculo de juros de Mora atenuada pelo aumento dos ganhos associados à aplicação financeira do Fundo de Reconstituição do Capital, a qual passou para o Instituto de Gestão do Crédito Público, o que nos permitiu aceder a produtos com melhor taxa de remuneração.

O balanço apresenta a seguinte estrutura e evolução face aos exercícios anteriores:

Balanço	Evolução 2010 - 2011	2011	2010
Ativos não Correntes	-4.499.688,68 €	<b>226.275.704,55 €</b>	230.775.373,23 €
Ativos correntes	-5.892.206,24 €	<b>14.373.840,04 €</b>	20.266.046,28 €
<b>Total do Ativo</b>	<b>-10.391.874,92 €</b>	<b>240.649.544,59 €</b>	<b>251.041.419,51 €</b>
Capital Próprio	-2.763.811,95 €	<b>13.613.326,72 €</b>	16.377.138,67 €
Passivos não Correntes	19.127.630,47 €	<b>161.638.808,26 €</b>	142.511.177,79 €
Passivos Correntes	-26.755.693,44 €	<b>65.397.409,61 €</b>	92.153.103,05 €
<b>Total do Passivo e do C. Próprio</b>	<b>-10.391.874,92 €</b>	<b>240.649.544,59 €</b>	<b>251.041.419,51 €</b>

Os ativos correntes registam uma diminuição do seu valor como resultado do aumento das amortizações acumuladas, a que se soma a redução das dívidas a receber dos municípios e a redução do valor dos outros ativos correntes, resultante da correção do valor da estimativa de subsídios a receber.

Já ao nível dos passivos correntes verifica-se igualmente uma redução, como resultado do pagamento das rendas de 2011 aos municípios, nomeadamente ao município de Castelo Branco, cujo valor foi de aproximadamente 8,5 milhões de euros.

No âmbito das candidaturas ao Fundo de Coesão, durante o exercício de 2011 foi recebida a importância de 2.401.980,22 euros.

Investimento	Evolução 2001 - 2011	2011	2010
Ativos Intangíveis e Fixos Tangíveis	246.978.456,93 €	<b>6.948.856,46 €</b>	3.553.983,84 €
Investimento Financeiro	6.550.949,08 €	<b>437.181,86 €</b>	-870.707,99 €
<b>Total do Investimento</b>	<b>253.529.406,01 €</b>	<b>7.386.038,32 €</b>	<b>2.683.275,85 €</b>

Comparativamente com o Orçamento para este ano, que previa inicialmente um investimento total em ativos tangíveis e intangíveis no valor de 17.503.339 euros, pode-se constatar que a taxa de realização rondou os 40%. Este valor relativamente baixo justifica-se fundamentalmente pela necessidade de revisão do plano de atividades e investimento, o qual sofreu um deslize para anos futuros, em resultado da atual conjuntura. Há ainda a acrescer a necessidade de submissão dos investimentos que em termos individuais excediam 5% do Capital Social à Assembleia-Geral de Acionistas e ao Concedente.

## 6. Atividade Operacional

### Área de Abastecimento

#### Produção e Distribuição de Água

O sistema de abastecimento de água da Águas do Centro, S.A. encontra-se estruturado em três Centros Operacionais (CO) em função da distribuição geográfica dos municípios pertencentes à zona de intervenção do Sistema Multimunicipal:

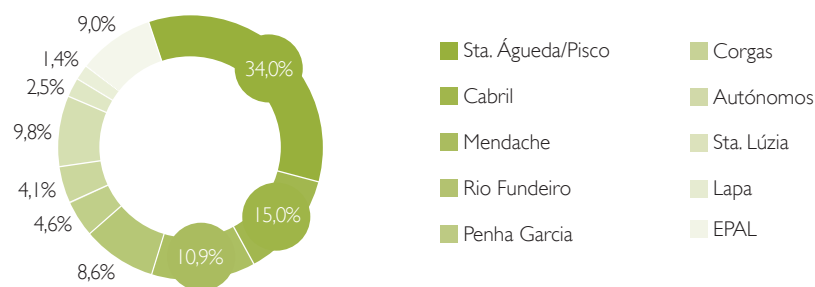
- Centro Operacional da Raia, que inclui os municípios de Idanha-a-Nova, Castelo Branco, Vila Velha de Ródão, Mação e Sardoal, estes dois últimos pertencentes ao Médio Tejo; este CO inclui os subsistemas de Sta. Águeda/Pisco, Penha Garcia, Lapa e alguns subsistemas autónomos;
- Centro Operacional do Médio Zêzere, inclui os municípios de Oleiros, Pampilhosa da Serra, Proença-a-Nova, Pedrógão Grande, Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pera, Sertã e Alvaiázere; no que respeita ao sistema de abastecimento, integram este CO os seguintes subsistemas: Sta. Luzia, Corgas e Cabril, com captações de origem superficial e alguns subsistemas autónomos com origens subterrâneas;
- Centro Operacional do Baixo Zêzere / Nabão, inclui os municípios de Ferreira do Zêzere, Tomar, Entroncamento e Vila Nova da Barquinha, estes dois últimos pertencentes ao Médio Tejo; este CO inclui o subsistema de Rio Fundeiro com origem de água superficial e os seguintes subsistema com origem subterrânea: Mendacha e as captações em furo designadas AC5 e AC6.

Relativamente aos municípios do Médio Tejo, no município de Mação o abastecimento em “alta” é efetuado na totalidade a partir de sistemas autónomos com captações de origem subterrânea. Relativamente ao município do Sardoal, o abastecimento é feito a partir de uma origem superficial – sistema da Lapa – e um conjunto de sistemas autónomos com origens de água subterrânea. No que respeita aos municípios de Vila Nova da Barquinha e Entroncamento, o abastecimento é assegurado pelo sistema da EPAL, no primeiro caso em exclusivo e no segundo caso em parte e complementado com duas origens de água subterrânea (os furos AC5 e AC6).

Durante o ano de 2011, a Águas do Centro abasteceu com normalidade os 17 Municípios utilizadores e as entidades gestoras em “alta” Águas do Zêzere e Côa e Águas do Mondego, através de oito subsistemas de origem superficial e um conjunto de subsistemas com origens de água subterrânea.

Em 2011, o volume de água captado em origens superficiais representa cerca de 79% do volume de água captado, sendo os restantes 21% provenientes de captações subterrâneas. O volume de água total captado em 2011 foi de 18.792.744 m<sup>3</sup> (incluindo o volume de água adquirido à EPAL), com a seguinte distribuição pelos vários subsistemas de abastecimento:

### Captação de água por sistema/Ano de 2011

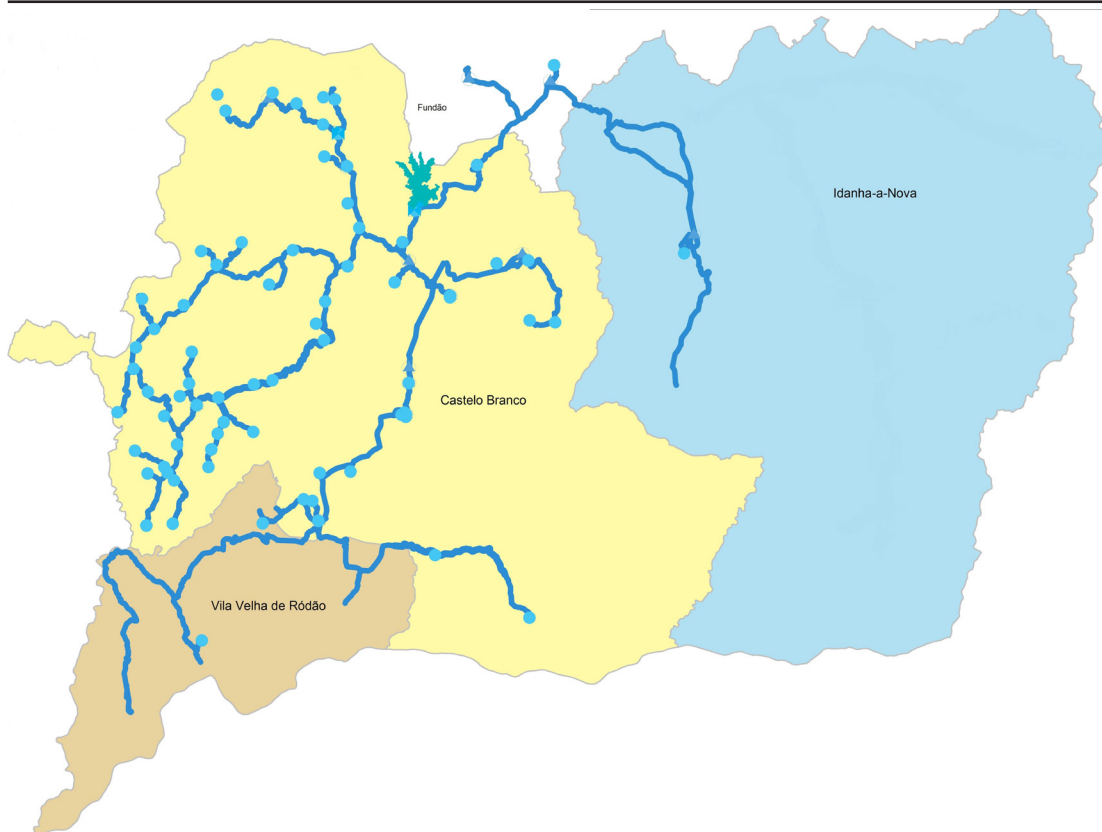


A informação referente à produção de água nos vários subsistemas em exploração é apresentada na secção seguinte.

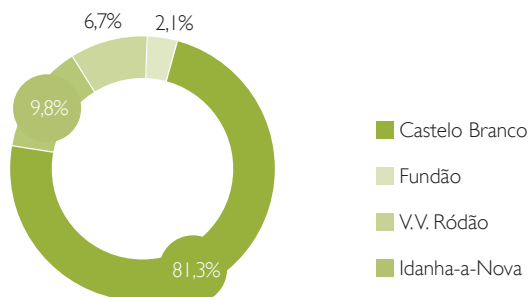
## Subsistema de Sta. Águeda/ Pisco

Subsistema de Stª Águeda/Pisco - Produção de água 2011

ETA	Caudal Diário (m³/dia)			Caudal mensal (m³/mês)			Caudal Anual (m³/ano)
	Min.	Méd.	Máx.	Min.	Méd.	Máx.	
Stª Águeda	11.810	16.207	21.388	366.098	493.505	663.017	5.922.066
Pisco	495	1.095	1.866	14.859	33.401	57.833	400.817



### Distribuição do volume de água entregue Sistema Sta. Águeda/ Pisco



Em 2011 a produção de água no subsistema de Sta. Águeda/ Pisco totalizou um valor de 6.322.883 m³, cerca de 6% acima do valor registado no ano anterior.

O valor máximo da produção mensal registou-se em julho na ETA de Sta. Águeda e em agosto na ETA do Pisco.

Do total de água fornecida a partir deste sistema, verifica-se que o município de Castelo Branco é o maior consumidor de água, com cerca de 81% do volume total.



## Subsistema de Penha Garcia

Subsistema de Penha Garcia - Produção de água 2011							
ETA	Caudal Diário (m <sup>3</sup> /dia)			Caudal mensal (m <sup>3</sup> /mês)			Caudal Anual (m <sup>3</sup> /ano)
	Min.	Méd.	Máx.	Min.	Méd.	Máx.	
Penha Garcia	1.579	2.314	3.267	44.681	70.533	101.290	846.393



Em 2011, a produção total de água no subsistema de Penha Garcia foi de 846.393 m<sup>3</sup>, registando-se o máximo da produção mensal no mês de agosto.

A produção de água reduziu cerca de 9% face a 2010, explicável pela maior utilização de água do sistema de Sta. Águeda para abastecimento ao município de Idanha-a-Nova.

## Subsistema da Lapa

Subsistema da Lapa - Produção de água 2011							
ETA	Caudal Diário (m <sup>3</sup> /dia)			Caudal mensal (m <sup>3</sup> /mês)			Caudal Anual (m <sup>3</sup> /ano)
	Min.	Méd.	Máx.	Min.	Méd.	Máx.	
Lapa	274	545	926	8.190	16.619	28.700	199.430



Na ETA da Lapa a produção mensal máxima foi de 28.700 m<sup>3</sup> e registou-se no mês de agosto de 2011.

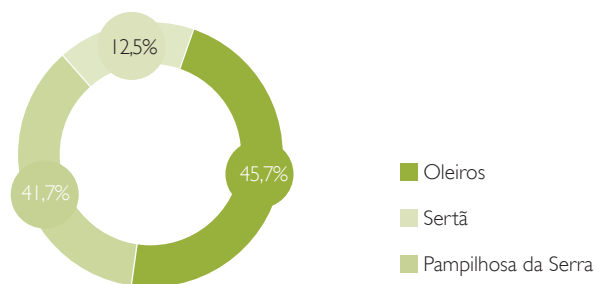
No ano de 2011 produziram-se 199.430 m<sup>3</sup> de água tratada, o que corresponde a uma redução de cerca de 22% face à produção do ano anterior, resultante da utilização de captações de origem subterrânea.

### Subsistema de St<sup>a</sup> Luzia

Subsistema de St <sup>a</sup> Luzia - Produção de água 2011							
ETA	Caudal Diário (m <sup>3</sup> /dia)			Caudal mensal (m <sup>3</sup> /mês)			Caudal Anual (m <sup>3</sup> /ano)
	Min.	Méd.	Máx.	Min.	Méd.	Máx.	
St <sup>a</sup> Luzia	939	1.295	2.028	26.291	39.486	62.858	473.827



Distribuição do volume de água entregue Sistema Sta. Luzia



Em 2011 a produção de água na ETA de Sta. Luzia totalizou 473.827 m<sup>3</sup>, registando-se um decréscimo de cerca de 7% face ao ano anterior. A produção máxima mensal verificou-se no mês de agosto, com um valor de 62.858 m<sup>3</sup>.

Do volume de água fornecido a partir do subsistema de Sta. Luzia, verifica-se que o município de Oleiros é o maior consumidor, com cerca de 46% do volume total.

## Subsistema de Corgas

### Subsistema de Corgas - Produção de água 2011

ETA	Caudal Diário (m³/dia)			Caudal mensal (m³/mês)			Caudal Anual (m³/ano)
	Min.	Méd.	Máx.	Min.	Méd.	Máx.	
Corgas	1.538	2.087	2.938	43.054	63.617	91.075	763.404



Na ETA de Corgas a produção mensal máxima foi de 91.075 m³ e registou-se no mês de agosto de 2011.

No ano de 2011 produziram-se 763.404 m³ de água tratada, o que corresponde a uma redução de cerca de 9% face à produção do ano anterior.

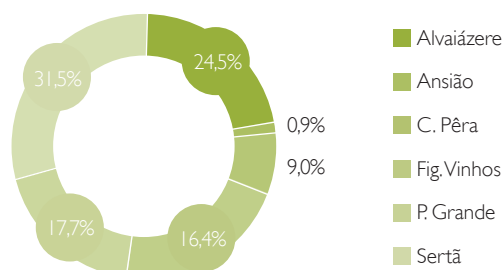
## Subsistema do Cabril

### Subsistema do Cabril - Produção de água 2011

ETA	Caudal Diário (m³/dia)			Caudal mensal (m³/mês)			Caudal Anual (m³/ano)
	Min.	Méd.	Máx.	Min.	Méd.	Máx.	
Cabril	5.928	7.705	9.993	181.591	234.611	309.771	2.815.335



### Distribuição do volume de água entregue Sistema do Cabril



Em 2011 a produção de água na ETA Cabril totalizou 2.815.335 m<sup>3</sup>, registando-se um decréscimo de cerca de 7% face ao ano anterior. A produção máxima mensal verificou-se no mês de julho, com um valor de 309.771 m<sup>3</sup>.

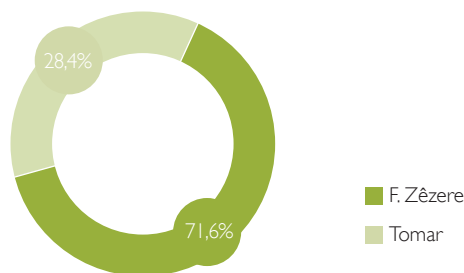
Do volume total de água fornecida, o município de Sertã registou o maior consumo de água, com cerca de 31% do volume total fornecido.

### Subsistema do Rio Fundeiro

Subsistema do Rio Fundeiro - Produção de água 2011							
ETA	Caudal Diário (m <sup>3</sup> /dia)			Caudal mensal (m <sup>3</sup> /mês)			Caudal Anual (m <sup>3</sup> /ano)
	Min.	Méd.	Máx.	Min.	Méd.	Máx.	
Rio Fundeiro	3.305	4.328	5.659	98.817	131.783	175.440	1.581.395



Distribuição do volume de água entregue Sistema do Rio Fundeiro



Na ETA de Rio Fundeiro foram produzidos 1.581.395 m<sup>3</sup> de água no ano de 2011, verificando-se um decréscimo de 4% face ao ano anterior. A produção máxima mensal registou-se no mês de agosto com o valor de 175.440 m<sup>3</sup>.

Em 2011, o município de Ferreira do Zêzere consumiu cerca de 72% volume total de água fornecido e o município de Tomar cerca de 28%. De referir que esta relação de caudais alterou face ao ano anterior em resultado dos pontos de entrega Soianda e Salgueiral terem passado a ser abastecidos a partir do subsistema da Mendacha em vez do subsistema de Rio Fundeiro.

### Subsistema da Mendacha

Subsistema da Mendacha - Produção de água 2011							
ETA	Caudal Diário (m <sup>3</sup> /dia)			Caudal mensal (m <sup>3</sup> /mês)			Caudal Anual (m <sup>3</sup> /ano)
	Min.	Méd.	Máx.	Min.	Méd.	Máx.	
Mendacha	3.920	5.593	7.573	121.532	170.334	234.765	2.044.011



O subsistema da Mendacha registou a produção mensal máxima em julho de 2011, com o valor de 234.765 m<sup>3</sup>.

Em 2011 produziram-se na ETA da Mendacha 2.044.011 m<sup>3</sup> de água tratada, menos cerca de 0,3% face ao ano anterior.

Na tabela seguinte é possível visualizar as várias contribuições de água responsáveis pelo abastecimento ao município de Tomar.

Ano	Volume Fornecido (m <sup>3</sup> ) - Tomar						
	Mendancha	%	EPAL (Entrada da Choromela)	%	Rio Fundeiro	%	Total
2009	1.957.565	64,1%	467.580	15,3%	629.228	20,6%	<b>3.054.372</b>
2010	1.975.135	73,4%	153.330	5,7%	562.277	20,9%	<b>2.690.742</b>
<b>2011</b>	1.999.244	78,0%	121.164	4,7%	442.788	17,8%	<b>2.563.187</b>

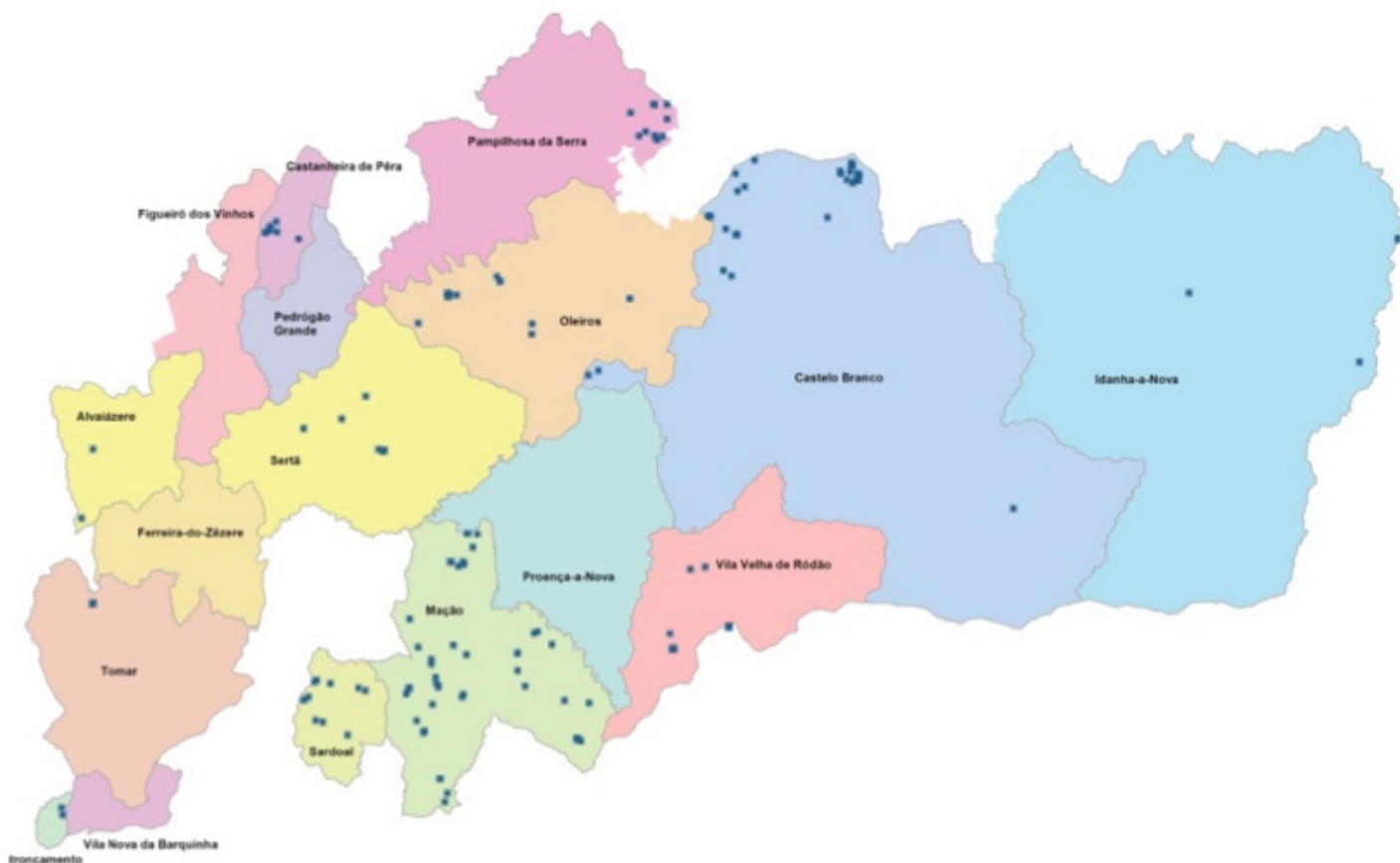
Verifica-se em 2011 uma redução do volume fornecido a Tomar com origem no subsistema do Rio Fundeiro, explicável pelo abastecimento aos pontos de entrega de Soianda e Salgueiral que passou a ser feito a partir do subsistema da Mendacha.

A contribuição da água da EPAL fornecida no ponto de entrega Choromela (não faturado pela Águas do Centro) registou em 2011 um decréscimo de 21% face ao ano anterior.

## Subsistemas Autónomos

Subsistemas Autónomos - Produção de água 2011							
ETA	Caudal Diário (m <sup>3</sup> /dia)			Caudal mensal (m <sup>3</sup> /mês)			Caudal Anual (m <sup>3</sup> /ano)
	Min.	Méd.	Máx.	Min.	Méd.	Máx.	
Autónomos	4.367	5.031	6.048	133.131	153.116	187.482	1.837.397

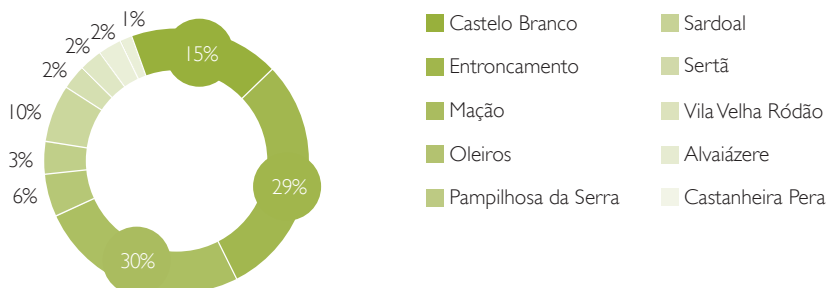




O volume total de água produzida em 2011 nos subsistemas autónomos foi de 1.837.397 m<sup>3</sup>, valor que representa um acréscimo de 66% face ao ano de 2010. Para este acréscimo contribuiu essencialmente o volume captado nos furos AC5 e AC6 que abastecem uma parte da Cidade do Entroncamento (em 2010 a produção de água foi menor em face do início da exploração só ter ocorrido em outubro).

A contribuição de cada um dos subsistemas autónomos em termos de água fornecida é refletida no gráfico seguinte.

### Distribuição do volume de água entregue Sistemas Autónomos



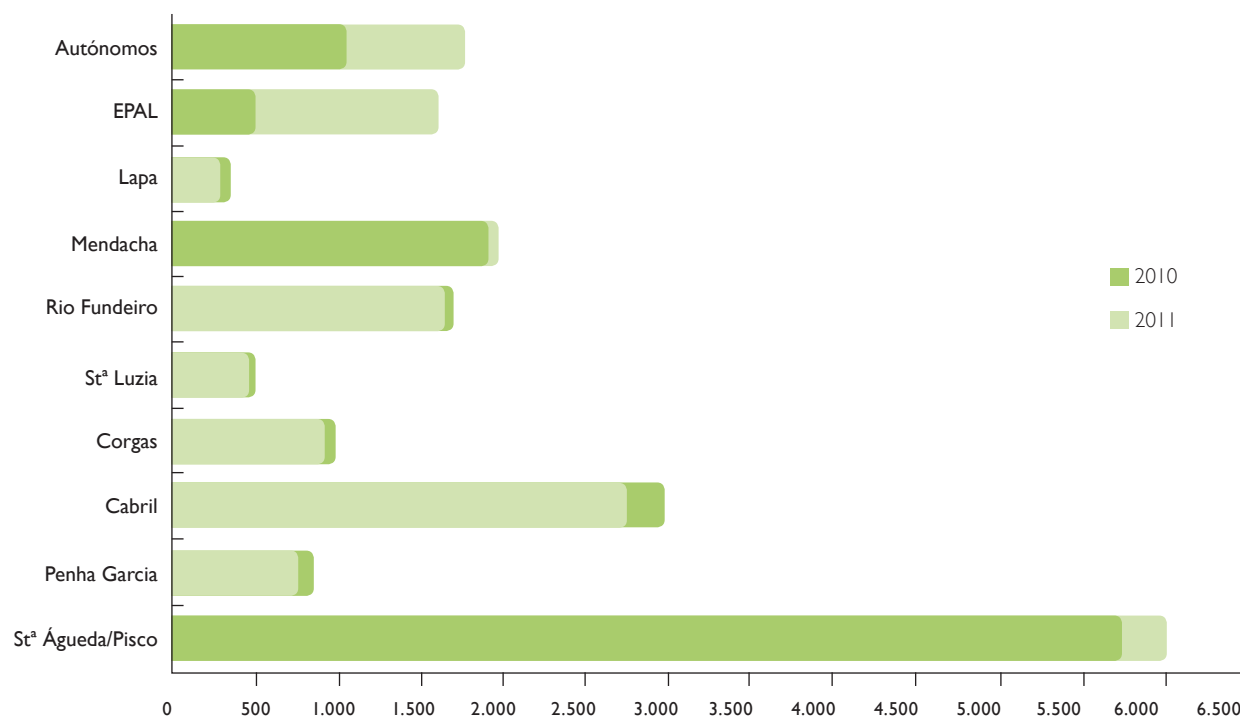
Constata-se que o município de Mação contribuiu com cerca de 30% da água fornecida a partir de sistemas autónomos, seguindo-se o município de Entroncamento com 29%.

No ano de 2011, a produção de água nos vários subsistemas de abastecimento foi de aproximadamente 16,33 milhões de m<sup>3</sup> (não inclui o volume adquirido à EPAL), o que corresponde a uma média diária de 44.751 m<sup>3</sup>/dia, representando um acréscimo de 4% em relação ao valor registado no ano anterior.

O volume anual de água fornecida a partir dos vários subsistemas de abastecimento encontra-se refletido no gráfico seguinte:

### Volume de água fornecida por subsistema

2011 vs 2010



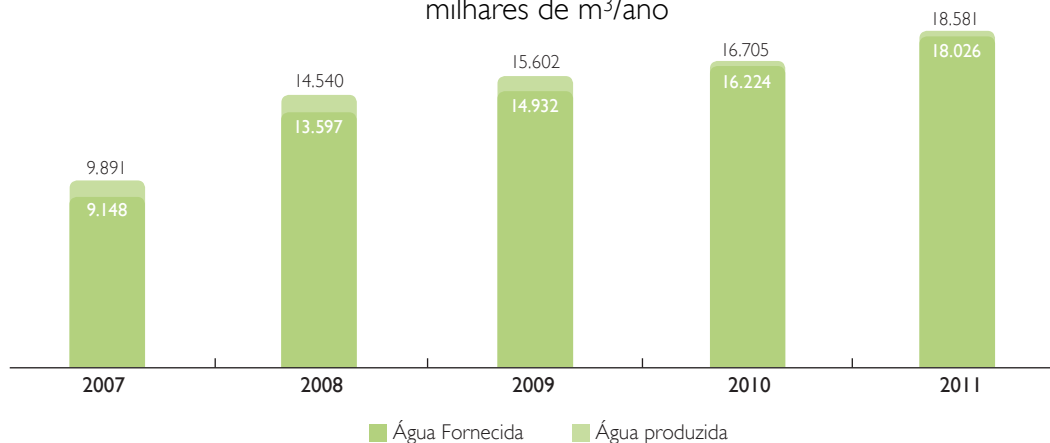
Para os subsistemas de Sta. Águeda/Pisco, Mendacha, EPAL e Autónomos, regista-se em 2011 um aumento do volume de água fornecido face ao ano anterior.

O subsistema de Sta. Águeda/Pisco forneceu cerca de 6 milhões de m<sup>3</sup>, em 2011, o que corresponde a cerca de 33% dos caudais fornecidos no global.

No gráfico que a seguir se apresenta visualiza-se a evolução da água produzida e fornecida nos últimos anos:

### Evolução dos volumes de água produzida e fornecida

milhares de m<sup>3</sup>/ano



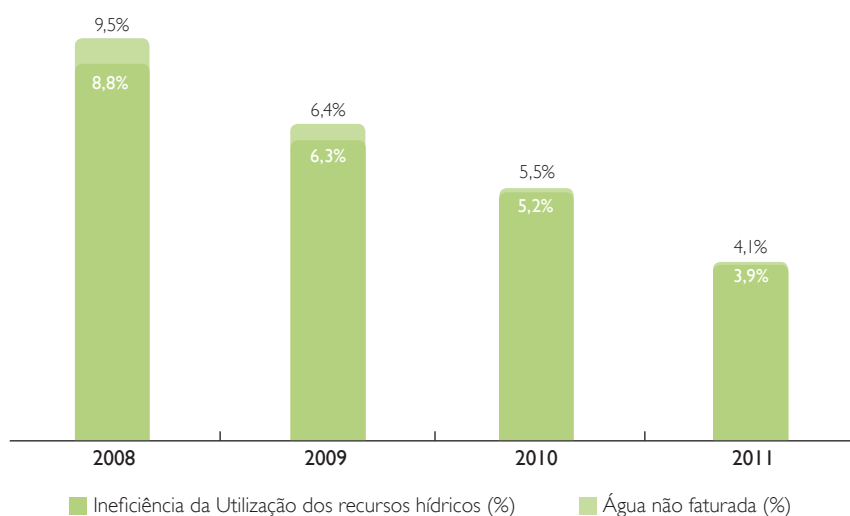
O volume de água fornecida em 2011 inclui a água comprada à EPAL para abastecimento aos municípios do Entroncamento e Vila Nova da Barquinha.

Da análise do gráfico, verifica-se uma evolução crescente dos volumes de água produzida e fornecida ao longo dos anos em análise.

Em 2011, o fornecimento de água superou em 11 % o valor do ano anterior, justificável essencialmente pela exploração dos municípios de Entroncamento e Vila Nova da Barquinha (de referir que em 2010 o período de exploração destes municípios foi de três meses).

### Ineficiência da Utilização dos recursos hídricos e água não faturada

O gráfico seguinte apresenta a evolução dos indicadores “Ineficiência da utilização dos recursos hídricos” e “Água não faturada”:



Desde 2008 que a empresa tem empenhado esforços para reduzir as perdas de água nos sistemas de abastecimento, resultando, conforme mostra o gráfico, uma evolução satisfatória para os indicadores em análise.

Em 2011 o indicador “ineficiência da utilização dos recursos hídricos” assume, para o global dos subsistemas, o valor de 3,9%, registando-se assim uma redução de 1,3% face ao ano anterior (que registou um valor de 5,2%).

Quanto ao indicador “água não faturada”, em 2011 o valor obtido, 4,1%, regista uma redução de 1,4% face ao ano anterior. De salientar que os indicadores em análise registaram no de 2011 o valor mais baixo até à data.

### Água Fornecida e Faturada aos Clientes

Em 2011, a Águas do Centro forneceu aos seus Clientes um volume de água que totalizou 18.025.830 m<sup>3</sup>, representando um caudal médio diário de 49.386 m<sup>3</sup>/dia, superior em 11 % em relação ao ano de 2010.

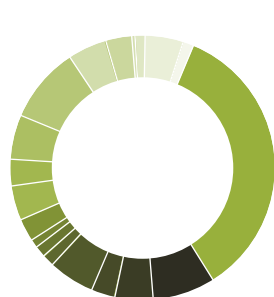
No gráfico seguinte apresentam-se os volumes totais fornecidos por Cliente em 2011.

### Fornecimento de água por cliente em 2011 (em milhares de m<sup>3</sup>)



A distribuição (em valores percentuais) de água fornecida aos vários utilizadores do Sistema Multimunicipal é apresentada no gráfico seguinte.

### Água Fornecida/ Cliente em 2011

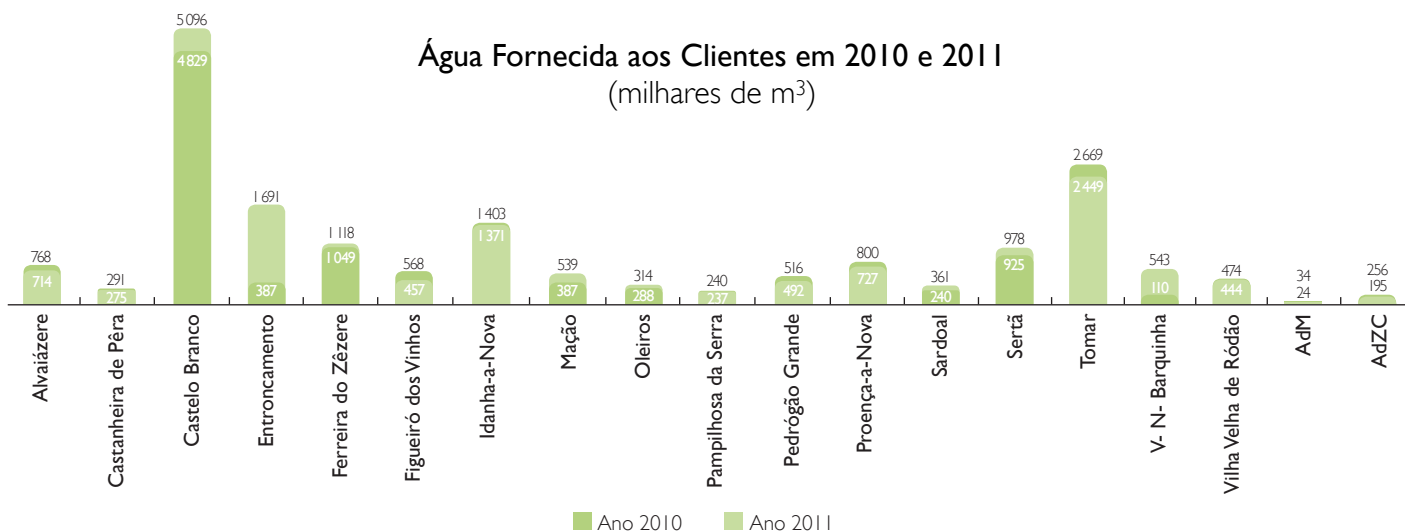


Castelo Branco 28,3%	Sardoal 2,0%
Entroncamento 9,4%	Sertã 5,4%
Ferreira do Zêzere 6,4%	Tomar 13,6%
Figueiró dos Vinhos 2,5%	V. N. Barquinha 3,0%
Idanha-a-Nova 7,6%	Vila Velha Ródão 2,5%
Mação 3,0%	AdM 0,1%
Oleiros 1,7%	AdZC 1,1%
Pampilhosa da Serra 1,3%	Alvaiázere 4,0%
Pedrogão Grande 2,7%	Castanheira de Pera 1,5%
Proença-a-Nova 4,0%	

Da análise dos gráficos resulta que os municípios de Castelo Branco e de Tomar são os que registam maiores consumos de água, constituindo cerca de 42% do volume global de vendas da Águas do Centro. O cliente com menor consumo de água é a Águas do Mondego com 0,1% do volume global fornecido pelo Sistema Multimunicipal.

No caso do município de Tomar, verificou-se que durante o ano de 2011 o volume de água fornecida nos pontos de entrega “Saída do reservatório do Alto de S. João – Água das Maias” e “Saída do reservatório do Alto de S. João – saída Cidade” foi muito idêntico ao do ano anterior e bastante inferior ao registado nos anos de 2008 e parte do ano de 2009, situação que julgamos ser explicável pelo abastecimento àquelas zonas a partir do sistema da EPAL, sob a gestão dos SMAS de Tomar.

O gráfico seguinte apresenta a comparação dos volumes de água fornecida e faturada aos clientes em 2011 e 2010.



Regista-se, para uma grande parte dos Clientes do Sistema Multimunicipal, uma redução do volume de água fornecida em 2011 face ao ano anterior.

### Qualidade da Água Fornecida

O controlo da qualidade da água de consumo humano é efetuado por forma a cumprir a legislação nacional aplicável aos diversos tipos de águas e as orientações da Organização Mundial de Saúde.

Deste modo, para além da elaboração de um programa de análises para cumprimento da legislação em vigor (Plano de Controlo da Qualidade da Água – PCQA, anualmente submetido ao ERSAR para aprovação), são realizados Planos de Controlo Operacional da Qualidade da Água (PCOQA), que têm como objetivo efetuar o controlo e disponibilizar um historial da qualidade da água desde as origens, produção e adução de água, até à entrega aos seus Clientes.

O PCQA inclui o controlo da qualidade da água nos vários pontos de entrega aos Clientes, ficando o restante controlo incluído no PCQO.

O controlo de qualidade, quer no âmbito do PCQA, quer no âmbito do PCOQA, foi subcontratado a laboratórios externos acreditados.

Em 2011 ao nível do PCQA - Plano de Controlo da Qualidade da Água, aprovado pela ERSAR registaram-se quatro situações de incumprimento nos municípios de Mação e Sardoal, resultando numa conformidade de quase 100% (99,91%). Os incumprimentos registados estiveram relacionados com a qualidade da água de origem, tendo esta empresa adotado as medidas necessárias para a sua resolução.

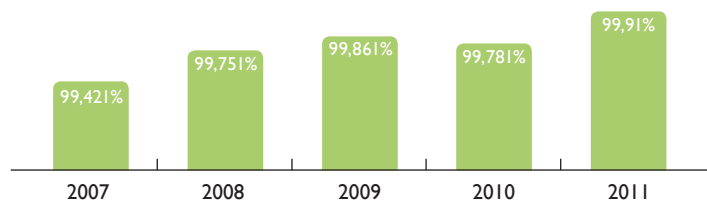
De referir que no âmbito do PCQA não se registaram situações de incumprimento nos subsistemas de abastecimento dos municípios que constituem o sistema base.

No ano de 2011 verificou-se total cumprimento na realização das análises previstas no PCQA.



A evolução da conformidade da Qualidade da Água fornecida pela Águas do Centro (PCQA) desde 2007 é evidenciada no gráfico seguinte.

### Conformidade da Qualidade da Água Fornecida aos Clientes



Desde 2007 regista-se uma evolução positiva relativamente à conformidade da água fornecida, ressalvando o ano de 2010, cuja percentagem reduziu ligeiramente, resultante das situações de incumprimento maioritariamente registadas nos municípios de Mação e Sardoal. De referir que a Águas do Centro iniciou a exploração das infraestruturas daqueles municípios no ano de 2010, sendo que os subsistemas integrados apresentavam problemas de qualidade da água de origem (captações subterrâneas), nomeadamente no que respeita aos parâmetros Ferro, Manganês, Alumínio.

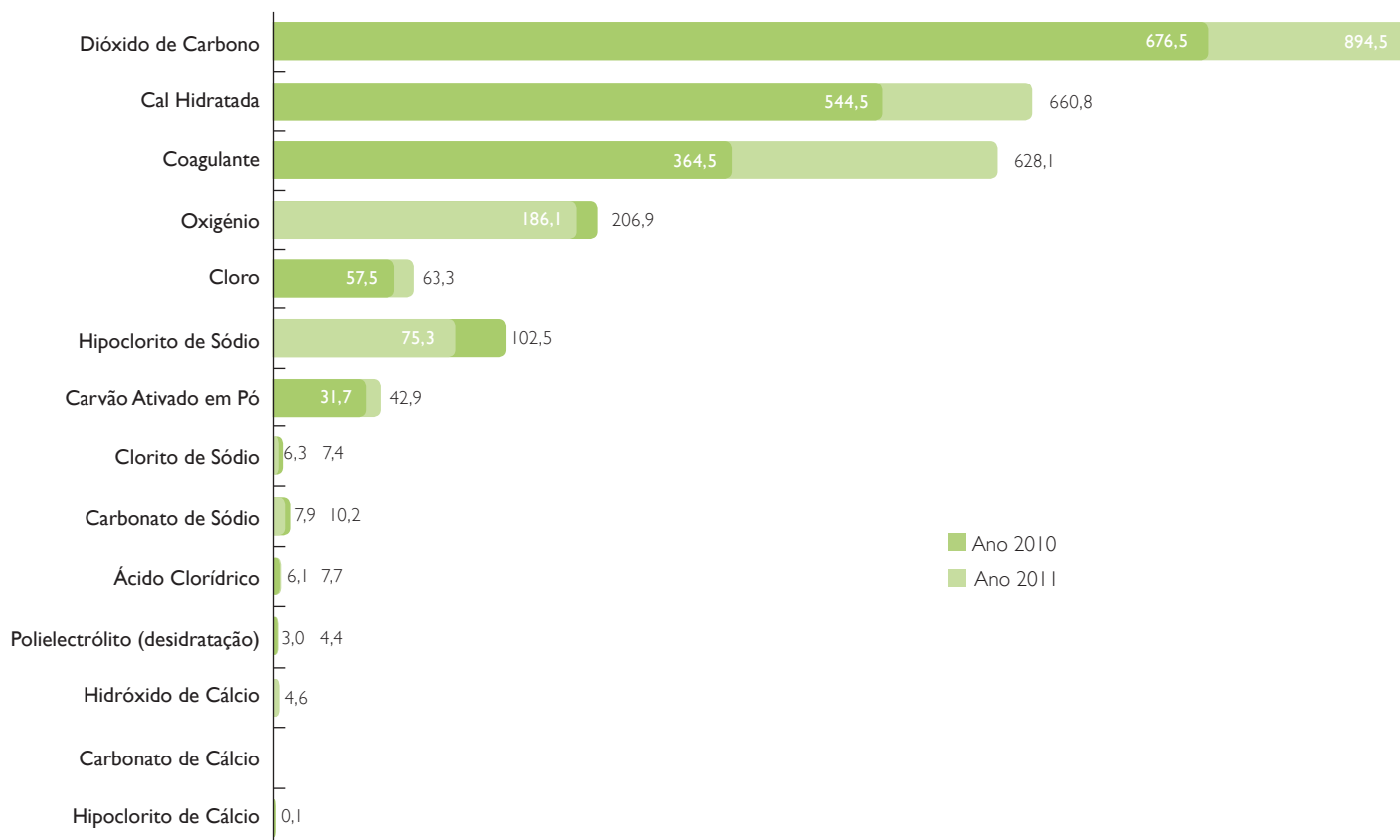
No ano de 2011, regista-se o valor máximo da conformidade até à data, o que é resultado, por um lado do controlo eficaz efetuado na operação dos sistemas de abastecimento e por outro do aumento de fiabilidade desses mesmos sistemas.

### Consumo de Reagentes utilizados no Tratamento da Água

O indicador "consumo específico de reagentes" utilizados no tratamento de água referente ao ano de 2011, 119 g/m<sup>3</sup> de água tratada, registou uma diminuição face ao ano anterior, cujo valor foi de 158 g/m<sup>3</sup> de água tratada. Para esta evolução contribuiu, por um lado a melhoria da qualidade da água de origem, e por outro o resultado da otimização das etapas de tratamento das ETA, nomeadamente a remineralização e a coagulação/floculação.

No gráfico seguinte visualiza-se os consumos dos reagentes utilizados no tratamento da água durante os anos de 2011 e 2010.

### Reagentes utilizados no tratamento de água para abastecimento anos 2011 e 2010 (Toneladas)



## Gestão de Lamas Desidratadas nas ETA

A Águas do Centro tem como prática de gestão de resíduo a redução, reciclagem e valorização de acordo com os requisitos legais em vigor, incluindo a sua entrega a destino final adequado e a monitorização das quantidades produzidas anualmente. Na área de abastecimento, o resíduo produzido em maior quantidade corresponde às lamas de clarificação de água das ETA.

A gestão de lamas de ETA é assegurada por um prestador de serviço devidamente licenciado para o efeito.

No ano de 2011, produziram-se 803 toneladas de lamas desidratadas nas várias ETA em exploração, menos cerca de 27% face ao ano anterior. As lamas produzidas foram encaminhadas na totalidade a destino adequado.

A evolução da produção e encaminhamento de lamas desidratadas nos últimos anos é representada no gráfico seguinte.

### Encaminhamento de Lamas de ETA a Destino Adequado (Toneladas)



## Sistema de Monitorização e Telegestão

A entrada em funcionamento do sistema de telegestão, permitindo centralizar a informação e o comando de operação num único local (ETA de Santa Águeda) vem, contribuir para a otimização do funcionamento do Sistema de captação, tratamento e adução, bem como para a gestão mais eficiente de recursos, nomeadamente energia, combustíveis e despesas com pessoal.

## Atividade de Saneamento

### Infraestruturas em Exploração

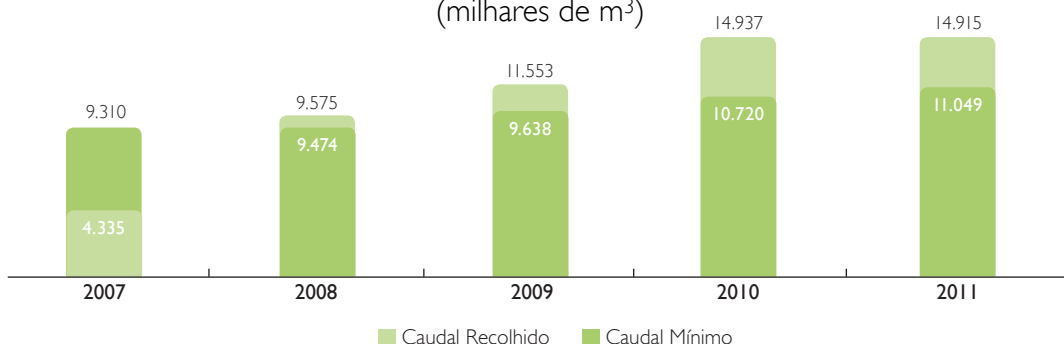
A Águas do Centro S.A. é responsável pela gestão em “alta” de um conjunto de subsistemas de saneamento de águas residuais existentes nos vários municípios abrangidos pelo Sistema Multimunicipal, que estão aglomerados nos três Centros Operacionais já apresentados no subcapítulo da Atividade de Abastecimento.

No final do ano de 2011 a Águas do Centro tinha em exploração 71 ETAR e 10 Fossas Séticas e 63 Estações Elevatórias.

### Recolha e Tratamento de Águas Residuais

No gráfico seguinte apresenta-se a evolução dos caudais de águas residuais recolhidas e caudais mínimos de recolha.

#### Águas residuais vs Caudais Mínimos (milhares de m<sup>3</sup>)



Verifica-se que em 2011, o volume de águas residuais recolhidas foi ligeiramente inferior (cerca de 0,1%) ao valor registado no ano anterior. De referir que em 2011 estão contabilizados doze meses de exploração nos municípios do Entroncamento e de Vila Nova da Barquinha. No ano de 2010, a exploração das infraestruturas nesses municípios iniciou-se em outubro, pelo que o período em análise é referente a três meses.

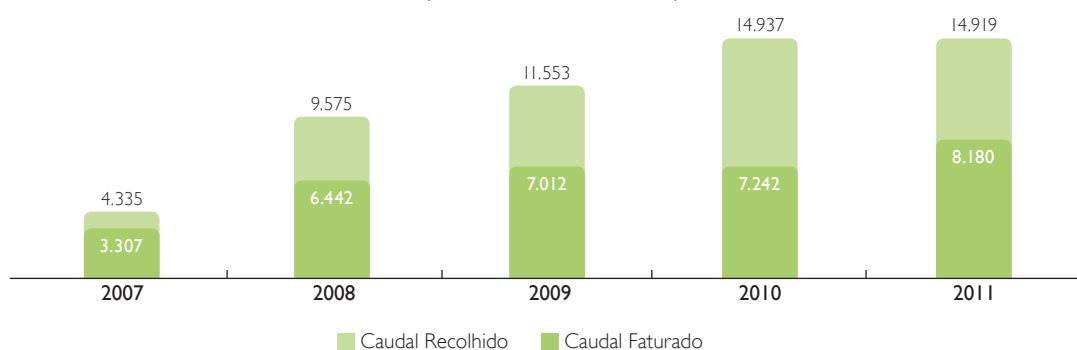
Para a generalidade dos sistemas de saneamento, regista-se em 2011 uma redução do volume recolhido, resultante da redução de contribuição pluvial associada à menor taxa de precipitação registada em 2011.

### Volume de Águas Residuais Faturado

O volume de águas residuais faturado em 2011 foi de 8.179.555 m<sup>3</sup>, superando o valor referente ao ano anterior em cerca de 13%. Este acréscimo é resultante da exploração das infraestruturas dos municípios do Entroncamento e de Vila Nova da Barquinha.

No gráfico seguinte é possível visualizar a diferença registada entre o volume de águas residuais recolhidas e o volume faturado. No ano de 2011, o volume faturado foi cerca 55% do volume total recolhido.

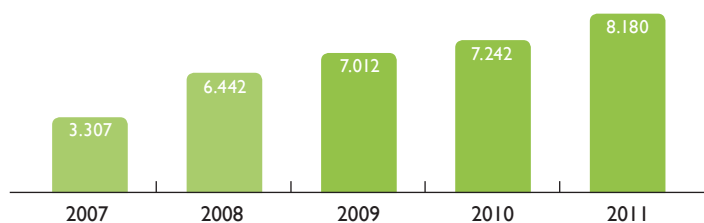
### Águas Residuais Recolhidas vs Águas Residuais Faturadas (milhares de m<sup>3</sup>/ano)



Os caudais de Águas Residuais, para efeitos de faturação, foram os previstos no contrato de concessão (caudais mínimos), com exceção dos municípios de Castelo Branco e Tomar, para os quais se aplicou o método de faturação previsto no acordo, celebrado entre a Águas do Centro e o município de Castelo Branco.

A evolução dos volumes de águas residuais faturadas nos últimos anos está refletida no gráfico seguinte:

### Volumes de águas Residuais Faturadas (em milhares de m<sup>3</sup>/ano)



A salientar os aumentos mais significativos, registados em 2008 e 2011, associados ao início de exploração das infraestruturas dos municípios de Castelo Branco e do Entroncamento e Vila Nova da Barquinha, respetivamente.

## Qualidade das Águas Residuais Tratadas

À semelhança do que é feito ao nível do abastecimento, a Águas do Centro tem implementado um Plano de Controlo de Qualidade de Águas Residuais (PCQAR), cujos parâmetros e frequência de amostragem são definidos, para cada ETAR, na respetiva Licença de Descarga de Águas Residuais, ou quando esta não existe, na legislação em vigor. Está também implementado um Plano de Controlo Operacional de Qualidade de Águas Residuais.

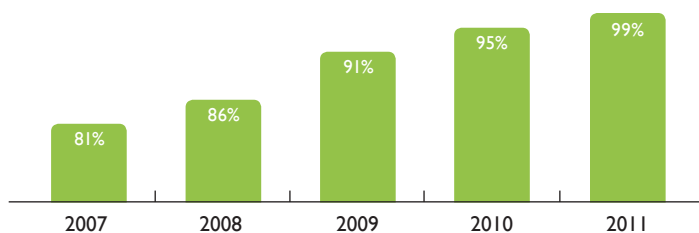
Os serviços de amostragens e análises foram integralmente subcontratadas a laboratórios externos acreditados.

Em 2011, a percentagem de cumprimento das licenças de descarga existentes para cada ETAR foi de 99%. Este valor não contempla a avaliação das ETAR dos municípios do Médio Tejo, uma vez que as infraestruturas integradas apresentam, na sua generalidade, um estado de degradação acentuado e sistemas de tratamento obsoletos face às atuais exigências legais, razão pela qual serão alvo de obras de remodelação/beneficiação/ampliação/construção de novas infraestruturas.

Para avaliação do cumprimento dos requisitos de descarga também não foi considerada a ETAR da Sertã (devido às afluências não autorizadas com significativa contribuição industrial) e as ETAR Norte e Sul de Castelo Branco no que respeita aos parâmetros Azoto e Fósforo total (as atuais ETAR não dispõem de etapas de tratamento para remover nutrientes e encontra-se já em fase de construção a nova ETAR que irá substituir as atuais ETAR).

A percentagem de cumprimento dos parâmetros de descarga das ETAR tem vindo a aumentar nos últimos anos, conforme se pode observar no gráfico seguinte.

### Cumprimento dos parâmetros de descarga das ETAR



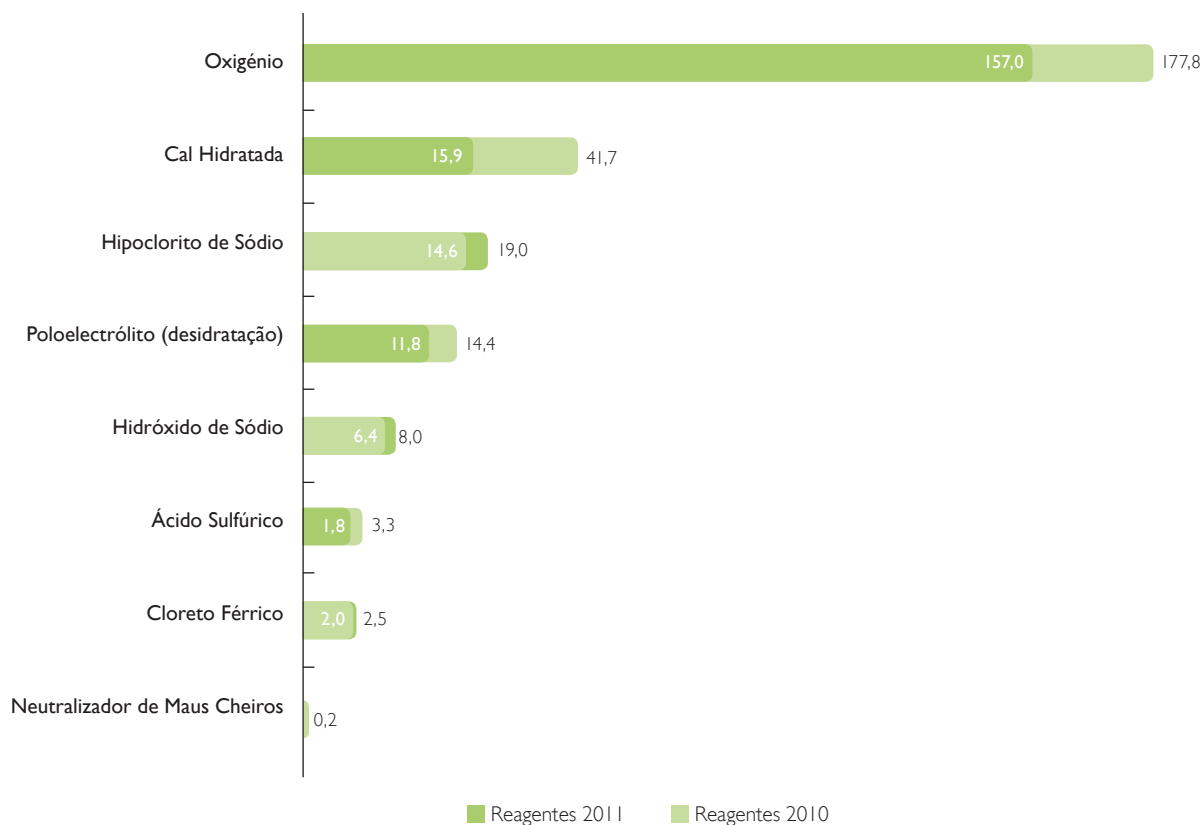
## Descargas de Águas Residuais Não Autorizadas

Durante o ano de 2011 verificaram-se várias situações de descarga de águas residuais não autorizadas, que foram devidamente comunicadas às respetivas Entidades Gestoras da rede de drenagem em "baixa" e à ARH-Tejo.

## Consumo de Reagentes Utilizados no Tratamento das Águas Residuais

No gráfico seguinte pode visualizar-se o consumo dos reagentes utilizados no tratamento de águas residuais nos anos de 2011 e 2010.

## Reagentes utilizados no tratamento de águas residuais anos 2011 e 2010 (Toneladas)



Para os anos em análise, constata-se que os reagentes mais consumidos em 2009 no tratamento das águas residuais foram o oxigénio utilizado no processo biológico da ETAR da Sertã e a Cal Hidratada utilizada no processo de digestão anaeróbia de lamas e higienização de lamas desidratadas. Em 2011 regista-se uma redução do consumo daqueles reagentes face ao ano anterior.

### Gestão de Resíduos Produzidos nas ETAR

O quadro seguinte apresenta os diferentes resíduos produzidos nas ETAR em exploração nos anos de 2011 e 2010. Os resíduos produzidos foram encaminhados a destino final adequado, sendo a sua gestão efetuada por operadores licenciados. As lamas e as areias foram encaminhadas para valorização por compostagem e os restantes resíduos foram encaminhados para aterro sanitário.

Encaminhamento de Resíduos produzidos nas ETAR (em Toneladas)				
Ano	Lamas sob a forma de Matéria Original	Gradados	Areias	Gorduras
<b>2011</b>	<b>6.226</b>	<b>90</b>	<b>60</b>	<b>56</b>
2010	6.223	49	58	43

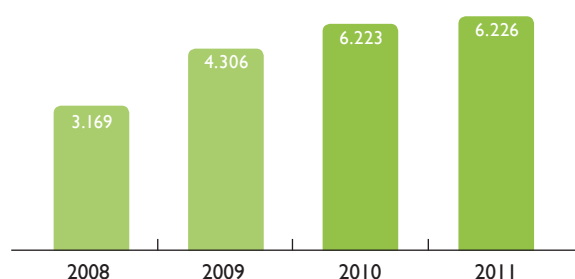
Regista-se em 2011 um aumento da produção de todos os resíduos de ETAR face ao ano anterior.



No caso dos gradados e areias, o aumento é resultante do encaminhamento destes resíduos provenientes dos sistemas de saneamento de Vila Nova da Barquinha e Entroncamento. As gorduras são provenientes da ETAR de St.ª Cita e registaram também um aumento face ao ano anterior, o qual está associado à qualidade dos efluentes provenientes das indústrias Citaves e Ribacarnes.

No gráfico seguinte pode visualizar-se a evolução da quantidade de lamas desidratadas e enviadas a destino final adequado nos últimos anos.

### Encaminhamento a destino final adequado de Lamas Desidratadas nas ETAR (em Toneladas)



Em 2011, a quantidade de lamas de ETAR encaminhadas a destino final adequado registou um ligeiro aumento face ao ano anterior.

## 7. Objetivos de Gestão

Os objetivos de Gestão fixados para a Águas do Centro, S.A., para o ano de 2011, pelos acionistas na Assembleia-Geral de 30 de março de 2010, bem como os resultados obtidos encontram-se listados no Quadro seguinte.

Indicadores		Valor Fixado <sup>(1)</sup>	Valor Atingido <sup>(2)</sup>
1. ROCE	(%)	1,0%	1,6%
2. EBITDA/Receitas	(%)	76,0%	64,7%
3. Custos com Pessoal/EBITDA	(%)	18,0%	21,4%
4.1 Cash-Cost Abasteciemnto	(€/m <sup>3</sup> )	0,43	0,31
4.2 Cash-Cost Saneamento	(€/m <sup>3</sup> )	0,21	0,19
5. Investimento	(10 <sup>3</sup> €)	7.487	2.287
6. Prazo Médio de Recebimentos	(dias)	62	148
7. Prazo Médio de Pagamentos	(dias)	46	40
8. Volume de Atividade	(10 <sup>3</sup> m <sup>3</sup> )	34.136	26.228
9.1 Taxa de Cobertura de AA Potencial	(%)	95%	95,4%
9.2 Taxa de Cobertura de AR Potencial	(%)	61%	59,7%
10.1 Qualidade da Água Fornecida	(%)	100%	100,0%
10.2 Qualidade dos Efluentes Tratados	(%)	100%	97,9%
11. Reforço da Eficiência Contratual	(%)	95%	81,9%
12. Cumprimento dos Prazos de Reporte	(dias)	3	1
13. Cumprimento de Orientações Corporativas	(%)	100%	100%

Notas: VALOR FIXADO <sup>(1)</sup> – Valor Fixado pela Assembleia-Geral de 30 de março de 2010

O Valor de Atingimento indicado é provisório, uma vez que foi calculado pela Águas do Centro, S.A., num exercício de auto-avaliação, não estando por isso, ainda, auditado.

## 8. Perspetivas para o Futuro

O ano de 2012 será seguramente um ano difícil para o país, para a AdC e seus colaboradores. Será um ano de contenção a que empresa terá de se ajustar e criar mecanismos para ultrapassar as situações mais críticas.

Estamos perante a necessidade de uma forte contenção a qual condicionará necessariamente a atividade da empresa, mas tudo faremos para que as inevitáveis reduções de custos não tenham reflexos na qualidade de serviço prestado pela AdC.

A tendência será a de redução de consumos por parte da maioria dos utilizadores, quer pela redução da população – a evolução da população entre 2001 e 2011 teve uma redução significativa na maioria dos municípios que integram o sistema multimunicipal - quer pelo uso mais eficiente da água, quer ainda pela necessidade de os municípios utilizadores, por razões de consciência ambiental e económica, terem de apostar na melhoria das suas redes de abastecimento e na redução das perdas que lhe estão associadas, pelo que não se perspetiva aumento do volume de negócios.

No que se refere à atividade de saneamento, atividade em que o volume de efluentes recolhidos e tratados é muito superior ao volume de efluentes faturados existe ainda alguma margem para o acréscimo do volume de negócios, o que terá de passar pela introdução de um novo modelo de faturação igual para todos os utilizadores.

Em termos de exploração do Sistema Multimunicipal, continuará a seguir-se uma política rigorosa de controlo de custos e utilização racional dos recursos, por forma a garantir que o valor das tarifas praticadas se mantém em níveis socialmente aceitáveis, numa região do país onde o rendimento per capita é inferior à média nacional.

No entanto, o facto de a extensa área de intervenção do Sistema Multimunicipal se caracterizar maioritariamente por pequenos agregados populacionais e por zonas montanhosas acarreta custos adicionais, resultantes quer da proliferação de pequenas infraestruturas, quer da grande extensão de condutas com elevados custos de energia e de recursos humanos para a sua operação e manutenção, dificilmente suportáveis por tarifas socialmente aceitáveis.

Por outro lado, nos próximos três anos, os resultados da Águas do Centro serão igualmente condicionados pelo pagamento ao município de Castelo Branco do investimento pela integração das suas infraestruturas no Sistema Multimunicipal a partir de 2008, investimento esse que não é cofinanciado e que onera a situação financeira da empresa até 2014 (pagamento do investimento) e nos anos futuros com o pagamento dos respetivos juros.

Não obstante os condicionalismos identificados, os quais condicionarão a situação económico financeira da empresa e a sua sustentabilidade nos próximos anos, a Águas do Centro manterá como principal preocupação a satisfação dos seus utilizadores e continuará a envidar todos os esforços no sentido de continuar a prestar um serviço eficaz e eficiente por forma a disponibilizar aos utilizadores um produto e serviço de qualidade.

## 9. Factos Relevantes após o Termo do Exercício

Após o termo do exercício os municípios de Alvaiázere, Castanheira de Pera, Entroncamento, Mação, Pedrógão Grande e Sertã pagaram dívida vencida, sendo que no caso dos municípios de Castanheira de Pera e Pedrogão Grande inclui dívida vencida que estava em injunção.

## 10. Sucursais da Sociedade

A Águas do Centro não tem sucursais.

## 11. Considerações Finais

O Conselho de Administração quer expressar o seu agradecimento aos senhores acionistas pelas orientações, pela confiança e apoio que têm prestado à Empresa.

Às Câmaras Municipais, enquanto utilizadores do sistema agradecer a colaboração prestada e reafirmar a nossa determinação na procura da melhoria da nossa prestação.

Ao Concedente e Entidade Reguladora das Águas e Resíduos (ERSAR), o nosso reconhecido agradecimento pelo apoio e orientações que nos facultaram.

Aos Órgãos de Fiscalização queremos manifestar o nosso agradecimento pela forma como acompanharam a atividade da Empresa.

Aos colaboradores da AdC queremos prestar um reconhecido apreço pelo empenho, dedicação e competência demonstrados.

## 12. Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido negativo do exercício, no montante de 2.763.811,95 euros (dois milhões setecentos e sessenta e três mil oitocentos e onze euros e noventa e cinco cêntimos), seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

### 13. Anexo ao Relatório

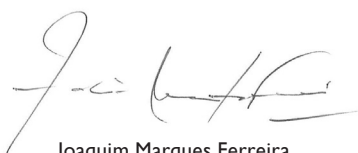
Em cumprimento do disposto no n.º 5 do art.º 447º e do n.º 4 do art.º 448º do Código das Sociedades Comerciais vem-se informar que os membros dos Órgãos Sociais não detêm ações da Sociedade e o Capital Social da Águas do Centro, S.A. era, em 31 de dezembro de 2011, integralmente detido pelos acionistas que constam do Quadro seguinte.

<b>Estrutura Acionista da Águas do Centro, S.A.</b>			
<b>Acionistas</b>	<b>N.º Ações</b>	<b>Valor</b>	<b>% Part.</b>
Município de Alvaiázere	56,074	280,370.00 €	1.17%
Município de Castanheira de Pêra	23,617	118,085.00 €	0.49%
Município de Castelo Branco	658,800	3,294,000.00 €	13.73%
Município de Ferreira do Zêzere	62,407	312,035.00 €	1.30%
Município de Figueiró dos Vinhos	30,029	150,145.00 €	0.63%
Município de Idanha-a-Nova	82,583	412,915.00 €	1.72%
Município de Oleiros	23,122	115,610.00 €	0.48%
Município de Pampilhosa da Serra	25,091	125,455.00 €	0.52%
Município de Pedrogão Grande	48,037	240,185.00 €	1.00%
Município de Proença-a-Nova	65,691	328,455.00 €	1.37%
Município de Sertã	60,835	304,175.00 €	1.27%
Município de Tomar	279,314	1,396,570.00 €	5.82%
Município de Vila Velha de Rodão	24,400	122,000.00 €	0.51%
AdP- Águas de Portugal, SGPS, S.A.	3,360,000	16,800,000.00 €	70.00%
<b>Total</b>	<b>4 800 000</b>	<b>24,000,000.00 €</b>	<b>100.00%</b>

Em cumprimento do disposto no n.º 4 do art.º 448º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que na data do encerramento do exercício social o acionista AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A. detinha uma participação igual ou superior a 10%, mais precisamente 3.360.000 de ações com o valor nominal de € 5,00 (cinco euros), correspondentes a 70,00% do Capital Social da Águas do Centro, S.A.

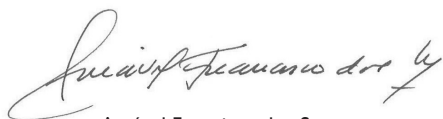
Nos termos do art.º 66 do Código das Sociedades Comerciais, cumpre informar que no exercício de 2010:

- A sociedade não tem ações próprias;
- Não se registaram quaisquer negócios entre a sociedade e os seus administradores;
- A sociedade não tem qualquer sucursal.



**Joaquim Marques Ferreira**

(Presidente Conselho de Administração)



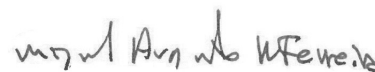
**Amável Francisco dos Santos**

(Vogal)



**Joaquim Morão Lopes Dias**

(Vogal)



**Miguel Augusto Salgueiro da Silva Ferreira**

(Vogal)

**Fernando Rui Linhares Corvelo de Sousa**

(Vogal)





**Iniciou-se a elaboração do projeto para a Construção do Sistema de Drenagem da ETAR de Castelo Branco**

A construção do sistema de drenagem da ETAR de Castelo Branco é consequência da opção de construção de uma nova ETAR em Castelo Branco, e servirá para encaminhar as águas residuais afluentes às atuais ETAR Norte e Sul até à nova ETAR de Castelo Branco.



## C - Contas do exercício de 2011



## Demonstração da Posição Financeira

Unidade: euros

	Notas	31.12.2011 IFRS	31.12.2010 IFRS
<b>Ativos Não Correntes</b>			
Ativos intangíveis	6	214.249.803	220.679.141
Ativos fixos tangíveis	6	543.289	699.710
Investimentos financeiros	7	6.550.949	6.113.767
Impostos diferidos ativos	8	4.931.664	3.282.755
<b>Total dos ativos não correntes</b>		<b>226.275.705</b>	<b>230.775.373</b>
<b>Ativos Correntes</b>			
Inventários	9	144.562	874.926
Clientes	10	9.438.142	10.615.069
Estado e outros entes públicos	11	133.134	71.256
Imposto sobre o rendimento do exercício		66.691	95.765
Outros ativos correntes	12	3.715.565	8.109.652
Caixa e seus equivalentes	13	717.556	499.378
<b>Total dos ativos correntes</b>		<b>14.215.650</b>	<b>20.266.046</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>240.491.355</b>	<b>251.041.420</b>
<b>Capital próprio dos acionistas majoritários</b>			
Capital social	14	24.000.000	24.000.000
Reservas e outros ajustamentos	14	28.246	28.246
Resultados transitados	14	-7.651.107	-4.984.553
Resultado líquido do exercício	14	-2.763.812	-2.666.554
<b>Total do capital próprio</b>		<b>13.613.327</b>	<b>16.377.139</b>
<b>Passivos Não Correntes</b>			
Provisões		0	0
Empréstimos	15	55.500.000	55.500.000
Fornecedores e outros passivos não correntes	18	26.493.415	35.327.417
Impostos diferidos passivos	8	3.222.952	2.001.585
Acréscimos de gastos do investimento contratual	16	6.488.702	10.097.307
Subsídios ao investimento	17	69.775.550	74.912.286
<b>Total dos passivos não correntes</b>		<b>161.480.618</b>	<b>177.838.595</b>
<b>Passivos Correntes</b>			
Empréstimos	15	48.009.390	40.755.855
Fornecedores	18	1.515.554	1.260.434
Outros passivos correntes	19	15.463.289	14.408.283
Imposto sobre o rendimento do exercício		0	0
Estado e outros entes públicos	11	409.177	401.114
Imposto sobre o rendimento do exercício	21	0	0
Estado e outros entes públicos	12	401.114	417.454
<b>Total dos passivos correntes</b>		<b>65.397.410</b>	<b>56.825.686</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>226.878.028</b>	<b>234.664.281</b>
<b>Total do passivo e do capital próprio</b>		<b>240.491.355</b>	<b>251.041.420</b>

Castelo Branco, 28 de fevereiro de 2012

O Conselho de Administração

Joaquim Marques Ferreira (Presidente)

Amável Francisco dos Santos (Vogal)

Miguel Augusto Salgueiro da Silva Ferreira (Vogal)

Joaquim Morão Lopes Dias (Vogal)

Fernando Corveio de Sousa (Vogal)

O Técnico Oficial de Contas

Teresa Mafalda Rijo Duarte

## Demonstração do Rendimento integral

Unidade: euros

	Notas	31.12.2011 IFRS	31.12.2010 IFRS
Vendas	21	10.162.910	9.165.286
Prestações de serviços	21	4.708.152	3.973.189
<b>Volume de negócios</b>		<b>14.871.062</b>	<b>13.138.475</b>
Custo das vendas/variação dos inventários	22	-1.444.686	-1.007.319
<b>Margem bruta</b>		<b>13.426.376</b>	<b>12.131.157</b>
Fornecimentos e serviços externos	23	-4.411.957	-4.642.080
Gastos com pessoal	24	-2.056.273	-2.175.668
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	25	-7.946.120	-6.949.783
Perdas por imparidade e reversões		-162.069	0
Subsídios ao investimento	17	2.944.979	2.462.499
Outros gastos e perdas operacionais	26	-569.965	-427.501
Outros rendimentos e ganhos operacionais	27	288.554	668.953
<b>Resultados operacionais</b>		<b>1.513.523</b>	<b>1.067.577</b>
Gastos financeiros	28	-5.624.756	-4.788.949
Rendimentos financeiros	29	926.186	972.441
<b>Resultados financeiros</b>		<b>-4.698.570</b>	<b>-3.816.508</b>
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>-3.185.047</b>	<b>-2.748.931</b>
Imposto do exercício	20	-6.309	-5.699
Imposto diferido	11 e 20	427.543	88.076
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>-2.763.812</b>	<b>-2.666.554</b>
Ganhos de reavaliações		0	0
<b>Rendimento integral</b>		<b>-2.763.812</b>	<b>-2.666.554</b>
<b>Resultado por ação (básico e diluído)</b>	<b>14</b>	<b>N/A</b>	<b>N/A</b>

Castelo Branco, 28 de fevereiro de 2012

O Conselho de Administração

Joaquim Marques Ferreira (*Presidente*)Amável Francisco dos Santos (*Vogal*)Miguel Augusto Salgueiro da Silva Ferreira (*Vogal*)Joaquim Morão Lopes Dias (*Vogal*)Fernando Corveio de Sousa (*Vogal*)

O Técnico Oficial de Contas

Teresa Mafalda Rijo Duarte

## Demonstração das Variações do Capital Próprio

Unidade: euros

		Capital Social	Reserva Legal	Resultados Transitados	Resultado líquido do exercício	Total
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2009</b>	<b>IFRS</b>	<b>24.000.000</b>	<b>28.246</b>	<b>-3.817.149</b>	<b>-1.167.403</b>	<b>19.043.693</b>
Aplicação do resultado líquido do exercício		0	0	-1.167.403	1.167.403	0
Dividendos pagos		0	0	0	0	0
Resultado líquido do exercício		0	0	0	-2.666.554	-2.666.554
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2010</b>	<b>IFRS</b>	<b>24.000.000</b>	<b>28.246</b>	<b>-4.984.552,69</b>	<b>-2.666.554</b>	<b>16.377.139</b>
Aplicação do resultado líquido do exercício		0	0	-2.666.554	2.666.554	0
Dividendos pagos		0	0	0	0	0
Resultado líquido do exercício		0	0	0	-2.763.812	-2.763.812
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2011</b>	<b>IFRS</b>	<b>24.000.000</b>	<b>28.246</b>	<b>-7.651.107</b>	<b>-2.763.812</b>	<b>13.613.327</b>

Castelo Branco, 28 de fevereiro de 2012

O Conselho de Administração

Joaquim Marques Ferreira (*Presidente*)Amável Francisco dos Santos (*Vogal*)Miguel Augusto Salgueiro da Silva Ferreira (*Vogal*)Joaquim Morão Lopes Dias (*Vogal*)Fernando Corveio de Sousa (*Vogal*)

O Técnico Oficial de Contas

Teresa Mafalda Rijo Duarte

## Demonstração dos Fluxos de Caixa

Unidade: euros

	31.12.2011	31.12.2010
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Recebimentos de clientes	17.711.931	12.737.896
Pagamentos a fornecedores	-9.224.281	-9.250.902
Pagamentos ao pessoal	-1.496.097	-1.615.862
Pagamento/Recebimento de IRC	-8.241	-32.186
Outros Pagamentos/Recebimentos da atividade operacional	-567.006	-466.834
	<b>6.416.307</b>	<b>1.372.112</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Recebimentos de investimentos financeiros	0	1.430.180
Recebimentos de ativos fixos tangíveis	0	0
Recebimentos de ativos intangíveis	0	1.914
Recebimentos de subsídios de investimento	2.401.980	9.478.185
Recebimentos de juros e rendimentos similares	266.542	119.840
Pagamentos de investimentos financeiros	-437.182	-558.610
Pagamentos de ativos fixos tangíveis	-1.808	-11.457
Pagamentos de ativos intangíveis	-11.020.167	-11.750.794
	<b>-8.790.634</b>	<b>-1.290.743</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Recebimentos de empréstimos obtidos	21.657.386	4.555.000
Recebimentos de realizações de capital	0	0
Pagamentos de empréstimos obtidos	-9.838.170	-11.441.323
Pagamentos de juros e gastos similares	-4.657.337	-3.215.319
Pagamentos de dividendos	0	0
	<b>7.161.879</b>	<b>-10.101.643</b>
<b>Varição de caixa e seus equivalentes</b>	<b>4.787.551</b>	<b>-10.020.273</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período	-11.299.637	-1.279.363
Caixa e seus equivalentes no fim do período	-6.512.085	-11.299.637
	<b>4.787.551</b>	<b>-10.020.273</b>

Castelo Branco, 28 de fevereiro de 2012

O Conselho de Administração

Joaquim Marques Ferreira (*Presidente*)Amável Francisco dos Santos (*Vogal*)Miguel Augusto Salgueiro da Silva Ferreira (*Vogal*)Joaquim Morão Lopes Dias (*Vogal*)Fernando Corveio de Sousa (*Vogal*)

O Técnico Oficial de Contas

Teresa Mafalda Rijo Duarte



## Decomposição de Caixa e seus Equivalentes

Unidade: euros

	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Caixa	91.997	13.636
Depósitos à Ordem	625.559	485.743
Depósitos a Prazo	0	0
	<b>717.556</b>	<b>499.378</b>
Descobertos Bancários	-7.229.642	-11.799.015
	<b>-6.512.085</b>	<b>-11.299.637</b>

Castelo Branco, 28 de fevereiro de 2012

O Conselho de Administração

Joaquim Marques Ferreira (*Presidente*)Amável Francisco dos Santos (*Vogal*)Miguel Augusto Salgueiro da Silva Ferreira (*Vogal*)Joaquim Morão Lopes Dias (*Vogal*)Fernando Corveio de Sousa (*Vogal*)

O Técnico Oficial de Contas

Teresa Mafalda Rijo Duarte

## Notas às demonstrações financeiras

### I. Atividade económica da Águas do Centro, S.A.

#### I.1 Introdução

A Águas do Centro, S.A. (adiante designada também por Águas do Centro, S.A. ou Empresa ou Sociedade) foi constituída em 30 de junho de 2001, tendo a sua sede social na Rua S. João de Deus, nº 27 – 4º Esq., em Castelo Branco. A Águas do Centro, S.A. tem como atividade principal a exploração e gestão do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento de Raia, Zêzere e Nabão.

#### I.2 Atividade

A Águas do Centro, S.A. foi constituída pelo Decreto-Lei nº 197/2001, de 30 de junho, e a sua estrutura acionista era composta pela AdP-Águas de Portugal, SGPS, S.A., e pelos municípios de Alvaiázere, Castanheira de Pêra, Castelo Branco, Ferreira do Zêzere, Figueiró dos Vinhos, Idanha-a-Nova, Oleiros, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Proença-a-Nova, Sertã, Tomar e Vila Velha de Ródão.

A Sociedade tem por objeto, nos termos do artigo 3.º dos seus estatutos a "...exploração e gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Raia, Zêzere e Nabão, para captação, tratamento e distribuição de água para consumo público e para recolha, tratamento e rejeição de efluentes..."

Tendo por base o Contrato de Concessão celebrado com o Estado Português, a 07 de julho de 2001, foi atribuída à Empresa, em regime de exclusividade, a concessão da exploração e gestão, incluindo igualmente a conclusão da conceção, a construção das obras e equipamentos, bem como a sua exploração, reparação, renovação e manutenção do Sistema Multimunicipal de Saneamento de Raia, Zêzere e Nabão, pelo prazo de 30 anos.

Em 2010 concretizou-se o alargamento do sistema multimunicipal aos municípios de Médio Tejo, Entroncamento, Mação, Sardoal e Vila Nova da Barquinha, no entanto a Águas do Centro, S.A., só iniciou a exploração das infraestruturas de saneamento dos municípios de Entroncamento e Vila Nova de Barquinha em janeiro de 2011.

O Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento de Raia, Zêzere e Nabão abrange atualmente os municípios Alvaiázere, Castanheira de Pêra, Castelo Branco, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Figueiró dos Vinhos, Idanha-a-Nova, Mação, Oleiros, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Proença-a-Nova, Sardoal, Sertã, Tomar, Vila Nova da Barquinha e Vila Velha de Ródão. As contas do exercício de 2011 foram elaboradas tendo por base o Estudo de Viabilidade Económico Financeira, remetido ao Concedente no mês de julho de 2010, o qual apesar de ainda não estar aprovado pelo Concedente, traduz o cenário que mais se aproxima da realidade da empresa, nomeadamente no que se refere ao alargamento aos quatro municípios do Médio Tejo (Entroncamento, Mação, Sardoal e Vila Nova da Barquinha) e ao alargamento do prazo da Concessão para os 50 anos.

#### I.3 Acionistas

São acionistas da Águas do Centro:

Acionistas	N.º Ações	Valor	% Part.
Município de Alvaiázere	56.074	280.370€	1,17%
Município de Castanheira de Pêra	23.617	118.085€	0,49%
Município de Castelo Branco	658.800	3.294.000€	13,72%
Município de Ferreira do Zêzere	62.407	312.035€	1,30%
Município de Figueiró dos Vinhos	30.029	150.145€	0,63%
Município de Idanha-a-Nova	82.583	412.915€	1,72%
Município de Oleiros	23.122	115.610€	0,48%
Município de Pampilhosa da Serra	25.091	125.455€	0,52%
Município de Pedrógão Grande	48.037	240.185€	1,00%
Município de Proença-a-Nova	65.691	328.455€	1,37%
Município de Sertã	60.835	304.175€	1,27%
Município de Tomar	279.314	1.396.570€	5,82%
Município de Vila Velha de Ródão	24.400	122.000€	0,51%
AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A.	3.360.000	16.800.000€	70,00%
	<b>4.800.000</b>	<b>24.000.000€</b>	<b>100,00%</b>

## 1.4 Aprovação das Demonstrações Financeiras

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 24 de fevereiro de 2012.

## 2. Políticas contabilísticas

A presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (“IASB”) e Interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretations Committee” (“IFRIC”) ou pelo anterior “Standing Interpretations Committee” (“SIC”), adotadas pela UE, em vigor para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2011.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quando referido em contrário.

### 2.1 Bases de Apresentação

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR). As demonstrações financeiras da Águas do Centro, S.A. foram preparadas segundo a convenção do custo histórico. A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com os IFRS/IAS requer o uso de estimativas e assunções que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e ações correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. No entanto, é convicção da gestão que as estimativas e assunções adotadas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos ativos e passivos.

#### 2.1.1 Novas normas e alteração de políticas

Durante o exercício de 2011 não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

Novas normas, alterações e interpretações emitidas, para os exercícios com início em 1 de janeiro de 2011 já endossadas pela União Europeia:

IAS 24, Divulgação de partes relacionadas, clarifica a definição de partes relacionadas. Esta norma não teve impacto na posição financeira ou nos resultados da empresa.

IAS 32, Instrumentos financeiros: divulgações, alterações relacionadas com a forma como devem ser contabilizados certos direitos quando os instrumentos emitidos são denominados numa moeda diferente da moeda funcional do emitente; Regulamento 1293/09, de 23 de dezembro. Sem relevância para a Águas do Centro, S.A.

IFRS 1 (Alteração), Adoção pela primeira vez das IFRS, isenções para algumas das divulgações exigidas pela IFRS 7. Esta alteração permite que as entidades que adotem as IFRS pela primeira vez usufruam do mesmo regime transitório da IFRS 7 (Instrumentos financeiros – Divulgações), o qual não exige a apresentação de comparativos relativamente às divulgações exigidas pela IFRS 7 Instrumentos Financeiros:

Divulgações quando os exercícios comparativos iniciem numa data anterior a 31 de dezembro de 2009.

IFRIC 14, Pré-pagamento de um requisito de financiamento mínimo. Se um determinado plano de benefícios definidos estiver sujeito a um requisito de financiamento mínimo, a emenda à IFRIC 14 determina que o pagamento seja tratado, como qualquer outro pré-pagamento, como se fosse um ativo. Regulamento 633/10, de 19 de julho. Sem relevância para a Águas do Centro, S.A.

IFRIC 19, Extinção de passivos financeiros com instrumentos de Capital Próprio, a IFRIC 19 clarifica que instrumentos de capital emitidos para um credor com o objetivo de extinguir passivos financeiros são considerados pagamentos para efeitos do parágrafo 41 da IAS 39. Desta forma, instrumentos de capital emitidos num *Equity Swap* devem ser mensurados ao justo valor dos instrumentos de capital emitidos, se este puder ser determinado com fiabilidade, ou no caso de não ser possível determinar o justo valor com fiabilidade, ao justo valor do

passivo financeiro extinto na data da sua extinção. Qualquer ganho ou perda é imediatamente reconhecida como ganhos ou perdas. Esta IFRIC não se aplica a situações em que o acordo original já previa a extinção de passivos por via da emissão de instrumentos de capital nem para situações que envolvam direta ou indiretamente proprietários atuando como tal. Sem relevância para a Águas do Centro, S.A..

Melhoramentos introduzidos pelo IASB durante o ano (Regulamento 149/11, de 18 de fevereiro):

IFRS 1, alterações de políticas contabilísticas no período abrangido pelas primeiras demonstrações financeiras; uso de base de reavaliação como custo considerado pode ser aplicável ao período abrangido pelas primeiras demonstrações financeiras em IFRS; uso do custo considerado para as operações sujeitas a taxa regulamentada. Sem relevância para a Águas do Centro, S.A.

IFRS 3, requisitos de transição para retribuições contingentes a partir de uma concentração de atividades que ocorreu antes da data efetiva da IFRS 3 (revista em 2008); alteração na definição para mensuração dos interesses que não controlam; pagamentos de prémios com base em ações – prémios de substituição e prémios não substituíveis. IAS 32, alterações que resultam das emendas na IFRS 3 introduzidas pelos Melhoramentos (contratos de retribuição contingente). IAS 39, alterações que resultam das emendas na IFRS 3 introduzidas pelos Melhoramentos (contratos de retribuição contingente). Sem relevância para a Águas do Centro, S.A.

IFRS 7, clarificação de algumas divulgações. O objetivo da alteração à IFRS 7 é dar clareza na interação entre a divulgação qualitativa e quantitativa da natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros. A principal mudança refere-se à exigência, em adição à descrição das garantias colaterais detidas como segurança, de fornecer uma descrição dos respetivos efeitos financeiros em relação à quantidade de exposição máxima ao risco de crédito.

IAS 1, clarificação da demonstração de alterações no capital próprio (DACP). Entre as alterações destaca-se a necessidade de incluir, ou na DACP ou nas notas, uma análise por item dos outros rendimentos integrais incluídos na DACP para cada componente do capital próprio. Sem relevância para a Águas do Centro, S.A.

IAS 21, IAS 28 e IAS 31, requisitos de transição para as emendas resultantes da IAS 27 (conforme emendada em 2008). As emendas esclarecem que as “alterações consequentes” devem ser aplicadas prospectivamente. Sem relevância para a Águas do Centro, S.A.

IAS 34, eventos e transações significativos. O objetivo da alteração é o de emendar a IAS 34 para colocar maior ênfase nos princípios (eventos transações significativas, informações atualizadas) e incluem exemplos adicionais relativos a requisitos de divulgação mais recente. Sem relevância para a Águas do Centro, S.A.

IFRIC 13, alterações na definição do justo valor dos créditos de prémio. Sem relevância para a Águas do Centro, S.A.

Novas normas, alterações e interpretações emitidas, mas que ainda não entraram em vigor:

IFRS 7, Instrumentos financeiros (divulgações), alterações que visam ajudar os utentes das demonstrações financeiras a avaliar melhor as exposições ao risco relacionadas com as transferências de ativos financeiros e o efeito desses riscos na posição financeira de uma entidade.

O objetivo das emendas é promover a transparência na divulgação das operações de transferência, em particular quando envolvem a titularização de ativos financeiros. Regulamento 1205/11, de 22 de novembro. Alterações com eficácia a partir de 01 de janeiro de 2012 (obrigatória para períodos com início em 30 de junho de 2011).

Novas normas, alterações e interpretações emitidas, para os exercícios com início em 1 de janeiro de 2011 ainda não endossadas pela União Europeia:

IFRS 1, (Emenda), adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, moeda funcional em economia hiperinflacionária.

IFRS 9, Instrumentos financeiros, Introduz novos requisitos de classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros.

IFRS 10, Demonstrações Financeiras Consolidadas, novo conceito de controlo.

IFRS 11, Empreendimentos Conjuntos, novo conceito de controlo.

IFRS 12, Divulgação de Participações em Outras Entidades, estabelece um nível mínimo de divulgações.

IFRS 13, Mensuração do Justo valor, orientações na mensuração do justo valor.

IAS 1 (Emenda), Apresentação de Demonstrações Financeiras, altera a agregação dos itens apresentados na demonstração do rendimento integral.

IAS 12, Impostos sobre o Rendimento, clarifica que a determinação de imposto diferido relativo a Propriedades de Investimento mensuradas ao justo valor.

IAS 19 (Revista), Benefícios dos Empregados, eliminação da opção de diferir ganhos e perdas atuariais pelo método do corredor; novas divulgações; reconhecimento de benefícios de cessação de emprego; distinção entre benefícios de curto e de médio e longo prazo.

IAS 27 (revista em 2011), Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas, tratamento contabilístico de subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas nas contas separadas.

IAS 28, Investimentos em Associadas e Empreendimentos conjuntos, descreve a aplicação do método de equivalência patrimonial às entidades conjuntamente controladas.

## 2.2 Conversão Cambial

### 2.2.1 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Águas do Centro, S.A. estão mensurados na moeda do ambiente económico em que a entidade opera (moeda funcional). As demonstrações financeiras da Águas do Centro, S.A. e respetivas notas são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

## 2.3 Atividade Regulada – Reconhecimento de Ativos e Passivos Regulatórios

### 2.3.1 Introdução

As empresas gestoras de SMM (sistemas multimunicipais) atuam no âmbito das atividades reguladas. O maior efeito da regulação sobre a atividade das empresas está no escrutínio que a entidade reguladora (ERSAR - DL 362/98, de 18 de novembro, com as alterações introduzidas pelos DL 151/2002, de 23 de maio, e DL 277/2009, de 2 de outubro) faz da tarifa a aplicar aos serviços prestados aos utilizadores e bem como do respetivo orçamento anual.

De acordo com este escrutínio, as tarifas a praticar pelas empresas carecem da aprovação pelo órgão que exerce o poder concedente, mediante o parecer do regulador sobre a sua adequabilidade.

Tendo em conta a hierarquia definida no IAS 8, a Águas do Centro, S.A. com atividades reguladas adotou as regras internacionalmente aplicadas às empresas que atuam em mercados com estas características (nomeadamente o FAS 71, emitido pelo FASB e o ED/2009/8 emitido pelo IASB). Assim, são definidos um conjunto de critérios para o reconhecimento de ativos e passivos relacionados com regras regulatórias. Essas regras prescrevem que uma empresa deva reconhecer nas suas demonstrações financeiras os efeitos da sua atividade operacional, desde que preste serviços cujos preços estejam sujeitos a regulação.

Só são passíveis de serem reconhecidos ativos e passivos regulatórios se, e só se: **(i)** um órgão credenciado (por exemplo, o regulador) determinar o preço que uma entidade deve cobrar aos seus clientes pelos bens ou serviços que esta presta, e que esse preço vincula os clientes a aceitá-lo, e **(ii)** o preço estabelecido pela regulação (a tarifa) é determinada de modo a recuperar gastos específicos incorridos de modo a prestar os bens ou serviços e a obter uma determinada remuneração.



A atividade da Águas do Centro, S.A. é regulada, no sentido de que os preços são fixados por uma terceira entidade (Ministério do Ambiente) sob parecer do Regulador – ERSAR, I.P., Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos, I.P., estando deste modo enquadrada no âmbito deste normativo.

Resumidamente é requerido que uma empresa reconheça ativos regulatórios ou passivos regulatórios se o regulador permitir a recuperação de gastos anteriormente incorridos ou reembolsar montantes anteriormente cobrados, e a ser remunerado sobre as suas atividades reguladas, através de ajustamentos ao preço cobrado aos seus clientes. Ou seja, quando existe o direito a aumentar ou a obrigação de diminuir as tarifas em períodos futuros em resultado da prática atual ou expectável do regulador; **(i)** uma entidade deve reconhecer um ativo regulatório de modo a recuperar um custo anteriormente incorrido e obter uma determinada remuneração, ou; **(ii)** uma entidade deve reconhecer um passivo regulatório de modo a reembolsar valores previamente cobrados e a pagar uma determinada remuneração.

O efeito de aplicar os requisitos referidos no parágrafo anterior corresponde ao reconhecimento inicial de um ativo (ou passivo), que de outro modo seriam reconhecidos em resultados, como um gasto (ou um rendimento).

Encontram-se abrangidos nesta categoria os Acréscimos de gastos para investimento contratual. Assim, de acordo com a regra de reconhecimento de ativos e passivos regulatórios, estes ativos (e/ou passivos) deverão ser reconhecidos em balanço uma vez que a recuperação do seu custo (e/ou reembolso do passivo) é elegível para efeito da determinação da tarifa pelo regulador em períodos subsequentes, assegurando o correto balanceamento entre réditos e gastos.

### 2.3.2 Acréscimo de gastos para investimentos contratuais

Em cumprimento do estipulado nos contratos de concessão e gestão de parcerias e com as regras regulatórias, e sempre que aplicável, é registada a quota-parte anual dos gastos estimados para fazer face às responsabilidades em investimentos contratuais (regulados) ou em investimentos de expansão (regulados) da concessão ou da parceria. Estes acréscimos são calculados com base no padrão de benefícios económicos associados ao investimento contratual definido no modelo económico de suporte ao contrato de concessão. No caso da Águas do Centro, S.A., os benefícios económicos obtidos são determinados pela regulação económica.

Saliente-se que os Acréscimos de gastos para investimentos contratuais visam garantir o princípio da especialização dos exercícios e o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos proveitos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer) que constituem a sua base de cálculo. Na prática estes acréscimos, correspondem a uma responsabilidade por reembolso a tarifas futuras, permitindo um nível de estabilização das mesmas, bem como o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos proveitos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer) referidos anteriormente.

Estes acréscimos são reconhecidos em gastos na rubrica amortizações do exercício e no passivo (não corrente), sendo transferido o passivo para amortizações acumuladas aquando da concretização do investimento subjacente.

## 2.4 Atividade Concessionada – IFRIC 12 Regulatórios

### 2.4.1 Enquadramento

O IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos contratos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo sobre os ativos da concessão. Nos termos desta norma a Águas do Centro, S.A. presta dois tipos de serviços: o de construção, modernização e renovação das infraestruturas afetas ao sistema; e o de exploração e gestão (operar e manter) do sistema constituído pelas infraestruturas, necessárias à prestação de serviços aos utilizadores. Deste modo a empresa deve reconhecer e mensurar o rédito (proveito) dos serviços que presta de acordo com o disposto nos IAS 11 – Contratos de construção e IAS 18 - Rédito.

Se a empresa prestar mais que um serviço (i.e. construção ou modernização dos serviços e operação) ao abrigo de um só contrato de concessão, o valor (preços ou tarifas) a receber deve ser distribuído de acordo com os seus justos valores, quando estes forem individualmente (separadamente) identificáveis. A natureza do preço e da tarifa determina o seu tratamento contabilístico. A empresa deve reconhecer o rédito e os gastos relacionados com a construção ou modernização das infraestruturas de acordo com o IAS 11. A empresa deve reconhecer o rédito e os gastos relacionados com a operação de acordo com o IAS 18. Adicionalmente prescreve que a infraestrutura no âmbito do IFRIC 12 não deve ser reconhecida como imobilizado corpóreo do operador (ou concessionária) porque o contrato de concessão não lhe dá o direito de a controlar. O operador tem acesso e opera a infraestrutura para prestar um serviço público em nome

do concedente, de acordo com os termos do contrato. Nos termos do contrato de concessão, no âmbito desta norma, o operador (ou concessionária) atua como um prestador de serviços. O operador (ou concessionária) constrói ou moderniza a infraestrutura (construção ou modernização dos serviços) utilizados para prestar serviços públicos e opera e mantém a infraestrutura (operação) durante um período específico de tempo. Se o operador (ou concessionária) construir ou modernizar as infraestruturas, o valor (tarifa) recebido ou a receber pelo operador deve ser reconhecido pelo seu justo valor, e este corresponde a um valor que se materializa num direito que corresponde a: **(a)** um ativo financeiro, ou **(b)** um ativo intangível. O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo financeiro na medida em que tem um direito contratual de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção; o concedente não tem como evitar o pagamento, uma vez que o contrato tem a força de lei. O operador (ou concessionária) tem um direito incondicional de receber dinheiro se o concedente garantir contratualmente esse pagamento ao operador que corresponde a **(a)** um montante específico, ou **(b)** à diferença, se existir, entre os montantes recebidos dos utilizadores do serviço público, e outro montante específico, mesmo que o pagamento seja contingente ao facto de operador (ou concessionária) assegurar que a infraestrutura está de acordo com os requisitos de qualidade e eficiência. O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo intangível na medida em que recebe um direito (licença) de cobrar os utilizadores por um serviço público. O direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público não é um direito incondicional de cobrança, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

## 2.4.2 Classificação da infraestrutura

Contratualmente, a Águas do Centro, S.A. assenta num modelo tendente à classificação da infraestrutura como ativo financeiro, uma vez que não apresentam risco, tendo direito a uma remuneração (mínima) anual garantida contratualmente, cujo recebimento pode ser diferido no tempo, mas que está assegurado.

No entanto, a definição de ativo financeiro, estabelecida pelo IAS 32, não está associada ao risco mas ao direito presente e incondicional a receber dinheiro ou outro ativo financeiro. De entre os vários mecanismos de reequilíbrio dos contratos de concessão das empresas do grupo AdP, aumento de tarifas, indemnização direta do concedente e/ou extensão do prazo de concessão, a extensão de prazo não cumpre com os requisitos previstos naquela norma (IAS 32), uma vez que constitui um direito futuro a cobrar aos utilizadores, inviabilizando a opção pelo reconhecimento do ativo financeiro. Deste modo, a Águas do Centro, S.A. como concessionárias de SMM classifica as infraestruturas dos sistemas que exploram como ativos intangíveis – Direito de utilização de infraestruturas.

Os ativos intangíveis (direitos de exploração) são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo os ganhos e rendimentos (líquidos) diretos e indiretamente relacionados com os projetos de investimento, que são capitalizados em imobilizações em curso. Os gastos que podem ser capitalizados são os relacionados com a realização do investimento. Os gastos operacionais são afetados ao imobilizado em curso através de uma percentagem calculada em função da afetação do pessoal aos respetivos projetos. Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são capitalizados na sua totalidade até à entrada em exploração do sistema.

As despesas com grandes reparações e benfeitorias às infraestruturas da concessão (incluindo bens de substituição), por via da regulação económica da concessão, são especificamente remuneradas na medida em que concorrem igualmente para a formação da tarifa (ou seja têm uma recuperação implícita na aceitação da amortização pelo regulador), são contabilizadas no imobilizado e amortizadas nos mesmos termos do restante imobilizado. As despesas de conservação e manutenção correntes são reconhecidas em resultados nos respetivos exercícios em que ocorrem.

## 2.4.3 Amortizações

O direito de utilização de infraestruturas é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção dos benefícios económicos ao mesmo, e são determinados pela regulação económica e a aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador.

As amortizações são calculadas pelo método da soma das unidades, isto é pela amortização dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e financeira utilizado, tendo como base os caudais de efluente faturados nesse exercício e os efluentes a faturar até ao final da concessão previstos no estudo de viabilidade económico e financeiro anexo ao contrato de concessão.

Salientam-se os dados apresentados na tabela em baixo:

Total do investimento do contrato de concessão	Número de anos do contrato de concessão	Total de caudais do contrato de concessão	Total do investimento da concessão revisto (último EVEF submetido)	Número de anos da concessão (último EVEF submetido)	Total de caudais revistos (último EVEF submetido)	Taxa média de amortização do ano de 2011
199.916.438 €	30	977.737.029 m <sup>3</sup>	320.787.918 €	50	1.013.708.313 m <sup>3</sup>	2,5873%

#### 2.4.4 Valor residual

Os investimentos adicionais de expansão ou modernização, cuja vida útil se prolongue para além do prazo da concessão, poderão apresentar valor residual que dará lugar a uma indemnização equivalente ao valor não amortizado a essa data. Estes montantes são classificados como ativos financeiros – valor a receber.

#### 2.4.5 Rédito – serviços de construção

De acordo com o IFRIC 12 – Contratos de concessão, o rédito dos serviços de construção deve ser reconhecido de acordo com o IAS 11 – Contratos de construção. A Águas do Centro, S.A. na fase de construção das infraestruturas atua como um “agente”/ intermediário, transferindo os riscos e os retornos a um terceiro (que constrói), sem apropriação de qualquer margem no decurso da sua atividade operacional, pelo que o rédito e encargos com a aquisição de infraestruturas apresentam igual montante. Assim, e tendo em conta a atividade regulada da Águas do Centro, S.A., o rédito reconhecido é aquele que resulta da aplicação das tarifas aprovadas pelo concedente e escrutinadas pelo regulador.

### 2.5 Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo, deduzido de eventuais perdas de imparidade, sendo depreciado em função da sua vida útil estimada. Os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e à sua preparação para entrada em funcionamento estão a ser considerados no seu valor de balanço.

Os gastos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos fluirão para a empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. A depreciação dos mesmos é efetuada durante a vida útil remanescente do bem ou até à próxima reparação, das duas a que ocorrer mais cedo. A componente substituída do bem é identificada e reconhecida em resultados.

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são capitalizados na sua totalidade até à entrada em exploração ativo.

Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

A depreciação dos ativos fixos tangíveis afetos à exploração é efetuada com base na vida útil estimada a partir do momento em que os mesmos estejam aptos a entrar em funcionamento. O valor depreciável é obtido mediante a dedução do valor residual expectável no final da vida útil estimada.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis são traduzidas nas seguintes percentagens:

Naturezas	Taxa anual máxima
Edifícios e outras construções	4,00%
Equipamento básico	12,50%
Equipamento de transporte	25,00%
Ferramentas e utensílios	14,28%
Equipamento administrativo	14,28%

Os terrenos não são objeto de depreciação.

A depreciação dos bens para os quais existe uma intenção de venda é suspensa, passando os mesmos a serem classificados como ativos detidos para venda.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registrar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

No final de cada exercício o Conselho de Administração revê os métodos de depreciação e as vidas úteis estimadas para cada ativo de forma que sejam fielmente refletidos os padrões de consumo de benefícios dos ativos durante os anos da sua utilização pela Águas do Centro, S.A. Eventuais alterações destes pressupostos serão tratados como uma alteração de estimativa contabilística e alvo de aplicação prospetiva.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia contabilística do ativo, e são reconhecidos como rendimentos ou gastos na demonstração dos resultados.

## 2.6 Ativos Intangíveis

### 2.6.1 Direitos de utilização de infraestruturas

Ver nota 2.3.2.

### 2.6.2 Outros ativos intangíveis

Os restantes ativos intangíveis (despesas de desenvolvimento de *software*, as despesas com propriedade intelectual e outros direitos) são contabilisticamente relevadas pelo seu valor de custo líquido de amortizações acumuladas. Estas rubricas são amortizadas pelo método das quotas constantes normalmente por um período de três a dez anos. Investimentos que aumentem a performance dos programas de *software* para além das suas especificações originais são adicionados ao custo original do *software*. Os gastos de implementação do *software* reconhecidos como ativos são amortizados usando o método das quotas constantes sobre as suas vidas úteis, nomeadamente de três a seis anos. Os sistemas corporativos e transacionais de grande parte do Grupo desenvolvidos sobre as plataformas SAP são amortizados usando o método das quotas constantes sobre a sua vida útil de dez anos.

## 2.7 Ativos e Passivos Financeiros

As compras e vendas destes investimentos são reconhecidos à data da negociação ou da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da sua data de liquidação. No momento inicial, os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço pago, incluindo despesas de transação, exceto para os ativos valorizados ao justo valor através de resultados, em que os gastos de transação são imediatamente reconhecidos nos resultados. Estes ativos não são reconhecidos quando: (i) expiram os direitos contratuais do Grupo quanto ao recebimento dos seus fluxos de caixa; ou (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua posse, ou o controlo sobre os ativos

### 2.7.1 Classificação de ativos financeiros

Os ativos financeiros na Águas do Centro, S.A. são classificados nas categorias que abaixo se descrevem. A classificação depende do objetivo de aquisição do investimento e é determinada no momento de reconhecimento inicial (data da negociação – *trade date*) dos investimentos e reavaliada em cada data de relato subsequente. O Conselho de Administração determina a classificação dos seus investimentos à data de aquisição e reavalia essa classificação numa base regular. A Águas do Centro, S.A. classifica os seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (i) empréstimos e contas a receber; (ii) investimentos detidos até à maturidade; (iii) investimentos mensurados ao justo valor através de resultados (detido para negociação); (iv) ativos financeiros disponíveis para venda.

#### 2.7.1.1 Empréstimos e contas a receber

Correspondem a ativos financeiros não derivados, com recebimentos fixos ou determináveis para os quais não existe um mercado de cotações ativo. Estes ativos correspondem a duas naturezas: (i) ativos originados do decurso normal das atividades operacionais no fornecimento de água e outros serviços associados e sobre os quais não existe intenção de negociar; e (ii) investimentos efetuados

nas empresas com concessões multimunicipais, que de acordo com as condições particulares dos contratos de concessão subjacentes, qualificam como um empréstimo concedido remunerado a uma taxa contratada.

Os empréstimos e contas a receber são registados inicialmente ao justo valor e subsequentemente pelo custo amortizado, com base na taxa de juro efetiva, deduzidos de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade são registadas com base na estimativa e avaliação das perdas associadas aos créditos de cobrança duvidosa, na data do balanço, para que reflitam o seu valor realizável líquido.

São registados ajustamentos por imparidade quando existam indicadores objetivos de que a Águas do Centro, S.A. não irá receber todos os montantes que lhe são devidos de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados indicadores como: análise de incumprimento; incumprimento há mais de 6 meses; dificuldades financeiras do devedor; probabilidade de falência do devedor.

Quando os valores a receber de clientes ou outros devedores se encontrem vencidos, e sejam objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

#### 2.7.1.2 Investimentos detidos até à maturidade

Os investimentos detidos até à maturidade são classificados como investimentos não correntes, exceto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data do balanço, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida para os quais a Águas do Centro, S.A. tem intenção e capacidade de os manter até essa data. Os investimentos detidos até à maturidade são registados ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

#### 2.7.1.3 Ativos financeiros mensurados ao justo valor por resultados

Esta categoria engloba: **(i)** os ativos financeiros de negociação que são adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo; **(ii)** os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

Nesta categoria integram-se os derivados que não qualifiquem para efeitos de contabilidade de cobertura.

As alterações de justo valor são reconhecidas diretamente em resultados do exercício, na rubrica de rendimentos financeiros. Estes ativos são classificados como ativos correntes se forem detidos para venda ou se for expectável a sua realização num período de 12 meses, após a data do balanço.

#### 2.7.1.4 Activos financeiros disponíveis para venda

Os ativos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que: **(i)** a empresa tem intenção de manter por tempo indeterminado; **(ii)** são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial; ou **(iii)** não se enquadram nas categorias acima referidas. São apresentados como ativos não correntes, exceto se houver a intenção de os alienar nos 12 meses seguintes à data de balanço.

Após o reconhecimento individual, os ativos disponíveis para venda são registados ao justo valor por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a gastos da transação que possam vir a ocorrer até à sua venda, sendo as respetivas variações de justo valor reconhecidas diretamente no capital próprio, na rubrica de "Reserva de justo valor", até que os ativos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. No caso dos instrumentos de capital um decréscimo significativo ou prolongado do justo valor abaixo do custo é determinante para determinar a existência de imparidade.

Os instrumentos de capital que não sejam participações em empresas filiais, empreendimentos conjuntos ou associadas, são classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, de acordo com a IAS 39. Caso não exista valor de mercado, estes ativos são mantidos ao custo de aquisição, sujeitos a testes de imparidade.

### 2.7.2 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem. O IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração prevê a classificação dos passivos financeiros em duas categorias: **(i)** passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; **(ii)** outros passivos financeiros. Os outros passivos financeiros incluem Empréstimos obtidos e Fornecedores e outras contas a pagar.



### 2.7.2.1 Passivos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados

Os passivos financeiros ao justo valor por via de resultados incluem passivos não derivados com o objetivo de vender no curto prazo e os instrumentos financeiros derivados que não qualifiquem para efeitos de contabilidade de cobertura, e sejam classificados desta forma no seu reconhecimento inicial. Os ganhos e perdas resultantes da alteração de justo valor de passivos mensurados ao justo valor através de resultados são reconhecidos em resultados do período.

### 2.7.2.2 Empréstimos bancários

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente ao justo valor deduzidos de gastos de transação incorridos e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre o valor de emissão (líquido de gastos de transação incorridos) e o valor nominal é reconhecido em resultados durante o período de existência dos empréstimos de acordo com o método do juro efetivo.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Águas do Centro, S.A. possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificado no passivo não corrente.

### 2.7.2.3 Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar são inicialmente registados pelo seu valor nominal, o qual se entende ser o seu justo valor, e subsequentemente são registados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

## 2.8 Clientes e Outras Contas a Receber

Os saldos de clientes e outras contas a receber são valores a receber pela venda de mercadorias ou de serviços prestados pela Águas do Centro, S.A. no curso normal das suas atividades. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetivo, deduzidos de provisões para perdas de imparidade.

Os clientes com os quais foram estabelecidos acordos de pagamentos são classificados como não correntes, quando esses acordos se estendem por mais de um exercício. O não cumprimento do acordo implica a reclassificação do saldo como dívida corrente, vencida.

## 2.9 Inventários

Os inventários estão valorizados ao mais baixo do custo de aquisição (o qual inclui todas as despesas até à sua entrada em armazém) e do valor realizável líquido. O valor realizável líquido resulta do preço de venda estimado no decurso da atividade normal da empresa, deduzido das despesas variáveis de venda. O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio.

## 2.10 Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses e descobertos bancários, sem risco significativo de alteração de valor. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica "Dívidas a instituições de crédito – curto prazo", os quais são também considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa.

## 2.11 Imparidade

### 2.11.1 Imparidade de ativos financeiros

O Grupo analisa a cada data de balanço se existe evidência objetiva que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros se encontra em imparidade.

#### Clientes, devedores e outros ativos financeiros

São registados ajustamentos para perdas por imparidade quando existem indicadores objetivos que a Águas do Centro, S.A. não irá receber todos os montantes a que tinha direito de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados diversos indicadores, tais como: (i) análise de incumprimento; (ii) incumprimento há mais de 6 meses; (iii) dificuldades financeiras do devedor; (iv) probabilidade de falência do devedor.

O ajustamento para perdas de imparidade é determinado pela diferença entre o valor recuperável e o valor de balanço do ativo financeiro e é registada por contrapartida de resultados do exercício. O valor de balanço destes ativos é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de ajustamentos. Quando um montante a receber de clientes e devedores é considerado irrecuperável é abatido por utilização da conta de ajustamentos para perdas de imparidade acumuladas. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados. Quando valores a receber de clientes ou a outros devedores que se encontrem vencidos, são objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

### 2.11.2 Imparidade de ativos não financeiros

Os ativos da Águas do Centro, S.A. são analisados à data de cada balanço por forma a detetar indicações de eventuais perdas por imparidade. Se essa indicação existir, o valor recuperável do ativo é avaliado.

Para as unidades geradoras de caixa com atividade iniciada há menos que um certo período de tempo (2 a 3 anos) a Águas do Centro, S.A. efetua uma análise da imparidade, no entanto na medida em que os respetivos negócios não terão atingido ainda maturidade suficiente, são reconhecidas perdas por imparidade quando existam indicadores inequívocos de que a sua recuperabilidade é considerada remota.

#### Determinação da quantia recuperável dos ativos

A quantia recuperável de contas a receber de médio e longo prazo corresponde ao valor atual dos futuros recebimentos esperados, utilizando como fator de desconto a taxa de juro efetiva implícita na operação original. Para os restantes ativos, a quantia recuperável é a mais alta do seu preço de venda líquido e do seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

#### Reversão de perdas por imparidade

Uma perda por imparidade reconhecida num valor a receber de médio e longo prazo só é revertida caso a justificação para o aumento da respetiva quantia recuperável assente num acontecimento com ocorrência após a data do reconhecimento da perda por imparidade. Uma perda por imparidade reconhecida relativa a *Goodwill* não é revertida. As perdas por imparidade relativas a outros ativos são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

## 2.12 Capital

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os gastos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

## 2.13 Dividendos a Pagar

Os dividendos são reconhecidos como passivo quando declarados.

## 2.14 Subsídios do Governo

Os subsídios para investimento são reconhecidos quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que a Águas do Centro, S.A. cumprirá as obrigações inerentes ao seu recebimento. Os subsídios para investimento relativos à aquisição e/ou construção de ativos tangíveis e/ou intangíveis são incluídos nos passivos não-correntes e são creditados na demonstração dos resultados com base no mesmo método da amortização dos ativos subjacentes.

Os restantes subsídios são diferidos e reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período dos gastos que pretendem compensar.

## 2.15 Provisões, Ativos e Passivos Contingentes

As provisões apenas são reconhecidas quando existe uma obrigação presente que resulte de eventos passados, para a liquidação da qual seja provável a necessidade de afetação de recursos internos e cujo montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Águas do Centro, S.A. divulgará tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para liquidação do mesmo seja considerada remota. Quando há um número elevado de obrigações similares, a probabilidade de gerar um exfluxo de recursos internos é determinada em conjunto. A provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de exfluxo de recursos internos relativamente a um elemento incluído na mesma classe de obrigações possa ser reduzida.

As provisões são mensuradas ao valor presente, à data do balanço, da melhor estimativa do Conselho de Administração sobre o dispêndio necessário para liquidar a obrigação. A taxa de desconto usada para determinar o valor presente reflete a expectativa atual de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

### Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados nas notas anexas. Nos casos em que a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos for remota ou se for pouco provável que ocorra o influxo de benefícios económicos, os respetivos passivos contingentes ou ativos contingentes não são divulgados.

## 2.16 Fiscalidade

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo de balanço, considerando-se as diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração empresarial, que à data da transação não afeta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido ativo para a mesma altura e com a mesma autoridade

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data do balanço e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

São reconhecidos impostos diferidos em diferenças temporárias originadas por investimentos em subsidiárias e associadas, exceto quando a Águas do Centro, S.A. seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não se reverta no futuro previsível.

Os impostos diferidos são registados no resultado líquido ou em "Outras reservas" consoante o registo da transação ou evento que lhes deu origem.

## 2.17 Rédito

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos e após eliminação das vendas internas. Tal como referido na nota 2.4.1 as empresas concessionárias e reguladas, apenas reconhecem o rédito que resulta da aplicação das tarifas aprovadas pelo concedente e escrutinadas pelo regulador. O rédito é reconhecido como segue:

### 2.17.1 Prestação de serviços

#### Atividade regulada - Serviços em “alta” – Saneamento

O rédito é reconhecido com base em (i) valores mínimos garantidos; ou (ii) consumos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados;

### 2.17.2 Venda de bens

#### Atividade regulada - Serviços em “alta” – Abastecimento de água

O rédito é reconhecido com base em consumos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados;

### 2.17.3 Juros

O rendimento de juros é reconhecido com base na taxa de juro efetiva e são registados no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização do exercício (ou do acréscimo).

Quando uma conta a receber é ajustada por imparidade, a Águas do Centro reduz o seu valor contabilístico para o seu valor recuperável, no entanto os *cash-flows* futuros estimados continuam a ser descontados à taxa de juro efetiva inicial (antes da imparidade) e a regularização do desconto a ser considerado como um rendimento de juros.

### 2.17.4 Dividendos a receber

Os dividendos serão reconhecidos quando o direito do acionista for estabelecido, o que geralmente ocorre por decisão da Assembleia -Geral da subsidiária ou associada.

## 2.18 Trabalhos para a Própria Empresa

Nesta rubrica são reconhecidos os gastos dos recursos diretamente atribuíveis aos ativos intangíveis e tangíveis durante a sua fase de desenvolvimento/construção, quando se concluí que os mesmos serão recuperados através da realização daqueles ativos. São particularmente relevantes os gastos financeiros capitalizados bem como alguns gastos com pessoal. São mensurados ao custo, sendo portanto reconhecidos sem qualquer margem, com base em informação interna especialmente preparada para o efeito (gastos internos) ou nos respetivos gastos de compra adicionados de outras despesas a ela inerentes. Os gastos capitalizados são registados diretamente em balanço sem passarem pela demonstração dos resultados, e estão divulgados no anexo sempre que tal for aplicável.

## 2.19 Gastos e Perdas

Os gastos e perdas são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo (especialização do exercício).

## 2.20 Eventos Subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

### 3. Políticas de gestão do risco financeiro

#### 3.1 Fatores de Risco

As atividades da Águas do Centro, S.A. estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. O grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito, o uso de derivados, outros instrumentos não estruturados e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

#### 3.2 Risco de Crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a Águas do Centro, S.A. A Águas do Centro, S.A. está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes (fornecimento de água). Este risco é em teoria reduzido dadas as características do serviço prestado (a entidades estatais - municípios).

O grupo AdP tem vindo a alertar o Governo Central para a insustentabilidade da atual situação de incobrabilidade junto de alguns municípios, no sentido de encontrar alternativas que permitam cobrar os valores em dívida (ver nota 45 eventos subsequentes, Dívidas das autarquias locais ao setor da água, saneamento e resíduos - Lei nº 64-B/2011 de 30 de dezembro, Orçamento de Estado para 2012).

Os ajustamentos de imparidade para contas a receber são calculados considerando: **i)** o perfil de risco do cliente, consoante se trate de cliente residencial ou empresarial; **ii)** o prazo médio de recebimento, o qual difere de negócio para negócio; e **iii)** a condição financeira do cliente. Dada a dispersão de clientes não é necessário considerar um ajustamento adicional de risco de crédito, para além da imparidade já registada nas contas a receber – clientes.

A seguinte tabela representa a exposição máxima da Águas do Centro, S.A. ao risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2011, sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos no balanço, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face do Balanço.

Unidade: euros

<b>Ativos financeiros bancários</b>	<b>31.12.2011</b>
Depósito à ordem	625.559
Depósitos prazo	0
Fundo de reconstituição do capital	6.550.949
	<b>7.176.508</b>
<b>Rating</b>	<b>31.12.2011</b>
Ba2	7.142.786
Ba3	33.722
	<b>7.176.508</b>

#### 3.3 Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria da Águas do Centro, S.A. pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito



as linhas de crédito disponíveis. A Águas do Centro, S.A. efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais e internacionais de elevada notação de crédito que permitem o acesso imediato a fundos. Neste último exercício esta prática tem sido altamente condicionada pelas conhecidas dificuldades em aceder aos mercados de crédito em Portugal.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da Águas do Centro, S.A. por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, não descontados a pagar no futuro (sem os juros a que estão a ser remunerados estes passivos).

Unidade: euros

	< 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos
Financiamentos	48.009.390	5.385.860	50.114.140
Fornecedores e outros passivos	0	0	0

### 3.4 Risco de fluxos de caixa e de justo valor associado à taxa de juro

O risco da taxa de juro da Águas do Centro, S.A. advém, essencialmente, da contratação de empréstimos de longo prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a Águas do Centro, S.A. ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a Águas do Centro, S.A. ao risco do justo valor associado à taxa de juro. A Águas do Centro, S.A. gere o risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro, mediante a contratação de *swaps* que permitam a conversão de empréstimos com juros calculados à taxa variável em empréstimos com juros calculados à taxa fixa. Igualmente associado à volatilidade das taxas de juro está remuneração garantida dos contratos de concessão, e consequentemente o desvio tarifário.

### Análise de sensibilidade à variação de taxa de juro

Unidade: euros

		31.12.2011	31.12.2010
Juros suportados	Real	4.093.248	2.929.529
Juros suportados	tx média + 1%	5.086.942	3.901.952
Juros suportados	tx média - 1%	1.733.663	1.958.794

### 3.5 Risco de capital

O objetivo da Águas do Centro, S.A. em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face balanço é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital.

O objetivo da gestão do risco do capital é salvaguardar a continuidade das operações do Grupo, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A política da Águas do Centro, S.A. é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da empresa-mãe, a AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A. (exceção feita aos empréstimos ao investimento), que por sua vez fará empréstimos às suas filiais. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência fiscal e redução do custo médio de capital.

Unidade: euros

	31.12.2011	31.12.2010
Empréstimos não correntes	55.500.000	55.500.000
Empréstimos correntes	48.009.390	48.755.855
Disponibilidades	-717.556	-499.378
<b>Dívida</b>	<b>102.791.833</b>	<b>95.756.477</b>
Subsídios ao investimento	69.775.550	74.912.286
Total do capital próprio	13.613.327	16.377.139
<b>Capital</b>	<b>186.180.710</b>	<b>187.045.901</b>
<b>Dívida/total do capital</b>	<b>0.55</b>	<b>0.51</b>

### 3.6 Risco regulatório

Como prestador de um serviço público, a Águas do Centro, S.A. opera num ambiente altamente regulado. O regulador - ERSAR - mandatado pelo Governo, regula, entre outros aspetos, a tarifa a cobrar pelos serviços prestados. Na tentativa de balancear o interesse público no que concerne ao adequado acesso aos serviços prestados e o próprio interesse em gerar resultados que satisfaçam e remunerem o capital investido dos nossos acionistas, o regulador pode tomar medidas com impacto negativo no *cash-flow*, com todas as consequências adversas que daí resultam.

## 4. Estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Águas do Centro, S.A. são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis. A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

### 4.1 Provisões

A Águas do Centro, S.A. analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A Águas do Centro, S.A. é parte em diversos processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus advogados, efetua um julgamento para determinar se de ser registada uma provisão para essas contingências. Os ajustamentos para contas a receber são calculados essencialmente com base na antiguidade das contas a receber, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. As estimativas relacionadas com os ajustamentos para contas a receber diferem de negócio para negócio.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de exfluxo de recursos internos necessários para a liquidação das obrigações, poderá conduzir a ajustamentos significativos quer por variação daquele pressupostos quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

### 4.2 Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos bem como o método de depreciação é essencial para a determinar o montante de depreciações e amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados.

Estes dois parâmetros foram definidos de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos e negócios em questão, no entanto, tratando-se de uma atividade concessionada e regulada a vida útil dos ativos está associada ao padrão de benefícios económicos obtidos e que são determinados pela regulação económica (e prazo da concessão).

### 4.3 Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Águas do Centro, S.A., tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à Águas do Centro, S.A.. A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais. No caso específico da Águas do Centro, S.A. os indicadores de imparidade alteram com os crescimentos da rede de infraestruturas assumidos, as alterações de tarifa expectáveis ou as atuais estratégias dos participantes no capital da Águas do Centro, S.A., que conjuntamente com outros fatores poderão levar a alterações no padrão ou montante dos fluxos de caixa futuros.

À data de emissão das demonstrações financeiras da Águas do Centro, S.A. estão registadas as imparidades existentes, não sendo considerada como provável a existência de qualquer outra situação de imparidade nos ativos reportados. Se por efeito da avaliação

atualmente em curso for evidenciado qualquer indício de imparidade, o respetivo valor de balanço do ativo será ajustado por contrapartida de resultados do ano. Além das incertezas acima mencionadas, existem ainda algumas áreas de julgamento cujo impacto se reflete nas demonstrações financeiras. Ainda que não seja expectável virem a provocar uma alteração material no exercício subsequente, poderão ainda assim levar a uma alteração de pressupostos ou de avaliação por parte da Administração da Águas do Centro, S.A.

## 5. Instrumentos financeiros por categoria

Unidade: euros

	Empréstimos e contas a receber	Empréstimos e contas a pagar ao custo amortizado	Investimentos detidos até à maturidade	TOTAL	Ativos e passivos não classificados como instrumentos financeiros	Total de balanço a 31.12.2011
Ativos intangíveis	0	0	0	0	214.249.803	214.249.803
<b>Propriedades de investimento</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Investimentos financeiros	0	0	6.550.949	6.550.949	0	6.550.949
Impostos diferidos ativos	0	0	0	0	4.931.664	4.931.664
Clientes e outros ativos não correntes	543.289	0	0	543.289	0	543.289
Inventários	0	0	0	0	144.562	144.562
Clientes	9.438.142	0	0	9.438.142	0	9.438.142
Estado e outros entes públicos	0	0	0	0	199.826	199.826
Outros ativos correntes	3.715.565	0	0	3.715.565	0	3.715.565
Caixa e seus equivalentes	717.556	0	0	717.556	0	717.556
Caixa e seus equivalentes	499.378	0	0	499.378	0	499.378
<b>Total do ativo</b>	<b>14.414.551</b>	<b>0</b>	<b>6.550.949</b>	<b>20.965.500</b>	<b>219.525.855</b>	<b>240.491.355</b>
Provisões	0	0	0	0	0	0
Responsabilidades com pensões	0	0	0	0	0	0
Empréstimos não correntes	0	55.500.000	0	55.500.000	0	55.500.000
Fornecedores e outros passivos não correntes	0	26.493.415	0	26.493.415	0	26.493.415
Impostos diferidos passivos	0	0	0	0	3.222.952	3.222.952
Acréscimos de custos do investimento contratual	0	0	0	0	6.488.702	6.488.702
Subsídios ao investimento	0	0	0	0	69.775.550	69.775.550
Empréstimos correntes	0	48.009.390	0	48.009.390	0	48.009.390
Fornecedores	0	1.515.554	0	1.515.554	0	1.515.554
Outros passivos correntes	0	15.463.289	0	15.463.289	0	15.463.289
Imposto sobre o rendimento do exercício	0	0	0	0	0	0
Estado e outros entes públicos	0	0	0	0	409.177	409.177
<b>Total do passivo</b>	<b>0</b>	<b>146.981.648</b>	<b>0</b>	<b>146.981.648</b>	<b>79.896.380</b>	<b>226.878.028</b>

## 6. Ativos intangíveis

Durante o ano de 2011 a Águas do Centro, S.A., utilizou na sua atividade um conjunto de infraestruturas dos municípios do Médio Tejo, que ainda não se encontram integradas no seu ativo, por falta de valorização das mesmas.

Dos investimentos em curso à presente data, destaca-se como principal a Construção da nova ETAR de Castelo Branco, obra iniciada na parte final de 2011, com termo previsto para março de 2013, subsidiada pelo QREN em 70% e financiada pelo BEI.

## 6.1 DUI - movimento do período

A quantia escriturada bruta, depreciação acumulada e perdas de imparidade no início e fim do período decompõem-se como detalhe em anexo:

Unidade: euros

Valor Bruto	31.12.2010	Aumentos	Reclassificações	Abates	Alienações	Transfer.	31.12.2011
Ativos Intangíveis - Outros	447.895	0	0	0	0	0	447.895
Direitos de utilização de infraestruturas	240.249.708	4.965.745	0	0	0	46.335	245.261.789
	240.697.603	4.965.745	0	0	0	46.335	245.709.684
<b>Amortizações acumuladas</b>	<b>31.12.2010</b>	<b>Aumentos</b>	<b>Reclassificações</b>	<b>Abates</b>	<b>Alienações</b>	<b>Transfer.</b>	<b>31.12.2011</b>
Ativos Intangíveis - Outros	447.895	0	0	0	0	0	447.895
Direitos de utilização de infraestruturas	-20.466.357	-5.451.700	-5.984.926	0	0	-4.793	-31.907.776
	<b>-20.018.462</b>	<b>-5.451.700</b>	<b>-5.984.926</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-4.793</b>	<b>-31.459.881</b>
	<b>220.679.141</b>	<b>-485.955</b>	<b>-5.984.926</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>41.542</b>	<b>214.249.803</b>

Unidade: euros

	31.12.2011	31.12.2010
DUI Líquido (saldo inicial)	220.679.141	220.235.922
Adições	5.012.081	5.332.393
Abates	0	0
Alienações	0	0
Amortizações do exercício	-5.456.493	-4.889.174
Reclassificações de Amortizações	-5.984.926	0
Reversões de amortizações	0	0
Perdas por imparidade	0	0
DUI Líquido (saldo final)	214.249.803	220.679.141

Decorrente da análise detalhada dos bens em firme e das respetivas amortizações acumuladas até à data da sua capitalização verificou-se a necessidade de reclassificar da rubrica de acréscimos de gastos contratuais para amortizações acumuladas o valor de 5.984.926 euros.

## 7. Investimentos financeiros

Unidade: euros

	31.12.2011	31.12.2010
Fundo de renovação	0	0
Fundo de reconstituição	6.550.949	6.113.767
Participação financeira	0	0
	<b>6.550.949</b>	<b>6.113.767</b>

Em 2011 o Fundo de Reconstituição do Capital foi reforçado em 437.181,86 euros, valor que resulta do alargamento do prazo da Concessão para 50 anos.

Em cumprimento das orientações do Concedente o Fundo de Reconstituição do Capital foi transferido para o Instituto de Gestão do Crédito Público.

## 8. Impostos diferidos

A rubrica de impostos diferidos apresentou os seguintes movimentos no ano de 2011:

## Imposto diferido ativo

Unidade: euros

	taxa	31.12.2010	Aumentos	diminuições	31.12.2011
Prejuízos fiscais	15,00%	3.873.495		-3.873.495	0
Prejuízos fiscais	25,00%	0	5.198.184	-2.620.818	2.577.366
Atualização a valor presente dívidas m/l prazo	25,00%	1.513.848		-378.462	1.135.386
Ajustamento fiscal das amortizações	15,00%	15.488.456		-15.488.456	0
Ajustamento fiscal das amortizações	25,00%	0	18.354.772	-2.340.867	16.013.905
IRC		3.282.755			4.931.664
<b>Imposto diferido ativo</b>		<b>3.282.755</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>4.931.664</b>

## Imposto diferido passivo

Unidade: euros

	taxa	31.12.2010	Aumentos	diminuições	31.12.2011
Atualização a valor presente dívidas m/l prazo	25,00%	0			0
Ajustamento fiscal das amortizações	25,00%	13.343.902	1.069.627	-1.521.721	12.891.807
IRC		2.001.585			3.222.952
<b>Imposto diferido ativo</b>		<b>2.001.585</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3.222.952</b>

Evidencia-se que a variação das rubricas de impostos diferidos ativos e passivos, além das amortizações e subsídios ao investimento firme e acréscimos de gastos de investimentos futuros do ano de 2011, incorpora os ajustamentos nos saldos de abertura relativamente à alteração dos efeitos da transição de cinco anos para o prazo da Concessão. Regista-se por outro lado a alteração da taxa de imposto sobre o rendimento, a qual passou de 15% para 25%.

Os impostos diferidos ativos por prejuízos fiscais podem ser analisados como segue:

Unidade: euros

	31.12.2011	Expiram em:
Exercício de 2008	624.984	2014
Exercício de 2010	627.693	2014
<b>Exercício de 2011</b>	<b>1.324.690</b>	2015
	<b>2.577.366</b>	

Os valores indicados referem-se apenas à base de cálculo do imposto diferido ativo, sendo que relativamente ao ano de 2010 só foi considerada uma parte dos prejuízos fiscais.

## 9. Inventários

Unidade: euros

	31.12.2011	31.12.2010
Mercadorias	0	0
Matérias-primas	144.562	874.926
Produtos acabados	0	0
	<b>144.562</b>	<b>874.926</b>

Na sequência da inventariação física dos bens em armazém e considerando, que a sua grande maioria era material que sobrou das obras realizadas pela empresa, entendeu-se que esse material deveria ser alocado aos ativos fixos intangíveis, pelo que se procedeu à transferência material no valor de 730.363,77 euros para ativos fixos intangíveis.



Apresenta-se de seguida um quadro com os movimentos ocorridos durante o ano de 2011:

Unidade: euros

	Mercadorias	Matérias-Primas
Existências iniciais	0	874.926
Compras	6.169	1.155.278
Consumos no processo	-6.169	-1.440.523
Regularização de existências	0	-3.879
Reclassificações	0	-730.364
Existências finais	0	144.562

## 10. Clientes

Unidade: euros

	31.12.2011	31.12.2010
Clientes municípios	8.751.528	9.915.723
Clientes acordos	282.239	0
Clientes outros	404.375	699.346
	<b>9.438.142</b>	<b>10.615.069</b>

O valor inscrito na rubrica clientes acordos refere-se a um acordo celebrado formalmente e que prevê um prazo máximo de um ano para regularização da dívida constante do mesmo.

### 10.1 Clientes - municípios

Unidade: euros

	31.12.2011	31.12.2010
Clientes municípios	5.607.428	5.541.187
Clientes municípios TRH e/ou TGR	124.650	119.037
Clientes municípios injunções	2.484.982	3.855.248
Clientes municípios juros de mora	534.468	400.251
	<b>8.751.528</b>	<b>9.915.723</b>

Durante o exercício de 2011 o município de Figueiró dos Vinhos liquidou dívida em injunção no valor de 1.370.265,10 euros. Já no decorrer do mês de janeiro de 2012 o município de Castanheira de Pêra liquidou dívida em injunção no valor de 975.148,42 euros.

### 10.2 Clientes – municípios – total da dívida (corrente e não corrente)

Unidade: euros

	31.12.2010	31.12.2009
Clientes municípios não correntes	0	0
Clientes municípios correntes	8.751.528	9.915.723
	<b>8.751.528</b>	<b>9.915.723</b>

### 10.3 Clientes – municípios – total da dívida (corrente e não corrente) por vencimento

Unidade: euros

	Vencido até n-2	Vencido até n-1	Vencido até n	Total vencido	Não vencido	Total
Município de Alvaiázere	124.496	253.078	161.698	539.272	99.198	638.471
Município de Castanheira de Pêra	1.014.289	126.268	26.906	1.167.463	54.642	1.222.105
Município de Castelo Branco/SMAS C. Branco	0	0	0	0	706.401	706.401
Município de Entroncamento	0	0	785.893	785.893	251.218	1.037.112
Município de Ferreira do Zêzere	0	0	804.391	804.391	132.069	936.460
Município de Figueiró dos Vinhos	0	0	258.766	258.766	79.540	338.306
Município de Idanha-a-Nova	0	0	0	0	-87	-87
Município de Mação	0	0	207.481	207.481	57.763	265.244
Município de Oleiros	0	0	-146	-146	55.903	55.757
Município de Pampilhosa da Serra	0	0	0	0	27.460	27.460
Município de Pedrógão Grande	911.073	88.474	-44.966	954.580	73.644	1.028.224
Município de Proença-a-Nova	6.791	20.238	13.070	40.098	-34.099	6.000
Município de Sardoal	0	762	138.551	139.313	35.639	174.951
Município de Sertã	78.109	15.599	223.461	317.169	133.023	450.193
Município de Tomar/SMAS Tomar	576.534	605.706	53.178	1.235.417	321.240	1.556.657
Município de Vila Nova da Barquinha	0	0	220.558	220.558	58.652	279.210
Município de Vila Velha de Ródão	0	0	0	0	29.064	29.064
	<b>2.711.292</b>	<b>1.110.124</b>	<b>2.848.840</b>	<b>6.670.256</b>	<b>2.081.272</b>	<b>8.751.529</b>

Quanto à recuperabilidade dos saldos em dívida ver nota 35 - Informações exigidas por diplomas legais (Dívidas das autarquias locais ao setor da água, saneamento e resíduos).

### 10.4 Clientes perdas de imparidade

Durante o ano de 2011 ocorreram os seguintes movimentos em perdas de imparidade de clientes:

Unidade: euros

	31.12.2010	Aumentos	Reversões	31.12.2011
Provisões para processos judiciais	0	0	0	0
Provisões para acidentes de trabalho	0	0	0	0
Provisões - outros	0	158.190	0	158.190
	<b>0</b>	<b>158.190</b>	<b>0</b>	<b>158.190</b>

## II. Estado e outros entes públicos

Unidade: euros

	31.12.2011	31.12.2010
IVA a receber	133.134	71.256
Outros	0	0
<b>EOEP ativos</b>	<b>133.134</b>	<b>71.256</b>
IVA a pagar	0	0
Retenções - IRS	-12.275	-21.367
Retenções - Segurança social	-33.237	-35.092
Retenções - TRH/TGR	-363.665	-344.655
<b>EOEP passivos</b>	<b>-409.177</b>	<b>-401.114</b>
	<b>-276.042</b>	<b>-329.859</b>

## 12. Outros ativos correntes

Unidade: euros

	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Fundo de coesão a receber	2.507.742	7.101.479
Outros devedores	114.951	11.281
Acréscimos de rendimentos	752.285	675.697
Juros a receber	739.719	646.237
Venda de água	12.565	29.460
Gastos a reconhecer	340.587	321.195
Seguros	463	65.333
Rendas	6.191	702
Encargos bancários	150.150	23.833
Diversos	183.783	231.326
	<b>3.715.565</b>	<b>8.109.652</b>

No ano de 2011 foi recebido do Fundo de Coesão o valor de 2.401.980,22 euros relativos à Candidatura da 2ª Fase. Adicionalmente foi reconhecido o valor de 1.666.175,24 euros relativo ao subsídio a receber no âmbito da aprovação de duas candidaturas ao QREN, uma para os investimentos relativos ao abastecimento e outra relativa aos investimentos de saneamento.

Foi ainda desreconhecido o excesso de subsídio a receber da 2ª fase do Fundo de Coesão como resultado da elaboração do relatório final desta candidatura. Este desreconhecimento não teve qualquer impacto em resultados uma vez que o reconhecimento dos subsídios em resultados é feito com a aplicação da taxa média de subsídio às amortizações do período.

## 13. Caixa e bancos

Unidade: euros

	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Caixa	91.997	13.636
Depósitos à ordem	625.559	485.743
Depósitos a prazo	0	0
	<b>717.556</b>	<b>499.378</b>

## 14. Capital

Unidade: euros

	<b>Capital subscrito 31.12.2011</b>	<b>Capital realizado 31.12.2011</b>	<b>Capital subscrito 31.12.2010</b>	<b>Capital realizado 31.12.2010</b>
AdP- Águas de Portugal, SGPS, S.A.	16.800.000	16.800.000	16.800.000	16.800.000
Município de Alvaiázere	280.370	280.370	280.370	280.370
Município de Castanheira de Pêra	118.085	118.085	118.085	118.085
Município de Castelo Branco	3.294.000	3.294.000	3.294.000	3.294.000
Município de Ferreira do Zêzere	312.035	312.035	312.035	312.035
Município de Figueiró dos Vinhos	150.145	150.145	150.145	150.145
Município de Idanha-a-Nova	412.915	412.915	412.915	412.915
Município de Oleiros	115.610	115.610	115.610	115.610
Município de Pampilhosa da Serra	125.455	125.455	125.455	125.455
Município de Pedrogão Grande	240.185	240.185	240.185	240.185
Município de Proença-a-Nova	328.455	328.455	328.455	328.455
Município da Sertã	304.175	304.175	304.175	304.175
Município de Tomar	1.396.570	1.396.570	1.396.570	1.396.570
Município de Vila Velha de Rodão	122.000	122.000	122.000	122.000
	<b>100%</b>	<b>24.000.000</b>	<b>24.000.000</b>	<b>24.000.000</b>

## 14.1 Resultado por ação

Unidade: euros

	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Resultado líquido	-2.763.812	-2.666.554
Número médio de ações (5,00Eur/cada)	4.800.000	4.800.000
<b>Resultado por ação</b>	<b>N/A</b>	<b>N/A</b>

## 14.2 Movimentos do período

Unidade: euros

	<b>31.12.2010</b>	<b>Afect. Res. Liq.</b>	<b>Dividendos</b>	<b>Res. Líquido</b>	<b>31.12.2011</b>
Reservas e outros ajustamentos	28.246	0	0	0	<b>28.246</b>
Resultados transitados	-4.984.553	-2.666.554	0	0	<b>-7.651.107</b>
Resultado líquido do exercício	-2.666.554	2.666.554	0	-2.763.812	<b>-2.763.812</b>
	<b>-7.622.861</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-2.763.812</b>	<b>-10.386.673</b>

A aplicação do resultado líquido de 2010 foi aprovada pela Assembleia-Geral realizada no dia 18 de março de 2011, ata número 18.

## 15. Empréstimos

Unidade: euros

	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Empréstimos bancários BEI	55.500.000	55.500.000
<b>Não correntes</b>	<b>55.500.000</b>	<b>55.500.000</b>
Descobertos bancários	7.229.642	11.799.015
Empréstimos bancários - banca comercial	40.779.748	28.956.840
<b>Correntes</b>	<b>48.009.390</b>	<b>40.755.855</b>
<b>Tota de empréstimos</b>	<b>103.509.390</b>	<b>96.255.855</b>

Apesar das restrições ao crédito é firme convicção da empresa o cumprimento das obrigações acima evidenciadas.

### 15.1 Empréstimos por intervalos de maturidade

Unidade: euros

	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Até 1 ano	48.009.390	40.755.855
De 1 a 2 anos	1.180.890	0
De 2 a 3 anos	1.249.210	1.180.890
De 3 a 4 anos	1.222.610	1.249.210
De 4 a 5 anos	1.733.150	1.222.610
Superior a 5 anos	50.114.140	51.847.290
	<b>103.509.390</b>	<b>96.255.855</b>

## 15.2 Empréstimos por tipo de taxa de juro

Unidade: euros

Taxa de juro variável	31.12.2010	31.12.2009
Até 1 anos	48.009.390	40.755.855
De 1 a 2 anos	393.750	0
De 2 a 3 anos	393.750	393.750
Superior a 3 anos	16.712.500	17.106.250
	<b>65.509.390</b>	<b>58.255.855</b>
Taxa de juro fixa	31.12.2011	31.12.2010
Até 1 anos	0	0
De 1 a 2 anos	787.140	0
De 2 a 3 anos	855.460	787.140
Superior a 3 anos	36.357.400	37.212.860
	<b>38.000.000</b>	<b>38.000.000</b>
	<b>103.509.390</b>	<b>96.255.855</b>

## 15.3 Linhas de crédito contratadas e não utilizadas

Unidade: euros

Linhas de crédito não utilizadas	31.12.2011	31.12.2010
Expira num ano (taxa Variável)	7.174.924	16.844.145
Expira para lá de 1 ano (taxa variável)	0	0
	<b>7.174.924</b>	<b>16.844.145</b>

Com o recebimento do desembolso do saldo final da 1ª Fase da candidatura do Fundo de Coesão, em dezembro de 2010, foi possível amortizar linhas de financiamento, donde resulta o valor registado em 31 de dezembro de 2010. Com o pagamento das rendas aos municípios em cerca de 8,4 milhões de euros, o valor disponível reduziu substancialmente.

## 15.4 Justo valor dos financiamentos

Unidade: euros

	Valor contabilist. 31.12.2011	Valor contabilist. 31.12.2010	Justo valor 31.12.2011	Justo valor 31.12.2010
Empréstimos bancários BEI	55.500.000	55.500.000	31.251.160	31.122.013
Empréstimos bancários - banca comercial	48.009.390	40.755.855	48.009.390	40.755.855
Empréstimos - Locação financeira	0	0	0	0
Empréstimos - Empresa-mãe	0	0	0	0
<b>Não correntes</b>	<b>103.509.390</b>	<b>96.255.855</b>	<b>79.260.550</b>	<b>71.877.868</b>

O justo valor foi apurado considerando taxas de 8,40% e 8,42% para 2011 e 2010 respetivamente.

## 16. Acréscimos de gastos de investimento contratual

O investimento total a que a sociedade se encontra obrigada, de acordo com o contrato de concessão celebrado com o Estado Português, ascende a 320.787.918 euros. A 31 de dezembro de 2011 o valor acumulado dos investimentos já realizados é de 245.709.684 euros. Os acréscimos de gastos do investimento contratual, que se encontram a ser reconhecidos com base no método da depleção, encontram-se expressos no seguinte quadro:

Unidade: euros

	31.12.2011	31.12.2010
Acréscimos de custos de investimento contratual	6.488.702	10.097.307
	<b>6.488.702</b>	<b>10.097.307</b>

## 17. Subsídios ao investimento

Unidade: euros

	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Fundo de coesão	<b>68.859.947</b>	73.972.896
Integração de património	<b>915.603</b>	939.390
Outros subsídios	<b>0</b>	0
	<b>69.775.550</b>	<b>74.912.286</b>

Ver comentários à nota 12.

### 17.1 Movimentos do período

Unidade: euros

	<b>31.12.2010</b>	<b>Resultados</b>	<b>Aumentos</b>	<b>Regularizações</b>	<b>31.12.2011</b>
Fundo de coesão	73.972.896	-2.921.193	2.198.976	-4.390.733	<b>68.859.947</b>
Integração de património	939.390	-23.786	0		<b>915.603</b>
Outros subsídios	0	0	0	0	<b>0</b>
	<b>74.912.286</b>	<b>-2.944.979</b>	<b>2.198.976</b>	<b>-4.390.733</b>	<b>69.775.550</b>

## 18. Fornecedores correntes

Unidade: euros

	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Fornecedores de investimentos	<b>1.021.670</b>	558.298
Fornecedores gerais	<b>391.320</b>	533.189
Fornecedores empresas do Grupo	<b>84.317</b>	156.777
Fornecedores faturas em receção e conferência	<b>18.247</b>	12.170
	<b>1.515.554</b>	<b>1.260.434</b>

Os valores dos passivos não correntes de fornecedores de investimento e de créditos diversos respeitam aos valores presentes das dívidas dos diversos municípios pela cedência de exploração.

## 19. Outros passivos correntes

Unidade: euros

	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Acréscimos com férias e subsídio de férias	<b>162.503</b>	252.590
Empresas do Grupo	<b>69.601</b>	140.517
Acréscimo de gastos do investimento contratual	<b>6.866.375</b>	10.792.188
Outros credores	<b>8.364.810</b>	3.222.988
	<b>15.463.289</b>	<b>14.408.283</b>

Na rubrica de outros credores estão considerados os valores das dívidas de curto prazo aos municípios, atualizadas ao valor corrente, pela integração das infraestruturas.



## 20. Imposto sobre o rendimento

### 20.1 Imposto do exercício

Unidade: euros

	31.12.2011	31.12.2010
Imposto corrente	6.309	5.699
Imposto diferido	-427.543	-88.076
	<b>-421.235</b>	<b>-82.377</b>

### 20.2 Reconciliação entre a taxa normal e a taxa efetiva de imposto

Unidade: euros

	31.12.2011	31.12.2010
Imposto corrente	6.309	5.699
Imposto diferido	-427.543	-88.076
	<b>-421.235</b>	<b>-82.377</b>
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>-3.185.047</b>	<b>-2.748.931</b>
Imposto à taxa normal	0	0
Tributação autónoma	6.309	5.699
Diferenças temporárias (prejuízos fiscais)	-63.317	138.992
Ajustamentos de transição	79.385	-101.810
Ajustamento fiscal das amortizações	-538.227	-219.873
Valor presente descontado das dívidas a m/l prazo	94.615	94.615
Total do imposto	<b>-421.235</b>	<b>-82.377</b>
Taxa efetiva de imposto	N/A	N/A

### 20.3 Diferimento fiscal dos efeitos da transição contabilística pelo prazo remanescente da concessão

No decorrer de um Pedido de Informação Vinculativo (PIV) submetido pelo grupo AdP, foi entendimento das autoridades fiscais que os Acréscimos de gastos do investimento contratual deixassem de ser fiscalmente aceites com a extinção do POC, e consequentemente da Diretriz Contabilística n.º 4, e, a sua substituição pelas normas internacionais de contabilidade (IFRS/IAS). Saliente-se que a prática contabilística se mantém inalterada, tendo em conta o enquadramento contabilístico e regulatório a que a Águas do Centro, S.A. está vinculada.

As alterações que resultaram do facto anteriormente descrito foram contabilizadas retrospectivamente, conforme preconizado nas normas, tendo as empresas aplicado o regime transitório previsto no artigo 5º do Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de julho. O regime transitório prevê que os efeitos nos capitais próprios decorrentes da adoção do novo normativo (IFRS), que sejam considerados fiscalmente relevantes nos termos do Código do IRC e respetiva legislação complementar, concorrem, em partes iguais, para a formação do lucro tributável do primeiro período de tributação (exercício de 2010) e dos quatro períodos de tributação seguintes.

A Águas do Centro, S.A., é de opinião que este entendimento coloca em causa o princípio de balanceamento dos rendimentos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer), na medida em que, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão celebrados com o Estado Português, não se justifica que as Concessionárias tenham de pagar impostos nos próximos 5 exercícios respeitantes a períodos de tributação anteriores, dentro de um horizonte temporal que excede claramente os 5 exercícios.

Neste contexto, a AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A., procedeu à entrega de uma exposição em 5 de abril de 2011 junto da DGCI com conhecimento dos Ministérios das Finanças e do Ambiente, solicitando que as correções retroativas decorrentes da alteração das políticas contabilísticas devam concorrer, em partes iguais, para a formação do lucro tributável ao longo do período remanescente da concessão, uma vez que é esse o período temporal fiscalmente relevante para efeitos contabilísticos e fiscais, tutelando assim as legítimas expectativas criadas sem por em causa a sustentabilidade económica e financeira dos Sistemas Multimunicipais, onde se enquadra a Águas do Centro, S.A.

Assim, este foi o procedimento adotado pela Águas do Centro, S.A., nos seus registos contabilísticos, bem como no Modelo 22 (IRC).

Atualmente o grupo Águas de Portugal encontra-se a aguardar resposta por parte das autoridades fiscais do pedido de diferimento dos efeitos fiscais da transição para IFRS não em cinco anos (como definido no decreto lei que regula esta matéria), mas pelo remanescente do prazo da concessão.

Caso a resposta das autoridades fiscais seja negativa, a empresa incorre numa coima máxima de 15.000 Euros.

## 21. Vendas e prestação de serviços

### 21.1 Vendas

Unidade: euros

	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Vendas de água	10.162.910	9.165.286
Vendas de energia	0	0
Outras vendas	0	0
Correções de exercícios anteriores	0	0
	<b>10.162.910</b>	<b>9.165.286</b>

O crescimento das vendas está diretamente relacionado com o aumento das quantidades vendidas, uma vez que as tarifas não sofreram oscilação face ao ano anterior.

### 21.2 Prestação de serviços

Unidade: euros

	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Prestação de serviços a municípios	4.708.152	3.973.189
Prestação de serviços a particulares	0	0
Descontos	0	0
Correções de exercícios anteriores	0	0
	<b>4.708.152</b>	<b>3.973.189</b>

O crescimento das prestações de serviços está diretamente relacionado com o aumento das quantidades faturadas, como resultado do início de exploração dos municípios de Entroncamento e Vila Nova da Barquinha. As tarifas não sofreram oscilação face ao ano anterior.

## 22. Custo das vendas e matérias consumidas

Unidade: euros

	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
CMVMC - Mercadorias	6.169	4.498
CMVMC - Matérias primas	1.400.907	889.719
CMVMC - Matérias subsidiárias	0	0
CMVMC - Diversos	37.611	113.102
	<b>1.444.686</b>	<b>1.007.319</b>
Variação da produção	0	0
	<b>1.444.686</b>	<b>1.007.319</b>

O aumento desta rubrica resulta não só do aumento de atividade da empresa, nomeadamente no que se refere à aquisição de água à EPAL para abastecimento aos municípios de Entroncamento e Vila Nova da Barquinha.

## 23. Fornecimentos e serviços externos

Unidade: euros

	<b>31.12.2011</b>	31.12.2010
Trabalhos especializados	1.327.343	1.557.590
Energia	2.053.209	2.006.959
Comunicação	80.083	74.521
Conservação e reparação	235.461	222.882
Combustíveis	117.770	125.100
Rendas e alugueres	308.545	303.430
Seguros	223.245	265.126
Outros FSE's	145.927	218.845
Correcções relativas a exercícios anteriores	0	0
	<b>4.491.583</b>	<b>4.774.453</b>
FSE's capitalizados	-79.626	-132.373
	<b>4.411.957</b>	<b>4.642.080</b>

O aumento dos gastos com energia resultou da entrada em funcionamento de novas instalações, do início de exploração das infraestruturas do Médio Tejo e consequentemente do aumento do valor do kW.

## 24. Gastos com pessoal

Unidade: euros

	<b>31.12.2011</b>	31.12.2010
Remunerações	1.883.010	2.045.214
Encargos sociais sobre remunerações	277.840	292.182
Encargos com pensões	0	0
Outros custos com pessoal	104.044	50.051
Correções relativas a exercícios anteriores	0	0
	<b>2.264.895</b>	<b>2.387.448</b>
Gastos com pessoal capitalizados	-208.622	-211.780
	<b>2.056.273</b>	<b>2.175.668</b>

A redução dos gastos com pessoal resulta essencialmente da redução dos vencimentos como resultado da aplicação da Lei do Orçamento de Estado para 2011.

### 24.1 Quadro de pessoal

Unidade: euros

Número médio de colaboradores	<b>31.12.2011</b>	31.12.2010
Órgãos sociais	1	1
Trabalhadores efetivos e outros	105	107
	<b>106</b>	<b>108</b>
Número de colaboradores a 31 de dezembro	31.12.2010	31.12.2009
Órgãos sociais	1	1
Trabalhadores efetivos e outros	105	106
	<b>106</b>	<b>107</b>

## 25. Depreciações, amortizações e reversões do exercício

Unidade: euros

	31.12.2011	31.12.2010
Depreciação de propriedades de investimento	0	0
Amortizações de ativos tangíveis	118.099	133.448
Amortizações de ativos intangíveis	7.828.021	6.816.335
Acréscimos de custos do investimento contratual	0	0
Reversões de amortizações de ativos intangíveis	0	0
	<b>7.946.120</b>	<b>6.949.783</b>

O aumento verificado nas amortizações resulta por um lado do aumento dos caudais faturados em 2011 face a 2010, o que implica um aumento da taxa, mas acima de tudo o aumento deve-se à aplicação de taxas de amortização diferenciadas pro atividade, ou seja uma taxa para o abastecimento, uma taxa para o saneamento e uma taxa para os bens comuns, conforme consta do seguinte quadro:

	Tx. Amort.
Taxa de amortização dos bens afetos ao abastecimento	2,9569%
Taxa de amortização dos bens afetos ao saneamento	2,0279%
Taxa de amortização dos bens comuns a ambas atividades	2,5873%

## 26. Outros gastos operacionais

	31.12.2011	31.12.2010
Impostos	565.128	421.955
Perdas em inventários	0	0
Donativos	1.000	2.800
Diferenças de câmbio em operações não financeiras	0	0
Outros gastos operacionais	3.838	2.747
	<b>569.965</b>	<b>427.501</b>

O aumento da rubrica de impostos está diretamente relacionada com o aumento dos *spreads* bancários sobre os financiamentos, implicando um aumento dos juros e consequentemente dos impostos.

## 27. Outros rendimentos e ganhos operacionais

	31.12.2011	31.12.2010
Rendimentos suplementares	94.695	193.729
Subsídios à exploração	8.789	0
Outros rendimentos e ganhos operacionais	185.070	474.224
Correções relativas a exercícios anteriores	0	0
	<b>288.554</b>	<b>668.953</b>

## 28. Gastos financeiros

Unidade: euros

	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Juros suportados - financiamentos	<b>4.093.248</b>	2.929.529
Juros suportados - outros juros	<b>6.249</b>	9.204
Comissões bancárias	<b>46.231</b>	54.763
Desconto de dívidas	<b>1.515.495</b>	1.813.416
Outros gastos financeiros	<b>610.812</b>	410.700
	<b>6.272.034</b>	<b>5.217.612</b>
Gastos financeiros capitalizados	<b>-647.279</b>	-428.663
	<b>5.624.756</b>	<b>4.788.949</b>

## 29. Rendimentos financeiros

Unidade: euros

	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Juros de atualização de dívida de clientes	<b>0</b>	0
Juros de atualização de dívida do concedente	<b>0</b>	0
Juros de mora	<b>480.542</b>	857.737
Outros juros	<b>445.644</b>	114.704
	<b>926.186</b>	<b>972.441</b>

O aumento ocorrido nos outros juros está relacionado com a mudança da aplicação financeira relativa à reconstituição do Capital, para o Instituto de Gestão do Crédito Público, onde se obteve uma taxa remuneratória superior. A redução dos juros de mora resulta da especialização em 2010, dos juros de mora relativos às faturas que se encontram em processo de injunção, para as quais se tinha deixado de calcular juros de mora, a partir da data de entrada do processo de injunção, uma vez que os mesmos seriam estipulados pelo Tribunal.

## 30. Transações com entidades relacionadas

Unidade: euros

	31.12.2011	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2010
	Proveitos	Custos	Proveitos	Custos
AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A.	0	684.716	0	648.610
AdP Serviços, S.A.	0	160.343	0	237.916
EPAL, S.A.	0	808.857	0	123.615
Aquasis, S.A.	0	0	0	11.890
AdP Energias, S.A.	17.442	0	13.129	1.025
Águas do Mondego, S.A.	151.395	0	154.411	0
Águas do Zêzere e Côa, S.A.	128.671	0	158.605	49
Serviços Municipalizados de Tomar	2.179.083	20.977	2.437.359	28.909
Município de Sardoal	265.403	555	174.762	5.717
Serviços Municipalizados de Castelo Branco	4.388.172	1.477.265	4.287.216	1.754.683
Município de Vila Velha de Ródão	304.188	6.195	321.566	947
Município de Ferreira do Zêzere	849.225	7.523	780.752	8.493
Município de Proença-a-Nova	544.354	18.215	594.303	6.560
Município de Alvaiázere	549.984	2.999	612.827	3.801
Município de Pampilhosa da Serra	187.130	1.116	188.411	1.621
Município de Castanheira de Pêra	272.870	2.872	437.715	4.133
Município de Pedrógão Grande	377.403	17.126	561.227	5.475
Município de Sertã	755.709	1.351	722.669	1.318
Município de Vila Nova da Barquinha	416.689	0	61.902	0
Município de Entroncamento	1.578.134	0	217.684	0
Município de Oleiros	234.858	218	238.887	13
Município de Idanha-a-Nova	1.045.537	10.796	1.066.611	9.654
Município de Figueiró dos Vinhos	405.655	1.255	684.072	1.431
Município de Mação	390.957	843	295.235	0

Unidade: euros

Saldos em entidades relacionadas	31.12.2011	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2010
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A.	0	32.879	0	44.637
AdP Serviços, S.A.	0	492	0	50.326
EPAL, S.A.	0	50.946	0	60.226
Águas do Mondego, S.A.	115.759	0	22.754	0
Águas do Zêzere e Côa, S.A.	335.093	0	275.121	0
Serviços Municipalizados de Tomar	1.017.665	1.342	1.371.399	1.773
Município de Sardoal	171.191	0	31.502	28
Serviços Municipalizados de Castelo Branco	686.352	1.535	733.508	1.098
Município de Vila Velha de Ródão	28.378	0	62.217	556
Município de Ferreira do Zêzere	917.582	-906	528.063	114
Município de Proença-a-Nova	5.175	276	508.490	-2.264
Município de Alvaiázere	529.744	145	608.580	144
Município de Pampilhosa da Serra	27.208	66	14.849	140
Município de Castanheira de Pêra	243.361	0	203.836	0
Município de Pedrógão Grande	134.860	0	179.260	0
Município de Sertã	442.291	-31	489.615	0
Município de Vila Nova da Barquinha	272.491	0	39.741	0
Município de Entroncamento	1.018.244	0	148.189	0
Município de Oleiros	54.888	4	37.142	0
Município de Idanha-a-Nova	-1.930	-23	356.515	0
Município de Figueiró dos Vinhos	337.139	0	503.248	0
Município de Mação	259.528	0	131.582	0



### 31. Compromissos

A Empresa possui assumidos os seguintes compromissos que não se encontram incluídos no Balanço apresentado:

#### a) Contrato de Concessão

Os investimentos reversíveis incluídos no EVEF perfazem 320.787.918 Euros dos quais 245.709.684 Euros já se encontram realizados.

#### b) Contratos de Empreitada e Serviços

No que respeita às empreitadas de construção do Sistema explorado pela empresa, bem como outros serviços, foi celebrado todo um conjunto de contratos, conforme consta dos quadros seguintes:

Unidade: euros			
Estudos e Projetos	Adjudicatário	Valor Adjudicado	Faturação
Barragem de Barbaído	Coba, Lda.	307,42	297,29
Obras de proteção da ETAR de Figueiró dos Vinhos	Hidroprojecto, Lda.	4,00	0,00
Sistema de Drenagem de Outeiros	Hidroprojecto, Lda.	8,00	6,00
Elaboração do Projeto de Execução Remodelação da Conduta Abastecimento de Água da Pedreira/Alto S. João/Choromela (concelho de Tomar)	Fase,Lda.	14,90	13,39
Sist.Abast.Água e de Drenagem de Ág.Residuais em "Baixa". Zona Sul	Aqualogus, Lda.	97,87	92,97
Projeto de execução da ETAR do Entroncamento, remodelação da estação elevatória existente e construção da respetiva conduta elevatória, remodelação da estação elevatória do centro de convívio e construção da respetiva conduta elevatória, emissários gravíticos e as desativações das ETAR existente e compacta da zona industrial	Gibb, S.A.	148,95	22,34
Projeto de execução da construção/remodelação do Sistema de Adução para os Sistemas Autónomos de Almaceda e Rochas – a partir do reservatório de Vale Covo. Remodelação do Sistema de Elevação para S. Vicente da Beira e Abastecimento aos reservatórios da Herdade e Santo Abril (Carvalho)	PROCESL	86,38	12,96
Reformulação do Projeto da ETAR de Sobreira Formosa	PROCESL	16,32	15,62
Projeto de execução da conduta adutora (ligação aos reservatórios apoiados da Atalaia à conduta adutora da EPAL) e construção de reservatório em Atalaia	PROCESL	17,35	16,43
Projeto de execução da ETAR do Lagar Novo	PROCESL	39,00	12,13
Projeto de execução do coletor de ligação do sistema de saneamento de Tomar à estação elevatória de Cardais e da remodelação da estação elevatória de Marmelais	PROCESL	27,95	4,19
Elaboração do Projeto de execução da remodelação da EE dos Carvalhos, construção da EE da Póvoa de Rio de Moinhos e Remodelação da EE do Pisco para Vale	AQUALOGUS	53,31	8,00
Projeto de Execução do Sistema de intercepção e transporte para a ETAR de Castelo Branco	PROCESL	60,00	21,00
Projeto de Execução de Postos de Recloragem dos Concelhos de Castelo Branco, Idanha-a-Nova e Vila Velha de Ródão	Engidro	28,11	26,70
Projeto de Execução da Estação Elevatória de Bairrada	Cenor	19,45	18,48
Projeto de Execução da Estação Elevatória de Pedrógão Pequeno e respetiva Conduta Elevatória	Cenor	23,81	3,57
Levantamentos Topográficos nas localidades de Pedra do Altar, Cafede, Cambas e Álvaro (município de Oleiros, Proença-a-Nova, Castelo Branco)	Toposerra, Gabinete de Topografia	1,20	0,60
Levantamento Topográfico da conduta de Cafede	Hugo Alfredo G.Pereira	0,50	0,39
Projeto de execução do emissário Poente do Entroncamento (adaptação ao CCP)	PROCESL	4,70	0,00
Projeto de execução da conduta adutora da Atalaia (ligação dos reservatórios apoiados à conduta adutora da EPAL) e construção do reservatório em Atalaia (adaptação ao CCP)	PROCESL	4,70	0,00
Prestação de Serviço de Estudo do Abastecimento a Mação e Sardeal, com origem na Albufeira de Castelo de Bode	PROCESL	22,00	4,40
Prestação de Serviços de Estudo Geológico - Geotécnico em diversas ETAR e EE	Geocontrolo-Geotecnia e estruturas de Fundação, S.A.	25,93	0,00
<b>Total</b>		<b>1,012</b>	<b>576</b>

Unidade: euros

Empreitadas	Adjudicatário	Valor Adjudicado	Faturação
Construção dos Reservatórios de Pereiro/Vale Covo, Alcains, Escalos de Cima-Lousa e Póvoa de Rio de Moinhos_Ob127	Leirislena	969,45	903,97
Lote 1- Remodelação da ETAR de V. Velha Ródão_Ob-79	Somague / Engigás / Neopul - Construtores ACE	128,35	89,09
Lote 2- Reservatório de Carregueiros/Vale Calvo/Salgueiral/Galeguia _Ob-111	Cabral e Filhos, Lda.	244,74	234,04
Construção do Reservatório de Cabeça Gorda e do Reservatório do Alto de S. João; Remodelação do Troço de Conduta Adutora entre Jamprestes e o limite do concelho (PI-2°F)_Ob-112	Leirislena	482,20	422,57
Construção/Remodelação de ETAR, Sistemas Intercetores e EE da Zona geográfica da Raia, Zêzere e Nabão:Lt.II_Atalaia (Pedrógão Grande), Escalos, Derreada, Louriceira, Vila Facaia, Trízio (Mosteiro de Santiago/Casal dos Bufos), Foz do Alge, Cambas e Álvaro_Ob.31	Leirislena, S.A. / Amadeu Gonçalves Cura e Filhos, Lda.	2 528,29	743,70
Construção/Remodelação de ETAR, Sistemas Intercetores e EE da Zona geográfica da Raia, Zêzere e Nabão:Lt.I_Sobreira Formosa/Atalaia (Proença-a-Nova) _Ob.31	João Salvador, Lda. / HLC - Engenharia e Gestão de Projetos, S.A.		
Construção do Emissário de Paialvo (Subsistema Pedreira/Algarvias)_Ob.129	João de Almeida Barata	42,18	37,65
Empreitada da Estação Elevatória de Cardal Bairrada _Ob.302	Diamantino Jorge & Filho, Lda.	215,63	124,26
Conceção Construção das ETAR Compactas de Montes da Senhora, Moitas, Pedra do Altar e Cardal/Bairrada_Ob.307	Casais - Engenharia e Construção, S.A.	834,54	411,81
Conclusão dos trabalhos que já foram iniciados da Obra 31- Lote II: Construção/Remodelação de ETAR, Sistemas Intercetores e EE da Zona geográfica da Raia, Zêzere e Nabão: Lote II – ETAR Atalaia (Pedrógão Grande), Louriceira, Vila Facaia, Trízio (Mosteiro de Santiago/Casal dos Bufos), e Álvaro_Ob.308	Casais - Engenharia e Construção, S.A.	526,96	446,16
Reabilitação da Captação do Olho do Tordo_Ob.40	Ecotécnica - Elevação e Tratamento de Águas e Esgotos, S.A.	297,61	135,96
Instalação de Condutas entre a Captação do Olho do Tordo e os Reservatórios da Serra e do Bofinho_Ob.403	José Marques Gracio	393,71	204,42
Fornecimento, Montagem e Colocação em Serviço do Sistema de Telegestão do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água de Raia, Zêzere e Nabão (1.ª Fase)_Ob-800	Efacec Ambiente, S.A.	1 536,20	1 517,19
Execução de Troço de Conduta na Pedreira - Município de Tomar_Ob.402	Aquino Construções, S.A.	96,90	70,19
Conceção/Construção da ETAR de Castelo Branco_Ob.109	Mota-Engil - Engenharia e Const.,SA/Degremont,S.A.	10 373,36	0,00
Conceção/Construção de Contenção de Talude junto aos Reservatórios da Bela Vista e de Contenção de Talude junto à ETA das Corgas_Ob.101	Mota-Engil - Engenharia e Const.,S.A.	794,21	754,77
Remodelação de um troço de conduta adutora ao reservatório de Salvaterra do Extremo (Idanha-a-Nova)_Ob.41	João de Sousa Baltazar, S.A.	75,10	74,22
Obra 64 - Conceção/Construção de um reservatório em Vila Velha de Ródão e resectiva conduta adutora	João de Almeida Barata	160,00	119,53
Instalação de Medidores de Caudal nos Municípios do Médio Tejo e Vila Velha de Ródão_Ob.264	Serrasqueiro & Filhos, Lda.	154,56	70,02
Trabalhos de reparação do emissário de Oleiros Travessia da Ribeira da Sertã_Ob.309	João de Almeida Barata	14,94	0,00
<b>Total</b>		<b>19.869</b>	<b>6.360</b>

Unidade: euros

Contrato de Fiscalização	Adjudicatário	Valor Adjudicado	Faturado
Estudos de biogás	Centro Estudos em Economia da Energia Transportes e do ambiente	22,00	4,40
Elaboração de Projetos de execução de condutas de abastecimento de água à Freguesia de Portela do Fojo (município de Pampilhosa da Serra) e à freguesia de Álvaro (município de Oleiros)	FASE	49,50	7,43
Concurso I - AR/2010 - Prestação de Serviços de Fiscalização de Empreitadas de Saneamento nos municípios da Raia, Zêzere e Nabão	Afaplan, S.A.	98,33	52,50
Concurso 3 - AR/2010 - Prestação de Serviços de Fiscalização de Empreitadas de Saneamento nos municípios de Ferreira do Zêzere e Tomar	EFS, Lda	44,40	20,59
Concurso I - AA/2010 - Prestação de Serviços de Fiscalização para a empreitada: "Obra I01"	Coba, S.A.	29,74	1,40
Prestação de Serviços de consultoria técnica	Gesnabão, Lda.	24,00	14,00
Regras de Exploração, plano de emergência interno e sistema de aviso de alerta das barragens de Pisco e Penha Garcia	PROSISTEMAS	26,75	19,31
<b>Total Geral</b>		<b>295</b>	<b>120</b>

## 32. Ativos e passivos contingentes

### 32.1 Garantias prestadas

Referente a :	Entidade	Banco	N.º	Valor
EEN 239, Km 43,300 Km 58,450 Penha Garcia Monfortinho	IEP	MG	036.43.010055-6	618€
EN 110-KM 90.000/94.900-E - coletor de águas residuais (Paralelismo a Atravessamento)	IEP	MG	036-43.010074-7	8.179€
EN 344 - entre o Entroncamento para Álvaro (EN 351) e Pampilhosa da Serra	EP	BES	323.847	5.000€
IC8 - KM 92,745 - Ponte s/ Rio Zêzere em Pedrogão - Sertã: Instalação de condutas de Água de Abastecimento na Ponte e acessos	EP	BES	323.551	210.239€
"Execução de Caixa para ponto de entrega de Águas à povoação de Lameirinhas do Pisão - Mosteiro - Oleiros"	EP	BES	355.893	5.000€

### 33.2 Processos judiciais

Estão pendentes os seguintes processos judiciais, promovidos pela empresa:

- Processo nº 420/09.5BECTB, Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco;
- Processo nº 633/09.0BECTB, Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco;
- Processo nº 744/11.1BECTB, Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco;
- Processo nº 687/09.9BECTB, Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco;
- Processo nº 640/09.2BECTB, Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco;
- Processo nº 241/10.2BECTB, Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco;
- Processo nº 314/09.4BECTB, Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco;
- Processo nº 98/10.3BECTB, Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco;
- Processo nº 920/09.7BECTB, Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco;
- Processo nº 458/11.2BECTB, Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco;
- Processo nº 688/10.4BECTB, Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco;
- Processo nº 238/11.5BECTB, Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco;
- Processo nº 68/11.4BECTB, Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco;
- Processo nº 472/11.8TBTMR, 2º Juízo do Tribunal da Comarca de Tomar;
- Processo nº 1288/10.4TYLSB, 1º Juízo do Tribunal do Comércio de Lisboa;

- Processo nº 198/07.7TBTMR, 1º Juízo do Tribunal da Comarca de Tomar;
- Processo nº 897/08.6TBCTB, 1º Juízo do Tribunal Judicial de Castelo Branco.

E os seguintes processos de contraordenação:

- Processo CO nº 071000281 da ACT;
- Processo CO nº 071000282 da ACT;
- Processo CO nº 071000283 da ACT;
- Processo CO nº 200003630900, do IMTT;

Não é possível, neste momento, prever o desfecho destes processos nem o montante que possa vir a ser devido a título de custas judiciais em caso de condenação.

É convicção do Conselho de Administração, com o apoio dos conselheiros jurídicos, que lhe assiste razão nos processos judiciais acima referidos e que tais situações nesta instância ou noutra instância acabarão por ser julgadas favoravelmente à Empresa, pelo que não se procedeu à constituição de quaisquer provisões, exceto no dos processos nº 472/11.8TBTMR (Ribacarne) e 1288/10.4TYLSB (HLC) em que foram constituídas provisões.

Tal como referido no ponto 9 do Relatório de Gestão algumas das dívidas em processo de injunção foram liquidadas após o fecho do exercício.

### 33. Informações exigidas por diplomas legais

#### Artº.397º do Código das Sociedades Comerciais

Relativamente aos seus administradores, a sociedade Águas do Centro, S.A. não lhes concedeu quaisquer empréstimos ou créditos, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas e não lhes facultou quaisquer adiantamentos a remunerações. Também não foram celebrados quaisquer contratos entre a sociedade e os seus administradores, diretamente ou por pessoa interposta.

#### Artº.324 do Código das Sociedades Comerciais

A sociedade Águas do Centro, S.A., S.A., não possuiu quaisquer ações próprias e nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza.

#### Artº. 21º do Decreto-Lei nº.411/91 de 17 de setembro

Declara-se que não existem dívidas em mora da Empresa ao Setor Público Estatal, nem à Segurança Social, e que os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2010 correspondem à retenção na fonte, descontos e contribuições, referentes a dezembro, e cujo pagamento se efetuará em janeiro do ano seguinte.

### 34. Rendimento garantido

Unidade: euros

	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Capital social realizado	<b>24.000.000</b>	24.000.000
Reserva legal	<b>1.412</b>	1.412
Remuneração em dívida	<b>19.076.120</b>	15.730.678
Base de incidência	<b>43.077.533</b>	39.732.091
Taxa de juro OT's a 10 anos	<b>10,24%</b>	5,42%
Spread 3pp	<b>3,00%</b>	3,00%
	<b>13,24%</b>	8,42%
<b>Remuneração acionista do ano</b>	<b>5.703.465</b>	<b>3.345.442</b>

Unidade: euros

<b>Remuneração em dívida</b>	
Ano 2001	224.343
Ano 2002	878.945
Ano 2003	1.467.351
Ano 2004	1.800.192
Ano 2005	1.741.751
Ano 2006	1.991.184
Ano 2007	2.362.916
Ano 2008	2.591.966
Ano 2009	2.672.030
Ano 2010	3.345.442
<b>Ano 2011</b>	<b>5.703.465</b>
	<b>24.779.586</b>

### 35. Eventos subsequentes

O Orçamento de Estado para 2012, no nº 1 do artigo 58º estabelece que as autarquias locais que tenham dívidas vencidas às entidades gestoras dos sistemas multimunicipais do setor da água, do saneamento básico e dos resíduos devem apresentar até ao dia 15 de fevereiro, ao ministério da tutela setorial, as condições de regularização dos respetivos débitos.

Para esse efeito o grupo AdP, através da *holding*, informou os Senhores Ministros da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território e do Estado e das Finanças, das dívidas vencidas e totais dos Municípios às empresas do grupo Águas de Portugal, onde se encontram as devidas a esta empresa, bem como de uma proposta com as condições por ora praticadas pelas empresas do Grupo nos casos em que existem dívidas vencidas e sobre as quais já foram firmados acordos de pagamento que se encontram em integral cumprimento, e que incluem entre outros, os seguintes pressupostos:

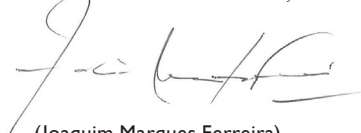
- pagamento regular e dentro dos prazos fixados do serviço regular contratualizado;
- pagamento da dívida apurada a 31 de dezembro de 2011, num prazo máximo que equivale ao dobro dos meses em atraso;
- pagamento de juros financeiros calculados com base na média das taxas de juro bancário, para operações de curto prazo, praticadas pelas instituições bancárias comerciais com quem a empresa tem em vigor contratos de financiamento;
- as prestações a definir no plano de pagamentos serão pagas através de transferência bancária;
- o atraso no pagamento das prestações definidas no plano de pagamentos, por um período superior a 60 dias, equivale ao incumprimento total do presente acordo e confere o direito ao recebimento das prestações vencidas e vincendas; e
- autorização para que possam ser cedidos os créditos previstos e reconhecidos nos acordos, no todo ou em parte, a terceiros.

Na presente data, e tanto quanto é do nosso conhecimento, essa proposta de recuperação das dívidas está em discussão entre o Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território e a ANMP, de modo a que a proposta final permita comprometer decisivamente as Autarquias Locais a esses Planos de Recuperação de Dívidas.

Já no decorrer do mês de janeiro de 2012 o município de Castanheira de Pêra liquidou dívida em injunção no valor de 975.148,42 euros.

Castelo Branco, 28 de fevereiro de 2012

O Presidente, Conselho de Administração



(Joaquim Marques Ferreira)

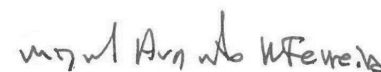
Vogais



(Amável Francisco dos Santos)



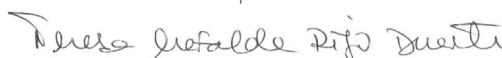
(Joaquim Morão Lopes Dias)



(Miguel Augusto Salgueiro da Silva Ferreira)

(Fernando Rui Linhares Corvelo de Sousa)

Técnico Oficial de Contas



(Teresa Mafalda Rijo Duarte)



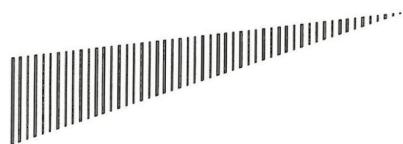


**Em 2011 foi lançado o concurso para a conceção/construção da ETAR do Entroncamento e para a elaboração do projeto do sistema de drenagem**

Foram elaborados as peças do procedimento para lançamento do concurso para a conceção/construção das ETAR de Mação e Sardoal, para a remodelação das ETAR de Outeiros, Proença-a-Nova, Sertã, Benquerenças e Povoia/Tinalhas.



## Relatório e Parecer do Fiscal Único



**ERNST & YOUNG**

**Ernst & Young  
Audit & Associados - SROC, S.A.**  
Avenida da República, 90-6º  
1600-206 Lisboa  
Portugal  
Tel: +351 217 912 000  
Fax: +351 217 957 586  
www.ey.com

### Relatório e Parecer do Fiscal Único

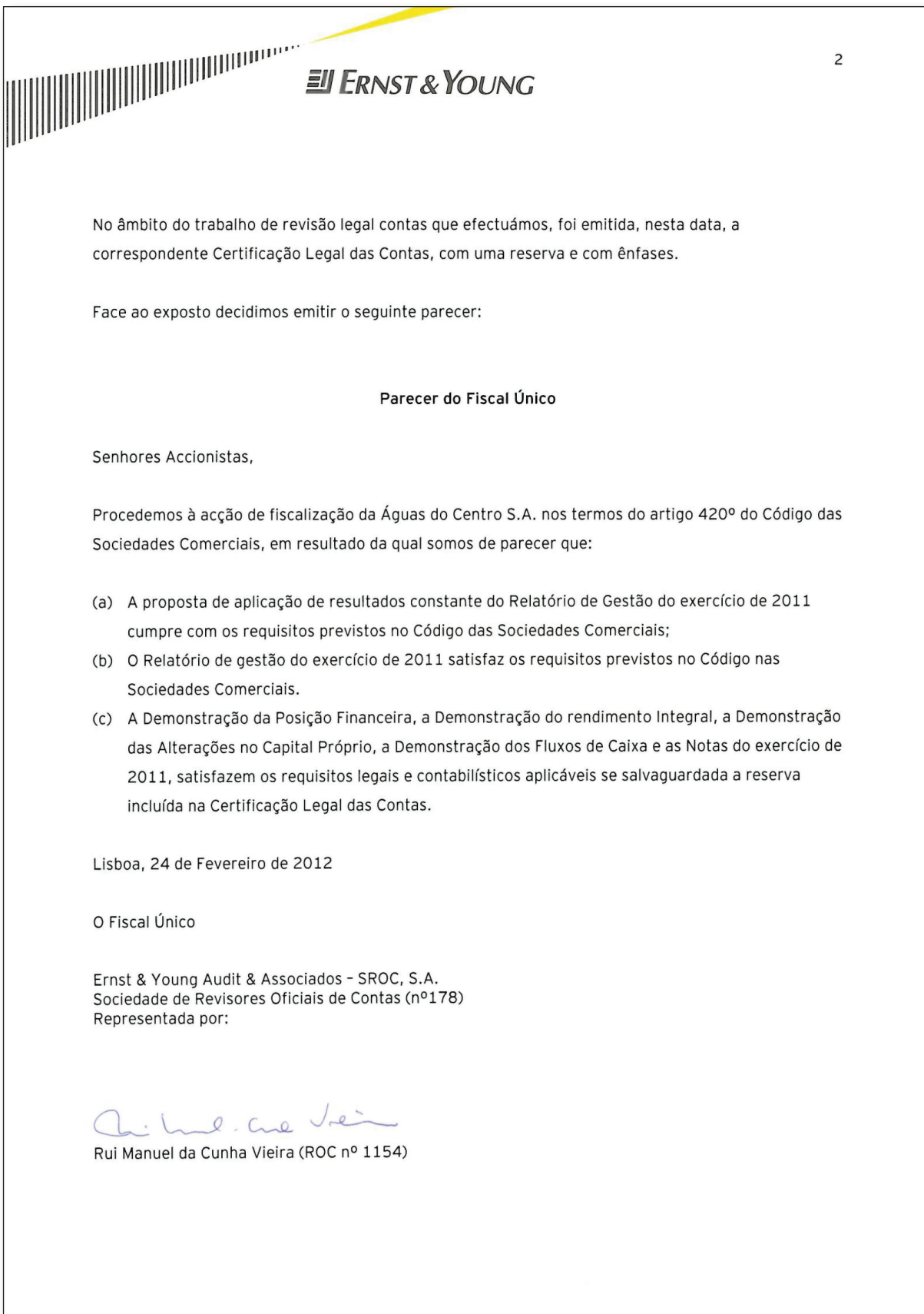
Senhores Accionistas,

Em cumprimento do disposto na alínea g) do artº. 420 do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa acção fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração de Águas do Centro S.A., referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.

No decurso do exercício, acompanhámos a actividade da empresa tendo efectuado os seguintes procedimentos:

- Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- Verificámos a adequacidade dos documentos de prestação de contas;
- Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados, conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da sociedade;
- Fiscalizámos a eficácia do sistema de gestão de riscos e dos sistema de controlo interno;
- Confirmámos que o Relatório de Gestão, a Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas, satisfazem os requisitos legais e reflectem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade;
- Cumprimos as demais atribuições constantes da lei.

No decurso dos nossos actos de verificação e validação que efectuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.



No âmbito do trabalho de revisão legal contas que efectuámos, foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas, com uma reserva e com ênfases.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:

**Parecer do Fiscal Único**

Senhores Accionistas,

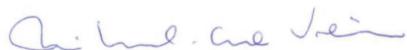
Procedemos à acção de fiscalização da Águas do Centro S.A. nos termos do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

- (a) A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 2011 cumpre com os requisitos previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (b) O Relatório de gestão do exercício de 2011 satisfaz os requisitos previstos no Código nas Sociedades Comerciais.
- (c) A Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração do rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas do exercício de 2011, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis se salvaguardada a reserva incluída na Certificação Legal das Contas.

Lisboa, 24 de Fevereiro de 2012

O Fiscal Único

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº178)  
Representada por:



Rui Manuel da Cunha Vieira (ROC nº 1154)

## Certificação Legal das Contas



**Ernst & Young**  
**Audit & Associados - SROC, S.A.**  
 Avenida da República, 90-6º  
 1600-206 Lisboa  
 Portugal  
 Tel: +351 217 912 000  
 Fax: +351 217 957 586  
 www.ey.com

### Certificação Legal das Contas

#### Introdução

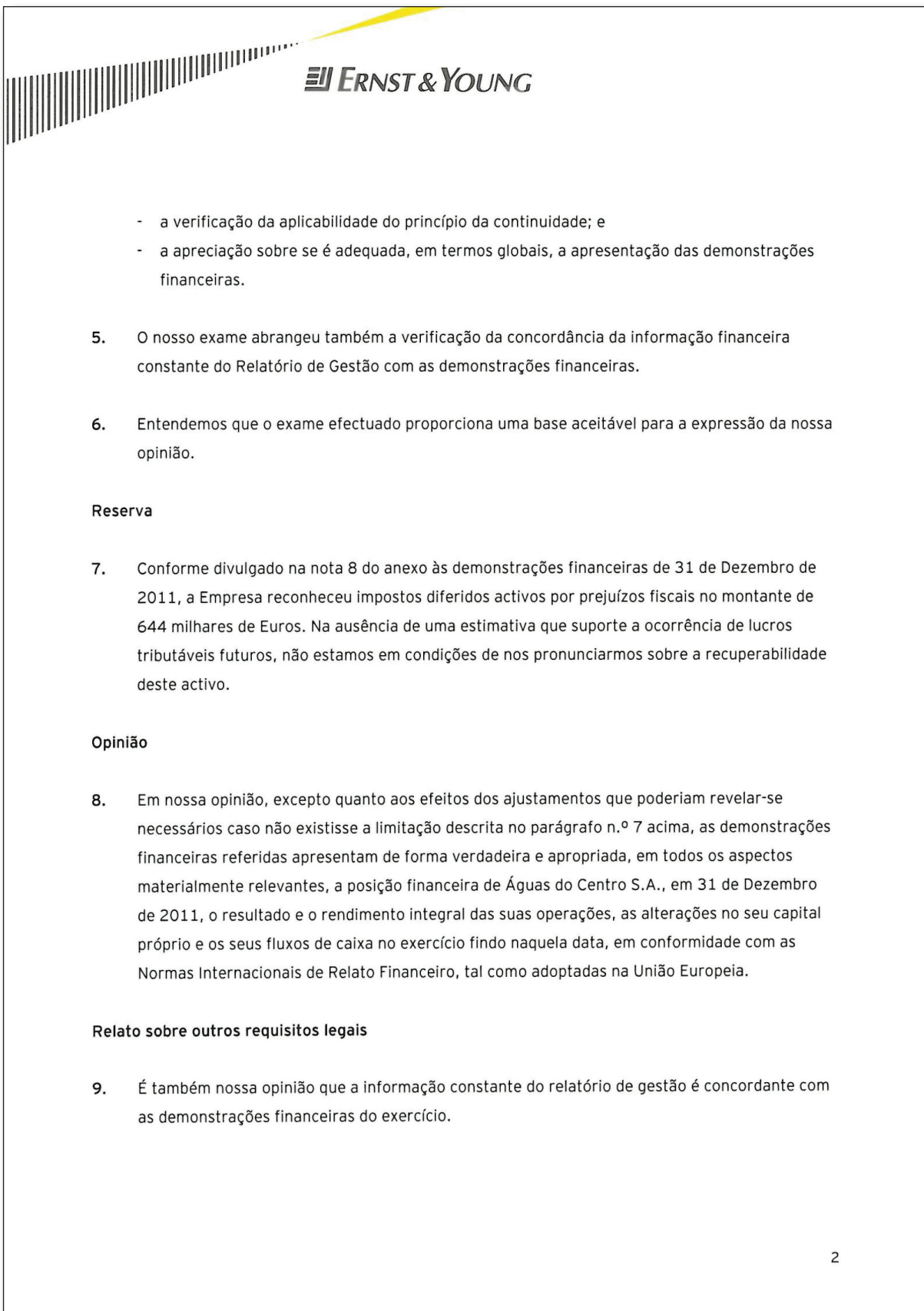
1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de Águas do Centro S.A., as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2011 (que evidencia um total de 240.491.355 Euros e um total de capital próprio de 13.613.327 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 2.763.812 Euros), a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e as Notas.

#### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

#### Âmbito

4. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo n.º 7 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;



- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

#### **Reserva**

7. Conforme divulgado na nota 8 do anexo às demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2011, a Empresa reconheceu impostos diferidos activos por prejuízos fiscais no montante de 644 milhares de Euros. Na ausência de uma estimativa que suporte a ocorrência de lucros tributáveis futuros, não estamos em condições de nos pronunciarmos sobre a recuperabilidade deste activo.

#### **Opinião**

8. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo n.º 7 acima, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de Águas do Centro S.A., em 31 de Dezembro de 2011, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas na União Europeia.

#### **Relato sobre outros requisitos legais**

9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.





## Ênfases

10. Sem afectar a opinião expressa sobre as demonstrações financeiras, chamamos a atenção para as situações seguintes:

10.1 Conforme descrito no Decreto-Lei que regula a actividade da Empresa e no contrato de concessão, as tarifas e os preços devem ser fixados anualmente de forma a permitir a recuperação dos custos inerentes à concessão e remunerar os capitais investidos, e, assim, assegurar o equilíbrio económico-financeiro da concessão. Atendendo a que ainda não foram aprovados pelas entidades competentes os mecanismos tendentes a reflectir os eventuais excessos ou insuficiências das tarifas e preços, a Empresa optou por não reflectir esta situação nas demonstrações financeiras.

10.2 A Empresa utiliza nas suas estimativas a informação mais actualizada sobre a concessão, nomeadamente no que concerne aos valores do investimento, prazo de concessão e caudais. Esses pressupostos, são parte integrante do Estudo de Viabilidade Económica e Financeira submetido à aprovação do Concedente em conjunto com o Orçamento de Projecto Tarifário de 2012, aprovação essa que ainda não se efectivou. Dado que os pressupostos utilizados na preparação das demonstrações financeiras divergem do Estudo de Viabilidade Económica e Financeira previsto no contrato de concessão, os mesmos poderão ser sujeitos a correcção por parte do Concedente.

Lisboa, 24 de Fevereiro de 2012

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)  
Representada por:

A handwritten signature in blue ink, which appears to read 'Rui Manuel da Cunha Vieira'.

Rui Manuel da Cunha Vieira (ROC nº 1154)



**Águas do Centro, S.A.**

R. S. João de Deus, 27, 4º | 6000-276 Castelo Branco | Portugal

Telf: +351 272 348 700 | Fax: +351 272 348 701

E-mail: [geral@aguasdocentro.pt](mailto:geral@aguasdocentro.pt) | [www.aguasdocentro.pt](http://www.aguasdocentro.pt)



## Águas do Centro galardoadas com o prémio “Qualidade de Serviço de abastecimento público de água prestado aos utilizadores”

A Águas do Centro foi galardoadas com o prémio “Qualidade de Serviço de Abastecimento Público de Água Prestado aos Utilizadores”, atribuído pela ERSAR e pelo Jornal Água&Ambiente, com a colaboração da Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas (APDA), da Associação Portuguesa de Engenharia Sanitária e Ambiental (APESB), da Associação Portuguesa de Recursos Hídricos (APRH) e do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC).

O júri justificou a atribuição do prémio pelo papel importante, dinâmico e pró-ativo da Águas do Centro no abastecimento de água em “alta”, não obstante a complexidade do seu sistema e a sua grande dispersão populacional. Foi igualmente referido pelo júri que a Águas do Centro assegura um serviço de crescente qualidade a 17 municípios da zona centro e uma cobertura de serviço total, abrangendo mais de 126.000 alojamentos.

